

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
FUNDAÇÃO DAS ESCOLAS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO NORTE CATARINENSE

PERFIL DO ENSINO DE 2.º GRAU EM CANOINHAS

POR
ARGOS GUMBOWSKY

ORIENTADORA: ARACI ASINELLI DA LUZ
CO-ORIENTADOR: CASEMIRO JOSÉ MOTA

CANOINHAS
1992

AGRADECIMENTOS

- Professora Araci Asinelli da Luz, pelos esclarecimentos e ajuda prestados
- Ao Professor Casemiro José Mota pela co-orientação
- À Direção, Professores e Alunos do
 - Colégio "Sagrado Coração de Jesus"
 - Colégio "Comercial de Canoinhas"
 - Colégio Agrícola "Vidal Ramos"
 - Colégio Estadual "Santa Cruz"
 - Colégio Estadual "Almirante Barroso"
 - Colégio Estadual "Irmã Maria Felicitas"
 - Fundação das Escola do Planalto Norte Catarinense

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1.0 - O PROBLEMA	01
1.1 - ENUNCIADO	01
1.2 - OBJETIVOS	01
1.2.1 - OBJETIVOS GERAIS	01
1.2.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS	02
1.3 - JUSTIFICATIVA	02
1.4 - PREMISSAS	04
1.5 - DIFICULDADES E ALTERAÇÕES	04

CAPÍTULO II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.0 - O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL	05
1.1 - PERÍODO COLONIAL	05
1.2 - O ENSINO DE SEGUNDO GRAU DURANTE O IMPÉRIO ...	10
1.3 - O ENSINO NA REPÚBLICA	16
1.4 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO SECUN- DÁRIO EM SANTA CATARINA	63
1.5 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO DE CANOINHAS .	89
1.5.1 - FUNDAÇÃO DE CANOINHAS	90
1.5.2 - ENSINO DE 2º GRAU NO MUNICÍPIO	98

CAPÍTULO III - METODOLOGIA DA PESQUISA

1.0 - DELINEAMENTO DA PESQUISA	119
1.1 - DESCRIÇÃO DA POPULAÇÃO E DA AMOSTRA	119
1.1.1 - LOCAL	119
1.1.2 - UNIVERSO	119
1.1.3 - AMOSTRA	120

1.1.4 - VARIÁVEIS	121
1.1.5 - ÉPOCA	122
1.2 - MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADAS	122
1.2.1 - METODOLOGIA DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	122
1.2.2 - METODOLOGIA DE PESQUISA DE CAMPO	123
1.3 - DESCRIÇÃO DOS INSTRUMENTOS	123
1.4 - DESCRIÇÃO DA COLETA DE DADOS	124
CAPÍTULO IV - ANÁLISE DOS DADOS	
1.0 - ANÁLISE	125
1.1 - TRATAMENTO DOS DADOS	125
1.2 - EVIDENCIAÇÃO DOS RESULTADOS	125
1.3 - INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	166
1.3.1 - INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS - PRO- FESSORES	166
1.3.2 - INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS - ALUNOS	169
CAPÍTULO V - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	
1.0 - CONCLUSÕES	173
2.0 - RECOMENDAÇÕES	176
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	177
OUTRAS REFERÊNCIAS	181
ANEXOS	184

LISTA DE TABELAS

01 - Ensino regular de 2º grau - Matrícula Inicial e Distribuição Percentual por Dependência Administrativa .	58
02 - Ensino Regular de 2º Grau - Número e Distribuição Percentual de Estabelecimentos por Dependência Administrativa	59
03 - Ensino Regular de 2º Grau - População, Matrícula Inicial e Taxa de Atendimento de 15-19 anos	60
04 - Ensino de 2º Grau, Participação das Unidades Escolares por Dependência Administrativa - Santa Catarina: 1980 - 1990	79
05 - Ensino de 2º Grau, Percentual de Participação de Matrícula por Dependência Administrativa, Santa Catarina: 1980 - 1990	80
06 - Ensino de 2º Grau, Distribuição percentual de Matrícula Total do Estado por série, Estado de Santa Catarina: 1980 - 1990	81
07 - Ensino de 2º Grau, Percentual de Participação da Matrícula Inicial por Zona de Localização, Santa Catarina: 1980 - 1990	82
08 - Ensino de 2º Grau, Taxa de Escolarização, Santa Catarina: 1980 - 1990	83
09 - Ensino de 2º Grau, Matrícula Inicial e Final Por Série, Santa Catarina: 1980 - 1990	84
10 - Matrícula no ensino de 1º e 2º graus por séries e números de Ingresso no Ensino de 3º grau Santa Catarina 1969 - 1980	85
11 - Matrícula no ensino de 1º e 2º graus por séries con-	

	cluintes de 2º grau em relação a cada mil alunos, observando-se o ingresso no ensino de 1º grau 1979, a saída do ensino de 2º grau em 1979/89	87
12	- Ensino Regular de 2º grau por Matrícula Inicial de Final - Colégio "Sagrado Coração de Jesus" Canoinhas - S.C. 1964 - 1987	101
13	- Ensino regular de 2º Grau por Matrícula Inicial e Final - Colégio Comercial de Canoinhas - 1959 - 1991 .	106
14	- Ensino regular de 2º Grau por Matrícula Inicial e Final - Colégio Estadual Santa Cruz Canoinhas - 1971 - 1991	110
15	- Ensino regular de 2º Grau Matrícula Inicial e Final - Curso Técnico de Secretariado FUNPLOC - Canoinhas - 1975 - 1987	112
16	- Ensino regular de 2º Grau Matrícula Inicial e Final - Curso Auxiliar de Enfermagem FUNPLOC - Canoinhas - 1980 - 1986	113
17	- Ensino regular de 2º Grau Matrícula Inicial e Final - Curso Magistério de 1º grau FUNPLOC - Canoinhas - 1988 - 1991	113
18	- Ensino regular de 2º Grau Matrícula Inicial e Final - Curso de 2º grau Educação Geral FUNPLOC - Canoinhas - 1988 - 1991	114
19	- Ensino regular de 2º Grau por Matrícula Inicial e Final - Colégio Agrícola Vidal Ramos Canoinhas - 1974 - 1991	116
20	- Ensino regular de 2º Grau Matrícula Inicial e Final - Colégio Estadual "Almirante Barroso" Canoinhas - 1988 - 1991	117
21	- Ensino regular de 2º Grau por Matrícula Inicial e Final - Colégio Estadual "Irmã Maria Felicitas" Canoinhas - 1991	118
22	- Sexo	125
23	- Faixa Etária	126
24	- Grau de instrução	126
25	- Tempo de Atuação no Magistério	127
26	- Gosta de Atuar como Professor	127

27 - Renda Média da Família	128
28 - Número de Aulas que Leciona Semanalmente	128
29 - Meio de Transporte utilizado para chegar à escola	129
30 - Com quem Você Reside	129
31 - Religião	130
32 - Participação em Atividades Religiosas	130
33 - Pensamento/posição em Relação ao seu Futuro	131
34 - Quando você está convivendo com outras pessoas na escola e surge um conflito, qual a sua posição	131
35 - Frequência com que você faz uso de algum tipo de bebida alcoólica	132
36 - Frequência com que você faz uso de algum tipo de droga	133
37 - Uso de cigarro	133
38 - Posição em relação ao atual regime político	134
39 - Participação dos professores na vida política do país	134
40 - Participação política	134
41 - Grau de satisfação em relação ao curso que leciona ...	135
42 - Reação ao seu descontentamento na escola	135
43 - Frequência com que costuma se reunir com a família para conversar	136
44 - Troca de idéias sobre seus problemas	136
45 - Motivo que o leva a trocar idéias sobre seus problemas	137
46 - Necessidade de ter alguém para conversar	137
47 - Tem muitos amigos	138
48 - Gosta de ouvir música	138
49 - Tipo de música	138
50 - Hábitos de leitura	139
51 - Residência	139
52 - Exerce outra atividade remunerada além de lecionar ...	139
53 - Quanto ao aluno de 2º grau, podemos afirmar	140
54 - Quanto aos professores que atuam no ensino de 2º grau	140
55 - Os conteúdos ministrados no curso de 2º grau	141
56 - Realidade do curso de 2º grau	141
57 - Metodologia desenvolvida nas aulas	142
58 - A avaliação que é realizada nos cursos de 2º grau, podemos afirmar	143

59 - Relacionamento com os especialistas que atuam na escola	143
60 - Série	144
61 - Sexo	144
62 - Número de membros que compõem a família	145
63 - Forma de união dos pais	145
64 - Grau de instrução do pai	146
65 - Grau de instrução da mãe	146
66 - Quem trabalha em casa	147
67 - Renda média da família	147
68 - Meio de transporte utilizado para chegar à escola	148
69 - Pessoa com quem reside	148
70 - Religião que pertence	149
71 - Participação religiosa	149
72 - Definição da carreira que pretende seguir	150
73 - Pensamento/posição em relação ao seu futuro	150
74 - Posição diante de conflito entre colegas na escola ...	150
75 - Freqüência do uso de bebida alcoólica	151
76 - Freqüência que faz uso droga	151
77 - Freqüência que faz uso de cigarro	152
78 - Posição em relação ao atual regime político	152
79 - Participação dos estudantes na vida política do país .	153
80 - Participaçãopolítica dos estudantes	153
81 - Grau de satisfação com o curso	154
82 - Motivos que levam a satisfação com o curso	154
83 - Motivos que levam a insatisfação com o curso	155
84 - Como reage ao descontentamento com a escola	155
85 - Freqüência que se reúne com a família para conversar .	156
86 - Com quem troca idéias sobre seus problemas	156
87 - Motivo que o levam a trocar idéias sobre seus problemas	157
88 - Necessidade de alguém para conversar	157
89 - Tem muitos amigos	158
90 - Gosta de ouvir música	158
91 - Tipo de música preferida	159
92 - Hábito de leitura	159
93 - Hábito de estudo	160

94 - É eleitor	160
95 - Residência	160
96 - Reprovou alguma vez	161
97 - Número de vezes que reprovou	161
98 - Período em que estuda	161
99 - Exerce atividade remunerada	162
100 - Pretende dar continuidade aos estudos, freqüentando um curso superior	162
101 - Quanto ao aluno de 2º grau, podemos afirmar	163
102 - Quanto aos professores que atuam no ensino de 2º grau podemos afirmar:	163
103 - Os conteúdos ministrados no curso de 2º grau	164
104 - Realidade dos cursos de 2º grau	164
105 - Metodologia desenvolvida nas aulas	165
106 - Avaliação realizada nos cursos de 2º grau	165

RESUMO

A presente monografia procura levantar o perfil do ensino de 2º grau no município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.

Caracteriza a atual clientela docente e discente que constituem o curso de 2º grau no município, bem como descreve a demanda por este grau de ensino.

Aborda a evolução histórica do ensino de 2º grau no Brasil, Santa Catarina e Canoinhas, utilizando-se da bibliografia pertinente.

Para a execução dos objetivos optou-se pela pesquisa bibliográfica e de campo, sendo que a última feita através da distribuição de questionários.

Concluiu-se que o ensino de 2º grau tanto a nível federal, estadual como municipal não faz parte das prioridades dos governantes.

O ensino profissionalizante no município de Canoinhas, ministrado em estabelecimentos particulares apresenta baixa procura. Ressurge o curso de 2º grau com a finalidade única de formar o estudante para o ingresso no curso superior.

Trata-se de um ensino ministrado durante muito tempo de forma tradicional e que agora procura romper estas amarras e num novo tempo.

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1.0 - O PROBLEMA

1.1 - ENUNCIADO

Observando a atual situação do ensino de 2º grau, diante da falta de clareza em relação à própria identidade, na busca de uma nova concepção de 2º grau e cientes de que a solução de seus problemas não se dará de uma maneira isolada mas sim global, questionamos: QUAL O PERFIL DO ENSINO DE 2º GRAU EM CANOINHAS?

1.2 - OBJETIVOS

1.2.1 - OBJETIVOS GERAIS

A presente monografia tem como objetivo central identificar o perfil do ensino de 2º grau nos estabelecimentos de ensino do município de Canoinhas.

Despertar a comunidade para um pensamento crítico sobre a problemática do ensino de 2º grau na região.

1.2.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Caracterizar a atual clientela docente e discente que atuam nos cursos de 2º grau.

Descrever a demanda do 2º grau que realmente atinge o 3º grau em Canoinhas.

Verificar o fluxo de aluno do 1º grau que atinge o 2º grau.

Realizar uma revisão histórica da evolução do ensino de 2º grau.

1.3 - JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa tem como preocupação principal traçar o perfil do ensino de 2º grau no município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.

É nítido que nos últimos anos o ensino de 1º grau tem sido o centro das atenções da maioria dos educadores e autoridades brasileiras, ficando o 2º grau relegado a um plano secundário apesar de alguns poucos esforços com a finalidade de redescobri-lo.

A atenção maior dispensada ao 1º grau tem suas justificativas, contudo o ensino de 2º grau sofre os mesmos problemas, porém de uma maneira ainda mais grave.

A falta de um direcionamento por parte dos Cursos de 2º grau colaboram como desestímulo em freqüentá-lo.

O perfil quantitativo, qualitativo e histórico de algumas facetas da atual escola secundária torna-se de suma importância para a tomada de qualquer posição em termos de futuros projetos e expectativas em torno deste grau de ensino.

Até meados da década de 80 (oitenta), o ensino profissionalizante predominava, contudo nos últimos anos houve uma disseminação crescente de cursos de formação geral, também a procura por estes tem sido maior. Com a proliferação destes cursos houve uma maior oferta de vagas e maior necessidade de professores habilitados para trabalhar com essa massa de adolescentes.

A realidade dos cursos de 2º grau causa interesse tanto para atual situação, como a sua evolução no decorrer dos tempos, assim pretende-se através desta, conhecer e descrever as principais transformações ocorridas nos cursos de 2º grau, fazendo-se uma abordagem histórica com rápidas inserções sobre o ensino de 2º grau no Brasil.

Tal pesquisa justifica-se pela carência de estudos sobre o ensino de 2º grau na região, bem como um quase descaso por parte das autoridades quanto a esse nível de ensino.

Com o intuito de contribuir para reverter esta realidade julga-se que esta pesquisa, levantando o perfil do ensino de 2º grau no município de Canoinhas contribuirá para uma reflexão sobre os caminhos a serem tomados para a melhor formação dos jovens. Proverá de informações resultantes deste verdadeiro 'raio X' da realidade do ensino de 2º grau, às autoridades competentes e profissionais da educação, que saberão quais os pontos a serem atacados a fim de solucionar os problemas detectados. Além de evidentemente, propor soluções para que sejam analisadas, discutidas, melhoradas e por fim implantadas com a finalidade de melhorar o nível de ensino de 2º grau.

1.4 - PREMISSAS

Historicamente o 2º grau tem passado por inúmeras reformulações como consequência do movimento histórico da educação buscando solucionar o problema da mão-de-obra técnica e do acesso ao 3º grau. Dada a dinâmica muitos tem sido os agravantes/atenuantes de acesso a este grau de ensino propiciando na diversidade de motivos que teve o aluno a buscar o 2º grau em suas diferentes modalidades. Portanto, acredita-se na possível diversidade de perfís de alunos do 2º grau da região dificultando um único encaminhamento de revisão do mesmo.

1.5 - DIFICULDADES E ALTERAÇÕES

Dentre as alterações em relação ao projeto inicial está a inclusão na fundamentação teórica, dos dados referentes ao município de Canoinhas em razão do senso realizado ano de 1991 e cujos resultados somente agora, toma-se conhecimento.

Também foram incluídos históricos de certos colégios que também oferecem o Ensino de 2º Grau, porém foram criados a pouco tempo, sendo que no início do projeto os mesmos estavam apenas implantando as primeiras séries.

A principal dificuldade encontrada diz respeito à devolução dos questionários por parte dos docentes e discentes do ensino de 2º grau.

A falta de material disponível no que tange a aspectos históricos da educação de Santa Catarina, também representa uma grande dificuldade.

CAPÍTULO II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.0 - O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL

1.1 - PERÍODO COLONIAL

A história da educação no Brasil começa em 29 de março de 1549 quando o primeiro grupo de jesuítas chega ao Brasil, juntamente com o governador geral, Tomé de Souza. Eram chefiados pelo padre Manuel da Nóbrega, e aqui iniciaram as atividades missionárias, dedicando-se fundamentalmente a duas tarefas: a pregação da fé católica e o trabalho educativo.

Enquanto através da pregação da fé buscavam salvar as almas e conseqüentemente colaboravam para a colonização, através do processo educativo, procuravam ensinar as primeiras letras e a gramática latina.

"A filosofia da educação, no início, democratizante e brasileira, depois aristocratizante e européia, só tinha que ser sentida em ponto mais claro no chamado 'atualmente' ensino médio. Com a filosofia da educação de Nóbrega, o ensino médio abrangia aos curumins, aos meninos brancos, aos mamelucos e pardos; além do ensino da Gramática Latina, ministrava-se educação profissional, isto é, algo das profissões manuais e da lavoura. Depois, com a

aristocratização e afunilamento da educação, o ensino médio abrangia só aos filhos da classe endinheirada, cada vez mais excluindo os que não podiam interessar-se pela Universidade e tinham que pensar no ganha-pão. Desta maneira, as profissões manuais e mais modestas foram supressas da educação brasileira e, com ela entrou o Brasil no caminho de mais um vício, hoje em dia inveterado de vários séculos: o desconhecimento e desprezo, não só pelas profissões manuais, mas também por toda pessoa que nelas trabalhe; era o modo de se manchar e de se inferiorizar socialmente o trabalho, sobretudo trabalho braçal em todas e cada uma de suas profissões. Daí o *nexo e adestigmatização que foram feitos entre cor negra e trabalho profissional*, entre humilhação e "trabalho de negro". Assim, por causa do alijamento das profissões manuais do currículo escolar e por causa do fato de serem posteriormente executadas por brasileiros humildes, principalmente de cor, passou-se a identificar essas profissões manuais com o elemento negro. Em síntese: profissões manuais "é coisa de negro", não é trabalho de branco". O oposto também se verificou; profissões liberais, seguidas só por rico e socialmente repleto de todas as bênçãos, passaram a ser vistas e consideradas como veículo de subida social e de caracterização na sociedade mais elevada. Em consequência, no Brasil-Colônia, ser padre e, logo mais, ser doutor, ou pretender a essas posições, é pretender à Universidade: 'é coisa de branco' e 'não é coisa e nem lugar de negro, nem mesmo de pardo ou de crioulo'. E estabeleceram-se estes preconceitos, não raciais mas sociais, fruto de educação deficiente plantada no Brasil de então.

(GHIRALDELLI, 1990, p.73)

Nesta época, o ensino médio teve sua origem, voltando-se à preparação da elite para o acesso aos cursos superiores. Eram freqüentadores destes colégios filhos de funcionários públicos, de senhores de engenho, de criadores de gado, de oficinas mecânicas e posteriormente também, filhos de mineiros. Os

primeiros colégios foram: Colégio da Bahia, Colégio de São Sebastião e Colégio de Olinda. A educação dos jesuítas era baseada no *Ratio Studiorum*.

"A pedagogia do *Ratio Studiorum* baseava-se na unidade de matéria, unidade de método e unidade de professor. Ou seja, a unidade de professor significava que cada turma deveria seguir seus estudos, do começo ao fim, com o mesmo mestre. Todos os professores deveriam se utilizar da mesma metodologia. E o assunto a ser estudado deveria contemplar poucos autores, principalmente aqueles ligados ao pensamento oficial da Igreja, como Tomás de Aquino. Além disso, o *Ratio* determinava uma disciplina rígida, o cultivo da atenção, da perseverança nos estudos - traços de caráter considerados essenciais para o cristão leigo e, mais ainda, para o futuro sacerdote. O princípio pedagógico fundamental era a emulação, tanto individual como coletiva, aliada a uma hierarquização do corpo discente baseada na obediência e na meritocracia".

(GHIRALDELLI, 1990, p.20)

No governo do Marquês de Pombal (1750 a 1777) por alvará de 28 de junho de 1759 foram suprimidas as escolas jesuíticas de Portugal e de suas colônias. Tal atitude deveu-se ao conflito existente entre Pombal e os Jesuítas, atribuindo-se aos últimos, a intenção de opor-se ao controle do governo português.

Com as reformas de Pombal, pode-se distinguir duas fases na educação brasileira: a educação anterior à reforma caracterizava-se como uma educação Cristã e, posteriormente à reforma caracterizava-se como 'Aristocratização do Ensino Brasileiro'. O principal objetivo das reformas implantadas pelo Marquês de Pombal foi de criar uma escola útil ao Estado, que antes de servir aos interesses da fé, servisse aos interesses da coroa.

"Com a Educação Cristã, o mestre era o jesuíta, o padre; a escola era a aldeia dos missionários e o colégio dos padres; a educação estava encharcada

de ambiente e do elemento religioso; o ensino era gratuito; o rico e o pobre podiam receber educação; a Filosofia e a Teologia tinham proeminência, a ponto de gerar o mito do padre; a Filosofia era respeitada; o Latim era a matéria central do curso médio; a estrutura da Universidade tinha unidade e derivava da cultura medieval. Agora, no segundo período, na Aristocratização do Ensino, a educação brasileira, além de expulsar o jesuíta, é leiga, tendendo para ser laica (...)"

(TOBIAS, 1986 p. 94 - 5)

Os jesuítas foram expulsos e os seus bens, escolas e a educação confiscados.

"Os jesuítas no Brasil submeteram-se, resignados e silenciosos. Embarcaram 124 na Bahia em duas naus de guerra, 53 em Pernambuco, 199 no Rio de Janeiro, 133 no Pará. Deixavam imenso espólio. A sua rede de colégios, seminários, residências, missões e fazendas estendia-se pelo país inteiro, de Santa Catarina aos confins do Amazonas. O rol desses estabelecimentos basta para que tenhamos a impressão de sua influência, a notícia de sua distribuição a repercussão do seu extermínio. Na Bahia tinham seu primeiro Colégio, anexo ao templo admirável logo adaptado para catedral, o Noviciado, que para eles fizera Domingos Afonso Sertão, o Seminário da Conceição fundado em 1756, o de Belém que o Padre Alexandre de Gusmão criara no século anterior, e nove aldeias. No Rio de Janeiro, o Colégio do Castelo, cuja igreja começava a ser reconstruída em maiores proporções, os engenhos velho e novo, cinco aldeias, as fazendas de Santa Cruz, a melhor do Brasil, e de Campos de Goitacases. Os colégios de São Paulo e São Vicente, e sete aldeias. O de São Miguel, de Santos, data de 1652. O de Santiago do Espírito Santo, de 1654. No Recife, o da senhora de Ó. Em Olinda, uma residência, duas aldeias em Pernambuco, cinco no Ceará. Na Paraíba, Colégio, de 1683, e Seminário, de 1745. No Rio Grande do Norte, duas aldeias. Colégio e Seminário em Paranaguá, de 1738 e

1754, e ermida em Santa Catarina, de 1747. Esta, a extrema do Sul. No Norte, a província do Maranhão: 51 Aldeias, 56 Fazendas! Colégio de São Luís, de 1652; Do Pará da mesma época; respectivos Seminários, de 1751 e de 1749. O jeito foi submetê-los a diretores, civis, num regime de transição, para a liberdade (ou o abandono) que sobreveio sem dificuldade. Quanto ao espólio dos Jesuítas, carta régia de 19 de abril de 1761 o incorporou aos bens da coroa. Foi em seguida posto em leilão, que rendeu pouco. Na Bahia e em Sergipe, apenas 547 contos. Mais sensível prejuízo que sofreu o ensino público

(CALMON, 1971 p. 1178-9)

Continuaram nascendo e crescendo crianças no Brasil e estas necessitavam de educação e instrução, assim, com a expulsão dos padres jesuítas, o ensino passou a ser ministrado por padres capelães, leigos que tinham sido formados pelos jesuítas.

Assim, segundo Tobias, a expulsão dos jesuítas foi uma derrota para o Marquês de Pombal: uma educação de 2 (dois) séculos, a formação de várias gerações não se apaga por decreto ou por esponja, da noite para o dia. Em geral o impacto da expulsão e da partida dos padres da Companhia de Jesus fazem obscurecer ou esquecer o aspecto da permanência e da continuação da educação do jesuíta, mesmo após sua partida.

Na época a única escola de projeção a nível de ensino médio, foi criada no Rio de Janeiro pelos franciscanos segundo os moldes da Faculdade de Teologia de Coimbra. Era um curso de estudos literários e teológicos, destinados a formação de padres.

"Por isso, depois da reforma do Marquês de Pombal, estudar, em apreciável parcela, é desbrasileirar-se. O curso médio só terá sentido se o estudante quiser seguir Universidade, ou então algumas das Faculdades Isoladas, existentes no Brasil a partir de 1810, ano da criação da primeira Faculdade, a

Academia Real Militar. Assim, poucos, raros deverão ser os alunos no Brasil. Desta maneira, a estrutura do ensino médio se tornou segregativa, eletiva, assustadoramente baseada nos bolsos de gente rica, estabelecendo de modo ferrenho a mais antipática e desumana aristocratização do ensino brasileiro, como ainda se constata mesmo hoje em dia, através do vestibular e seus cursinhos de admissão ao ensino superior".

(TOBIAS, 1986 p. 100)

1.2 - O ENSINO DE SEGUNDO GRAU DURANTE O IMPÉRIO...

Com a vinda da família Real Portuguesa para o Brasil em 1808 e a Proclamação da Independência em 1822, no Brasil surge uma grande preocupação com a formação das elites.

Durante o Império pouco se fez em relação ao ensino técnico, sendo segregado pelo Poder Público, uma vez que os concluintes do ensino profissional não tinham o direito de frequentar o ensino superior e pela clientela escolar representada na sua grande maioria pela elite, que viam neste grau de ensino apenas um trampolim para ingressar na universidade e em profissões liberais.

A transformação do ensino em médio em mero pré-vestibular, despersonalizou este grau de ensino reduzindo-o a um apêndice de ensino superior. Como resultado do total desinteresse pelo ensino técnico tem-se o registro de apenas 106 (cento e seis) alunos matriculados no ensino técnico, isto em 1864.

O Brasil conviveu durante o Império com uma política de pouca atenção à formação de professores. Para suprir a esta deficiência eram selecionados elementos com base em três critérios: maioridade, moral e capacidade.

A formação de professores não era vista como uma profissão, mas sim uma vocação para a qual necessitava-se dedicação, qualidades morais e aptidões.

"Numa etapa posterior, vale registrar, foi adotado o método Bell e Lancaster (aplicado na Inglaterra), conhecido como o método do ensino mútuo, para suprir o problema causado pela existência de poucos professores para um grande número de alunos. Um professor escolhia e preparava seus melhores alunos para ensinarem seus colegas. Desta forma, enquanto as crianças aprendiam, também ensinavam. Este método, utilizado durante cerca de 15 anos (1823 a 1838), revelou-se inadequado, ineficaz, foi muito combatido e por fim abandonado".

(FUSARI e CORTESE, 1989, p. 73)

O Ato Adicional de 1834, Lei nº 16, de 12 de agosto, a constituição de 1824 teve como preocupação central a descentralização do ensino no Brasil, ficando a cargo das províncias legislar sobre o ensino primário e secundário, e ao governo central coube apenas a responsabilidade pelo ensino na Corte e ensino superior.

A primeira escola normal surge em 1835 em Niterói, sendo extinta em 1849, seguindo-se com a implantação de escolas normais em Minas Gerais, Bahia e São Paulo, quase todas criadas, instaladas e extintas em pouco espaço de tempo. Tal realidade constatou-se também nos demais Estados, sendo que não tiveram também longa vida. Na capital do império somente em 1875 são instaladas as primeiras escolas normais, uma para cada sexo, sendo que 5 (cinco) anos mais tarde foram fundidas numa única.

Logo após o Ato Adicional foram criadas nas províncias os Liceus provinciais cuja preocupação primeira, era de oferecer aos alunos disciplinas que pudessem facilitar o seu ingresso no ensino superior. Tais estabelecimentos de ensino secundá-

rio surgiram primeiramente no Rio Grande do Norte, em 1835, na Bahia e Paraíba em 1836.

"No município da Corte, por decreto de 2 de dezembro de 1837, o Seminário de São Joaquim foi transformado em estabelecimento de ensino secundário mantido pelo poder central, com o nome de Colégio de Pedro II, com seus estudos organizados de forma seriada e orgânica, e fornecendo aos concluintes o grau de bacharel em letras, que dava direito a ingresso em qualquer curso superior sem necessidade de novos exames, o Colégio de Pedro II foi a primeira tentativa do poder central de organizar o ensino secundário regular no país".

(PILETTI, 1990, p. 46)

As instalações dos Liceus tiveram com a falta de professores habilitados para lecionar as disciplinas oferecidas grandes dificuldades, o que inviabilizou muitos deles. A baixa remuneração não constituía atrativo para o exercício do magistério.

Após 1834 surgiram dois sistemas de ensino secundário: um sistema regular seriado, oferecido pelo Colégio "Pedro II", pelos Liceus provinciais e em alguns estabelecimentos particulares, e outro irregular, inorgânico, constituído pelos cursos preparatórios e exames parcelados de ingresso ao ensino superior, mantido pelos estabelecimentos provinciais.

Para o ingresso no curso superior não se exigia o término do curso regular mas sim, a aprovação nos exames de ingresso. Mesmo a conclusão do curso secundário dos Liceus não garantia o acesso automático à universidade, obrigando seus concluintes a submeterem-se a exames.

"No final do Império, o próprio Colégio de Pedro II, ao invés de impor-se como padrão a ser seguido pelos demais estabelecimentos, passou a adotar o sistema de cursos avulsos, com frequência livre e exames parcelados. Na Capital

do Império, os alunos matriculados no Pedro II representaram, durante o período imperial, uma média de 10% relação aos que freqüentavam outros estabelecimentos; o caminho para os estudos superiores era mais rápido quando não se passava pelo Pedro II. Desde a sua fundação, em 1838, até o final do império, o Colégio Pedro II passou por oito reformas principais em seus estatutos, nos seguintes anos: 1841, 1855, 1857, 1862, 1870, 1876, 1878 e 1881. A duração do curso secundário era de sete anos. As matérias estudadas, de acordo com o regulamento de 1881, eram as seguintes:

- 1^o ano: História Sagrada, Português, Geografia, Aritmética e Geometria.
- 2^o ano: Português, Francês, Latim, Matemáticas elementares.
- 3^o ano: Português, Francês, Latim, geografia, Matemáticas elementares, Aritmética e Álgebra.
- 4^o ano: Português, Francês, Latim, Geografia e Cosmografia, Matemáticas elementares .
- 5^o ano: Português, Inglês, Latim, História Geral, Física e Química.
- 6^o ano: Alemão, Grego, História Natural e Higiene, Retórica, Poética e Literatura Nacional, Filosofia.
- 7^o ano: Italiano, Alemão, Grego, Português e História Literária, Filosofia, Corografia e História do Brasil.

A maior parte do tempo era dedicada ao estudo de Humanidades. Dividindo-se as horas de estudo entre as diversas áreas, chegamos aos seguintes índices médios, nos currículos do império: Comunicação e Expressão: 60%; Matemática e Ciências: 20%; Estudos Sociais: 17%; outras atividades: 3%.

(PILETTI, 1990, p.46)

O ingresso da mulher no ensino médio e deste para o ensino superior deu-se em virtude da importância e desempenho nas escolas normais. O ensino normal fez com que as mulheres se

tornassem os primeiros professores do Brasil, retirando-as do isolamento, dando oportunidade de serem úteis instruindo a seus filhos e crianças.

Já na segunda metade do século XIX surgiram os primeiros colégios ligados às igrejas protestantes. Um exemplo foi a criação em São Paulo, da Escola Americana, que de início dedicou-se ao ensino primário e a partir de 1880 passa a escola secundária com o nome de Colégio Mackenzie.

Em todo o país inúmeras escolas particulares procuravam dar atendimento àqueles que não gozaram da oportunidade de freqüentar o Colégio Pedro II ou os Liceus. Tais colégios sem nenhum critério, tinham como única finalidade, o ensino como um negócio comercial, onde os professores eram mal pagos, sua atividade não era reconhecida pela sociedade, o que os levava a abandonar este ofício.

Estes colégios atendiam a classe média e restringiam-se ao ensino das primeiras letras, além das aulas em casa com professores particulares.

Durante o Império a grande maioria da população brasileira continuou analfabeta enquanto as tentativas de se estabelecer um ensino profissionalizante foram descaracterizadas e submetidas aos interesses das elites.

A problemática do ensino brasileiro era mistura de denúncias junto ao Congresso; onde eram discutidas. Muitas vezes, destas discussões surgiam projetos com a finalidade de estruturar o ensino brasileiro, como é o caso dos projetos apresentados por Rui Barbosa, que tinham endereço certo; as gavetas da Administração do Império

"RUI BARBOSA E A REFORMA DO ENSINO

Para a elaboração do seu projeto de um sistema nacional de ensino, Rui Barbosa partiu de uma análise detalhada da

educação no Brasil e de suas deficiências além disso, empreendeu a estudar as teorias e práticas educacionais de vários países. Recebeu, sem dúvida, influências da corrente que valorizava a educação dentro da sociedade, para a qual a ignorância popular era sinônimo de atraso e miséria, enquanto a riqueza e a cultura andavam paralelas. Seu projeto, progressista e abrangente, procurava conceituar a educação, fixar seus princípios e sua amplitude social; preocupado com os detalhes, detinha-se na técnica a ser utilizada nos estudos secundários e até superiores; assim, dava grande importância a notas, exemplos e exercícios a serem usados para verificação do rendimento dos alunos. Além disso, penetrava nos problemas de organização e administração escolar, procurando orientar até mesmo em questões relacionadas com o material escolar e o mobiliário das salas de aula. Rui Barbosa defendia a formação de 'Jardins de crianças' - correspondente aos atuais jardins de infância - e a educação para ambos os sexos ao nível religioso, moral, econômico e artístico. Para ele, o ensino primário devia ser gratuito, obrigatório e leigo. Sua proposta contemplava um plano nacional de educação em todos os níveis, exigindo para sua implementação o estabelecimento de um conselho superior e de um Ministério voltados especificamente para essa finalidade. Era, porém, muito avançada em relação às condições concretas da vida brasileira sob a monarquia e terminou sendo esquecida". (SAGA, A grande história do Brasil. v. 3, p. 152)

1.3 - O ENSINO NA REPÚBLICA

Fase 1889 - 1930

O ensino, motivo de discussões no final do Império, com a Proclamação da República, ficou relegado a um segundo plano.

Em 1890, o Governo Provisório criou o Ministério da Instrução Pública, cujo titular, Benjamim Constant, era positivista e professor de matemática na 'Escola Militar'.

O entusiasmo pela educação teve um caráter quantitativo, tinha como preocupação fundamental a expansão da rede escolar e a erradicação do analfabetismo da população brasileira. O ativismo pedagógico teve como preocupação principal a melhoria das condições didáticas da rede escolar. Enquanto o primeiro tinha um caráter quantitativo, o segundo tinha um caráter qualitativo.

Enquanto o entusiasmo pela educação surgiu na transição do Império para a República (1887 - 1896) e teve seu auge nas décadas de 10 e 20, o otimismo pedagógico surgiu após a década de 20 e teve seu auge na década de 30.

O regime republicano não representou o fim do sistema político-elitista, característico do Império, mas proporcionou uma maior participação das camadas populares na atividade política do país.

Durante a primeira república esteve ainda presente a dualidade de sistemas que vigorou durante algum tempo no cotidiano da educação brasileira. Era de competência da União a assistência ao ensino superior e secundário, ficando sob respon-

sabilidade dos Estados a educação primária e profissional. Enquanto a União continuava a educar a elite, os Estados procuravam atender as camadas populares, podendo contudo, criar outros graus de ensino (secundário e superior).

A Constituição de 1891 em seu artigo 35 estabeleceu como incumbências não exclusivas do Congresso criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados e prover a instrução secundária no Distrito Federal. Em termos de ensino secundário, o Governo Federal deu apenas condições de sustentação ao Colégio Pedro II, não criou nenhum outro estabelecimento de ensino secundário nos Estados, pelo contrário, extinguiu aqueles que tinham algum vínculo com o Governo Central.

"Durante toda a Primeira República perdurou, em matéria de ensino secundário, a luta entre o regime regular o regime de parcelados, o primeiro regulamentado por decretos do Poder Executivo e o segundo sempre protelado por leis do Legislativo, geralmente atendendo a interesses particulares, que pretendiam facilitar o acesso aos cursos superiores".

(PILETTI, 1990, p. 55)

O governo tinha a competência de legislar sobre o ensino secundário, diretamente a ele vinculado. Tal legislação também exercia enorme influência sobre os estabelecimentos mantidos pelos estados e particulares. Primeiramente pelo fato do Governo controlar o ingresso ao ensino superior e qualquer alteração neste sentido levava automaticamente os estabelecimentos estaduais e particulares a se adequarem a nova realidade.

Também era garantido aos estabelecimentos estaduais e particulares a equiparação dos alunos por eles formados aos do Colégio Pedro II desde que seguissem a legislação federal, entre os principais direitos estava o de ingressar nos cursos superiores sem precisar prestar novos exames.

As principais reformas a que o ensino secundário se

submeteu, cinco na sua totalidade, foram emanados pelo Poder Executivo. Tais reformas traziam no seu bojo considerações sobre o objetivo, duração e conteúdos do ensino secundário.

Em se tratando de objetivos, o ensino secundário existia em função do ingresso no ensino superior. A primeira reforma surge antes mesmo da promulgação da Constituição de 1891. A reforma de Benjamin Constant (1890) tinha como objetivo: "Proporcionar a mocidade brasileira a instrução secundária e fundamental, necessária e suficiente, assim para a matrícula nos cursos superiores da República, como em geral para o bom desempenho dos deveres do cidadão na vida social." (Art. 1º do decreto nº 1075 de 22.11.1891)". (PILETTI, 1990 p. 60)

Nesta época aboliu-se os exames parcelados preparatórios, introduzindo-se o exame de madureza para a verificação da cultura intelectual dos alunos e de sua habilitação para os cursos superiores. Na reforma de Benjamin Constant, a duração do curso secundário era de sete anos. Tal reforma contudo não saiu totalmente do papel, sendo sua implantação modificada por decretos, regulamentos e portarias.

Surge em 1901 uma nova reforma proposta por Epiácio Pessoa cujo objetivo era "proporcionar a cultura intelectual necessária para a matrícula nos cursos de ensino superior e para a obtenção do grau de bacharel em ciências e letras". (Decreto nº 3.914, de 26.01.1901). (PILETTI, 1990, P.60)

A reforma de Epiácio Pessoa reduzia de 7 (sete) para 6 (seis) anos a duração do ensino secundário. Tal reforma equiparou estabelecimentos estaduais, municipais e particulares sujeitando-os a medidas federais fiscalizadoras e uniformizadoras, mantendo o exame de madureza e implantando o regime de estudos seriados, ou seja, o curso ginasial.

Contudo, como na reforma anterior nem tudo foi implantado de imediato, a implantação do curso seriado foi adiada para 1904 e após para 1908. Três anos mais tarde surge uma nova

reforma desta vez encabeçada por Rivadávia Corrêa que tinha como objetivo: "Proporcionar uma cultura geral de caráter essencialmente prático aplicável a todas as exigências da vida e difundir o ensino das Ciências e das Letras, libertando-o da preocupação subalterna de curso preparatório. (Art. 1º do decreto nº 8.660 de 05.04.1911)". (PILETTI, 1990, p. 60) Nesta reforma a duração do curso secundário permaneceu em seis anos para o regime de externato, já a duração do curso de regime de internato passou para quatro anos. Esta reforma deu uma maior autonomia ao ensino secundário sem contudo desoficializá-lo por completo. Eliminou uma série de privilégios escolares representados no âmbito do ensino secundário pelas cartas de bacharel e pelos certificados de exames ginásiais ou preparatórios, conferidos até então pelo ginásio nacional e estabelecimentos equiparados para que os estudantes tivessem condição legal de ingresso nas escolas superiores.

O ingresso ao ensino superior, passou a ser feito através do "exame de entrada" independente de apresentação de qualquer certificado ou atestado de estudos secundários. Com esta reforma o ensino oficial, uniforme implantado em 1901 é substituído por outro, livre, diversificado e flexível, ministrado em estabelecimentos autônomos. Esta reforma leva o sistema de ensino brasileiro a uma total desorganização, tendo como consequência a implantação de uma nova reforma.

Esta nova reforma idealizada por Carlos Maximiliano tinha como objetivo "ministrar ao estudante sólida instrução fundamental, habilitando-o a prestar em qualquer academia rigoroso exame vestibular. (Art. 158 do decreto nº 11.530 de 18.03.1915)" (PILETTI, 1990, p.60)

Quanto a duração, o ensino secundário permanecia em cinco anos. A nova reforma representava um meio termo quanto a interferência do Estado na Educação. Reduziu a autonomia anteriormente concedida. Ressurge exames preparatórios, cujo objetivo principal era conceder aos estudantes não matriculados em escolas oficiais, certificado de estudos secundários reconheci-

dos pela União. "Do ponto de vista pedagógico, restabelece-se, conseqüentemente, a duplicidade de regime de ensino secundário, o seriado para os alunos do Colégio Pedro II e os ginásios equiparados e o parcelado para os alunos, do estabelecimentos particulares". (NAGLE, 1976, p. 145).

No período de 1890 a 1920 a União mantém apenas estabelecimentos padrões, que serviam de modelos para outras escolas secundárias instaladas no Brasil, assumindo a iniciativa particular a responsabilidade de ministrar este grau de ensino. Dado aos altos custos dos cursos secundários somente os jovens provenientes da elite tinham condições de freqüentar tal ensino.

Com exceção da reforma Rivadavia Correia, as reformas Benjamim Constant, Eptácio Pessoa, Carlos Maximiliano colocam o curso secundário como um trampolim necessário para o ingresso ao nível superior, e neste, alcançar as profissões liberais e as carreiras políticas e burocráticas, para buscar posição social e prestígio.

A reforma de 1925, proposta por Luís Alves, tinha como objetivo tornar o curso secundário em base para matrícula nos cursos superiores.

Quanto à duração o curso secundário, segundo o Decreto 16.782 - A de 13 de janeiro de 1925, ficaria em 5 (cinco) anos com o recebimento de certificado de aprovação e 6 (seis) anos o Bacharelado em Ciências e Letras.

Com esta nova reforma, esperava-se que o curso secundário deixasse de ser um curso preparatório para o ingresso no curso superior e passasse a ser um curso por excelência de formação dos jovens brasileiros. Contudo não passou de mais uma expectativa frustrada uma vez que se deteve na implantação de um curso ginásial seriado e obrigatório, com um considerável aumento das funções normativas e fiscalizadoras do Estado.

O que se observava era o desejo de um rápido preparo e cada vez mais superficial das matérias que habilitavam para a matrícula nos cursos superiores, deixando de ser encarado como um preparo fundamental e geral para a vida, qualquer que fosse a profissão que o indivíduo viesse a se dedicar.

Um dos resultados da reforma de 1925 foi a seriação obrigatória do curso secundário, além da obrigatoriedade na frequência e necessidade de aprovação em todas as disciplinas da série para alcançar a aprovação para a série seguinte.

Em relação a reforma de 1915, foram introduzidas novas disciplinas.

Reformas mais amplas, principalmente no aspecto qualitativo muitas vezes eram impedidas dado a interesses particulares.

Do ponto de vista dos estudantes e de suas famílias, não havia clima para se deixar de pensar no curso secundário, principalmente como mecanismo de ascensão social. Assim sob a forte pressão, muitas das normas de 1925 foram combatidas, obrigando o governo à recuar.

Na década de 20 (vinte) se reconhece a necessidade do poder político se responsabilizar pela criação e manutenção de escolas, bem como assegurar aos menos providos financeiramente, condições de freqüentar a escola. Principalmente para a camada dirigente da nação, o ensino secundário era uma questão há muito resolvida, uma vez que este grau adequara-se às aspirações desta classe. Com a predominância de uma variedade agrária industrial que buscava o bacharelismo e o empreguismo, as mudanças pequenas é bem verdade não influenciaram decisivamente o grau secundário. Assim, somente a classe média podia tentar influenciar o ensino secundário uma vez que na classe pobre poucos chegavam a freqüentá-lo. Ao final da primeira República havia promessas de mudanças no tocante ao ensino secundário, discutia-se a transformação deste curso, em curso de natureza técnica.

Fase 1930 - 1946

Ao final da primeira República, a área educacional muito pouco ou quase nada havia avançado em relação ao final do Império. O ensino secundário continuava minado pelo ensino regular, não seriado, sendo seu objetivo primordial preparar o jovem para ingressar no ensino superior.

Este período inicia-se com a Revolução de 1930 encerra-se com o golpe de Getúlio Vargas que instalou o Estado Novo....

Após a Revolução de 30, reformadores educacionais que durante a Primeira República defenderam ideais, passaram a ocupar importantes cargos na área educacional. Tiveram assim, a oportunidade de colocar em prática aquilo que defendem. Tido como um dos períodos de maior radicalização política de nossa história, nesta época quatro projetos se sobressaíam no campo do pensamento educacional para a construção do chamado "Brasil Novo".

"Por um lado situaram-se os *liberais* - intelectuais que expressavam os desejos da construção de um país em bases urbano-industriais democráticas e que, no plano educacional, endossavam as teses gerais da Pedagogia Nova. Eram aqueles intelectuais que encetaram a maioria das reformas educacionais estaduais dos anos 20, e que por isso passaram a ser conhecidos como *profissionais da educação*. Nos anos 30, acabaram por publicar o 'Manifesto dos Pioneiros de Educação Nova' (1932), onde propunham bases pedagógicas renovadas e a reformulação da política educacional. Em oposição direta aos *liberais* situaram-se os *católicos*. Defensores da Pedagogia Tradicional, os católicos reagiram ao 'Manifesto', orquestrando uma bateria poderosa contra as teses escolanovistas. Aos poucos as posições dos católicos se aproximaram das teses ultraconservadoras da AIB - Ação Integralista Brasileira - entida-

de surgida nos anos 30, à semelhança dos movimentos do nazismo e fascismo europeus. Os católicos foram às últimas conseqüências contra os liberais, chegando mesmo a uma campanha de difamação. Nas vésperas da Constituinte de 1934, organizaram a LEC -Liga Eleitoral Católica-, que serviu como instrumento de pressão para fazer valer os interesses católicos gerais na elaboração da Carta Magna. No centro dessa disputa ficou o governo, que procurou aparentar situar-se numa posição de neutralidade. Francisco Campos, que dirigia o então recém-criado MESP - Ministério da Educação e saúde Pública (1931) - possuía trânsito entre os liberais e os católicos e, dizendo querer aproveitar a contribuição de ambos os grupos, acabou por colocar em execução uma política própria, mas também distante de princípios efetivamente democráticos. Uma quarta força social se expressou através da ANL - Aliança Nacional-Libertadora -, entidade que aglutinou boa parcela das classes populares - proletariado e camadas médias - no sentido da formação de uma frente anti-imperialista e antifascista. A ANL recuperou, em parte, os projetos de política educacional esboçados pelo Movimento Operário da Primeira República, principalmente as teses sobre democratização do ensino já presentes nos anos 20 nas campanhas políticas do então recém-criado Partido Comunista do Brasil. Liberais, católicos, integralistas, governistas e aliancistas coloriram o debate político e educacional dos anos 30. Em suma, todos desejavam a construção de um 'novo Brasil', diferente da República Oligárquica que a Revolução de 30 veio colocar de lado.

(GHIRALDELLI, 1990, p.40)

Com a revolução de 30 (trinta) foram criadas as Secretarias de Educação dos Estados, bem como o Ministério da Educação...

Francisco Campos era tido como pertencente ao grupo de profissionais de educação, tendo realizado uma verdadeira re-

forma no ensino de Minas Gerais, quando Secretário do Governo daquele Estado, na década de 20 (vinte). Apesar de sua reforma escolanovista, Campos gozava de livre trânsito nos meios católicos bem como nas entidades para-fascistas.

Assim tão logo criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública - MESP, Campos promoveu uma ampla reforma, imposta a todos os territórios. Criou o Conselho Nacional de Educação, fixou diretrizes para o ensino superior, reorganizou a Universidade do Rio de Janeiro, reorganizou o ensino secundário, regulamentou a profissão de Contador e estruturou o ensino comercial...

Apesar destas reformas não promoveu mudanças no tocante a problemas do ensino popular e nem se preocupou com a expansão e a melhoria da escola primária.

Após a IV conferência Nacional de Educação, da qual participaram vários educadores e intelectuais, incluindo Francisco Campos e Getúlio Vargas; os liberais tornaram público o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, cuja finalidade era sensibilizar o governo na defesa da escola pública gratuita, obrigatória e laica, inspirados na teoria de Dewey, Kilpatrick e outros.

Este manifesto veio provocar uma reação de ódio por parte dos católicos. Esta por sua vez, através de Alceu de Amaro de Lima deu combate ao manifesto alegando que se estava retirando a educação das mãos da família e destruindo os princípios de liberdade de ensino, chamando-o inclusive os escolanovistas de materialistas, comunistas, pro-soviéticos, etc. Tal movimento refletia a situação política da época. Esta disputa entre liberais e católicos exigia do governo habilidade, pois o mesmo tornara-se um mediador imparcial.

A constituição de 1934, tida como uma das mais progressistas deu ao ensino secundário uma tendência à gratuidade.

A Reforma Francisco Campos e o Ensino Secundário

A reforma do ensino secundário inicialmente deu-se através do decreto número 19.980 de 18 de abril de 1931, sendo consolidado posteriormente pelo decreto número 21.241 de 04 de abril de 1932.

Francisco Campos na exposição de motivos do decreto nº 21.241, fez a seguinte consideração:

"A finalidade exclusiva do ensino secundário não há de ser a matrícula nos cursos superiores; o seu fim, pelo contrário, deve ser a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, constituindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamento que a habilitem a viver por si e tomar, em qualquer situação as decisões mais convenientes e mais seguras".
(ROMANELLI, 1989, p. 135)

Assim foi implantado um currículo enciclopédico. Coube a Francisco Campos o mérito de organizar o ensino, secundário, criando um currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental e outro complementar, e a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior.

Equiparou os colégios oficiais secundários ao Colégio Pedro II mediante inspeção federal e deu oportunidade aos estabelecimentos particulares de se organizarem segundo o decreto submetendo-se à inspeção. Regulamentou a admissão do corpo docente e o seu registro junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública. O curso secundário foi dividido em dois ciclos: Um fundamental de cinco anos e um complementar de dois anos. O primeiro era obrigatório para o ingresso ao curso superior e o segundo em determinadas escolas. O ciclo complementar possuía uma divisão conforme o curso preparatório para o ingresso nas

Faculdades de Direito, Ciências Médicas e Engenharia.

a) Ciclo Fundamental

Disciplinas	Séries
Português.....	I, II, III, IV, V
Francês	I, II, III, IV
Inglês	II, III, IV
Latim	IV, V
Alemão	facultativo
História	I, II, III, IV, V
Geografia	I, II, III, IV, V
Matemática	I, II, III, IV, V
Ciências Físicas e Naturais	I, II,
Física	III, IV, V
Química	III, IV, V
História Natural	III, IV, V
Desenho	I, II, III, IV, V
Música (canto orfeônico)	I, II, III

b) Ciclo Complementar

Para candidatos à faculdade de Direito

Latim	I, II
Literatura	I, II
História	I
Noções de economia e estatística	I
Biologia Geral	I
Psicologia e Lógica	I
Geografia	I
Higiene	I
Sociologia	II
História da Filosofia	II

Para candidatos às Faculdades de Medicina, Odontologia e Farmácia:

Alemão e Inglês	I, II
Matemática	I
Física	I, II
Química	I, II

História Natural	I, II
Psicologia e Lógica	I
Sociologia	II

Para os candidatos aos cursos de Engenharia e Arquitetura:

Matemática

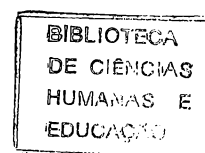
Física	I, II
Química	I, II
História Natural	I, II
Geofísica e Cosmografia	I
Psicologia e Lógica	I
Sociologia	II
Desenho	II

O ensino secundário era de caráter elitista, com currículo, possuindo um sistema de avaliação rígida, exigente e exagerado quanto ao número de provas e exames.

"Para uma média de 102 disciplinas anuais, estavam prescritas em lei, para cada disciplina: a) uma argüição mensal; b) uma prova parcial a cada dois meses; c) um exame final. A nota final seria a média das notas mensais de argüição, das provas parciais e do exame final década disciplina. Isso tudo equivalia, a aproximadamente, para o ano todo, 80 argüições ou provas mensais, 40 provas parciais e 10 provas finais, num total de 130 provas e exames, o que, durante um período letivo, equivaleria a, pelo menos, 1 prova a cada 2 dias de aula. Vê-se, portanto, que não se tratava de um sistema de ensino, mas de um sistema de provas e exames. E é evidente que o aluno que conseguisse varar ileso o sistema, ao longo dos seus 5 ou 7 anos de duração, era realmente privilegiado.

(ROMANELLI, 1989, p. 137)

Em ambos os ciclos a seletividade está presente tanto em relação ao ingresso e conclusão de um ciclo para outro bem como a conclusão no ciclo fundamental e ingresso no ciclo complementar.



A reforma Francisco Campos, proporcionou um estrangulamento no ensino médio, para o sistema educacional, uma vez que somente o ensino secundário dava acesso ao ensino superior, enquanto os profissionais não se articulavam com o secundário.

O ensino comercial foi organizado pelo Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931, que regulamentou a profissão de contador:

Estrutura

a) Cursos médios

- 1º Ciclo - Cursos propedêutico de 3 (três) anos;
 - Cursos auxiliar de comércio de 2 (dois) anos.

- 2º Ciclo - Cursos técnico de secretariado de 1 (um) ano;
 - Cursos de guarda-livros de 2 (dois) anos;
 - Cursos de administrador-vendedor de 2 (dois) anos;
 - Cursos de atuário de 3 (três) anos;
 - Cursos de perito contador de 3 (três) anos.

O decreto também estabelecia as funções e cargos que deveriam ser ocupados pelos profissionais na estrutura do governo.

Algumas críticas à organização do ensino secundário:

- 1º excessiva fiscalização e controle com decisões centralizadas;
- 2º falta de articulação com o ensino primário;
- 3º o curso administrador-vendedor, de segundo ciclo médio, não dava acesso ao curso superior de finanças ou qualquer outro.

A única possibilidade de acesso ao curso superior através do curso comercial era o curso superior de Finanças.

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC

O Brasil saía da crise econômica da década de 30 (trinta) e necessitava se industrializar. Para que tal ocorresse, havia necessidade de pessoas especializadas.

O nosso sistema educacional não possuía infra-estrutura necessária à implantação em larga escala do ensino profissionalizante. A classe média que procurava o ensino secundário, também não demonstrava interesse pelo ensino profissional e paralelamente à organização do ensino médio profissionalizante arrastava-se, sem contudo atender às necessidades do desenvolvimento.

A indústria necessitava de mão-de-obra com um mínimo de especialização, o que teria de ser feito de uma maneira rápida e prática. Para fazer frente à esta necessidade, o governo, através do Decreto Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942 criava o Serviço Nacional de Aprendizagem dos industriários que transformou-se mais tarde no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e que tinha como finalidade organizar e administrar as escolas de aprendizagem industrial em todo o país. A direção e organização do SENAI coube a Confederação Nacional das Indústrias sendo mantido com a contribuição das indústrias a ela filiadas.

Numa segunda etapa o governo baixou dois outros decretos: o primeiro, de nº 4.481 de 16 de julho de 1942, e o segundo de nº 4.436, de 7 de novembro de 1942.

"Completando a regulamentação da matéria, o governo baixou ainda dois outros Decretos-Lei. O primeiro, de nº 4.481 de 16 de julho de 1942, dispôs sobre a obrigação de os estabelecimentos industriais empregarem aprendizes e menores num total de 8%, correspondente ao número de operários neles existentes e matriculá-los nas escolas

mantidas pelo SENAI. Neste caso, a Lei ainda exigia prioridade para os filhos, inclusive os órfãos e irmãos de seus empregados. O mesmo decreto estipulou que estas escolas seriam de dois tipos: as estabelecidas junto às próprias empresas e as mantidas pelo sistema oficial de ensino. Nelas os cursos de aprendizagem deveriam conter disciplinas de formação geral, de formação técnica e de prática das operações do ofício. Além do mais, esse decreto-lei determinou que os cursos destinados à formação dos aprendizes funcionassem no horário normal de trabalho, sendo os alunos obrigados à frequência dos cursos em que estivessem matriculados. O outro decreto-lei, de nº 4.436, de 7 de novembro de 1942, ampliava o âmbito da ação do SENAI, determinando que sua rede de escolas profissionais atingisse também o setor de transportes, das comunicações e da pesca. Determinava ainda que estas escolas passassem a ministrar, além dos cursos de aprendizagem, o ensino de continuação, aperfeiçoamento e especialização, o que significava uma ampliação de duas ordens: em primeiro lugar, quanto aos setores de produção, a qualificação de pessoal em várias áreas de trabalho, tendo como consequência uma diversificação maior de seus cursos; em segundo lugar, a ampliação, quanto aos níveis de cursos, com a inclusão do aperfeiçoamento e especialização e, portanto, com a possibilidade da reciclagem profissional e da formação de professores. Como o Estado começasse a interferir mais profundamente no processo de industrialização, assumindo o mesmo encargo de promover a industrialização relativa ao setor básico, decidiu ele, compelir, pelo decreto-lei 4.984, de 21 de novembro de 1942, as empresas oficiais, que possuíssem mais de 100 (cem) empregados, a manter, por conta própria, 'uma escola ou sistema de escolas de aprendizagem destinadas à formação de profissional de seus aprendizes, e ao ensino de continuação e de aperfeiçoamento e especialização de seus demais trabalhadores', podendo essas escolas, para efeito de adminis-

tração de seu ensino, articular-se com o sistema de escolas do SENAI".

(ROMANELLI, 1989, p. 66-7)

Este foi o marco inicial para a organização das Escolas Técnicas Federais que hoje distribuem-se em todo o país.

Já passara 4 (quatro) anos quando o governo, através do decreto-lei nº 8.621 de 10 de janeiro de 1946, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC; que utilizou da mesma estrutura do SENAI, apenas dirigindo-se ao Comércio, sendo controlada e organizada pela Confederação Nacional do Comércio.

O Ensino Normal

Durante o período republicano, as escolas normais tiveram um desenvolvimento bastante acelerado, chegando ao número de 540 (quinhentas e quarenta) no ano de 1949. As reformas que haviam sido implantadas até então tinham afetado o ensino normal, uma vez que era de competência de cada Estado promover as reformas necessárias.

Com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal, decreto nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, houve uma centralização de diretrizes, bem como foram fixadas normas para a implantação deste ramo de ensino em todo o Território Nacional.

O Ensino Normal passou a ter os seguintes objetivos:

- "1 - Promover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias;
- 2 - habilitar administradores escolares destinados as mesmas escolas;
- 3 - desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância". (ROMANELLI, 1989, p. 164)

O Ensino Normal foi dividido em dois ciclos: o primei-

ro ciclo, com duração de quatro anos, funcionou em escolas com o nome de Escolas Normais Regionais e tinha como preocupação com a formação de regentes de ensino primário; o segundo ciclo com duração de três anos funcionava em estabelecimentos com o nome Escolas Normais e formavam a professora primária.

Além dos cursos acima mencionados, o mesmo decreto criou os Institutos de Educação que ministravam cursos de especialização de professor primário e habilitação de administradores escolares, estes possuíam também jardins de infância e cursos primários:

Os cursos de especialização e habilitação tinham como principal preocupação especializar professores para educação pré-primária, ensino complementar primário, ensino supletivo, desenho, artes aplicadas e música, assim como pessoal para direção de escolas, estatística escolar e avaliação escolar.

O primeiro ciclo possuía a seguinte grade curricular:

Disciplinas	Séries
Português	I, II, III, IV
Matemática	I, II, III
Geografia Geral	I
Geografia do Brasil	II
História Geral	III
História do Brasil	IV
Ciências Naturais	I, II
Anatomia e Fisiologia Humanas ...	III
Higiene	IV
Educação Física	I, II, III, IV
Desenho e Caligrafia	I, II, III, IV
Canto Orfeônico	I, II, III, IV
Trabalhos Manuais	I, II, III
Psicologia e Pedagogia	IV
Didática e Prática do Ensino	IV

Havia um nítido predomínio de matérias de cultura ge-

ral sobre as de formação profissional. Não havia um cuidado especial com a parte profissionalizante, sendo que apenas na quarta série é que eram incluídas disciplinas intimamente ligadas à docência. O curso Normal Regional foi durante muito tempo e em muitos locais o único formador de professores para atuar no ensino primário.

O segundo ciclo possuía a seguinte organização curricular:

Disciplinas	Séries
Português	I
Matemática	I
Física e Química	I
Anatomia e Fisiologia Humanas ...	I
Música e Canto Orfeônico	I, II, III
Desenho e Artes Aplicadas	I, II, III
Educação Física, Recreação, Jogos	I, II, III
Biologia Educacional	II
Psicologia Educacional	II, III
Higiene, Educação Sanitária e Puericultura	II, III
Metodologia do Ensino Primário ..	II, III
Sociologia Educacional	III
História e Filosofia da Educação	III
Prática do Ensino	III

Tal qual as demais leis orgânicas, também o curso normal possuía um sistema de avaliação pouco flexível, com um número bastante grande de provas e exames bem como a falta de articulação com os demais ramos do ensino.

As normalistas quanto ao ingresso no curso superior tinham poucas opções, somente alguns cursos da Faculdade de Filosofia. Havia uma nítida discriminação quanto a idade, não sendo admitidos em qualquer um dos cursos candidatos com idade superior a 25 (vinte e cinco) anos, isto num país que possuía grande parte dos professores primários sem qualificação e idade superior à es-

tabelecida em lei. Ao invés de destinar-se a formação do professor leigo, o curso de primeiro ciclo na prática habilitava adolescentes.

A Escola Normal preparava o professor para atuar num ensino primário seletivo e elitista.

Enquanto de um lado o ensino fundava-se nos princípios do populismo nacionalista, de outro vivia o retrocesso da educação classista com o objetivo de preparar lideranças, mantendo em seu conteúdo cunho literário e acadêmico.

Às classes desfavorecidas destinavam-se os cursos profissionalizantes, enquanto a elite freqüentava o ensino secundário e as mulheres cursavam a escola a Escola Normal, não tanto para se profissionalizarem, mas para se prepararem como futuras esposas e mães de família. Aquelas que não contraíam matrimônio é que colocavam em prática a sua vocação de trabalhar com crianças. Ser professora já naquela época era sinônimo de baixo salário, uma vez que ser professora era quase uma extensão do lar.

O professor imaginava o aluno ideal, oriundo da elite com todos os pre-requisitos à uma boa aprendizagem. À professora restava a tarefa de traduzir nos planos de aula os conteúdos a serem assimilados pelos alunos. Os Institutos de Educação constituíam a elite dos cursos normais, freqüentados pela elite, incorporavam novas experiências didáticos-metodológicos, frutos do movimento Escolanovista, sem incorporarem as mudanças sociais que vinham ocorrendo com o ensino primário geral.

Fase 1946 a 1960

Com a eleição em 1946, do candidato do PSD (Partido Social Democrata), Mal. Eurico Gaspar Dutra, apoiado por políticos defensores dos interesses de grupos econômicos ligados ao

setor agrário, o Brasil retorna à democracia e adota uma nova constituição de cunho liberal e democrático, conforme estabelece o título V, Capítulo III, que trata dos direitos e garantias dos cidadãos, como a liberdade de pensamento.

A Nova Constituição reitera a Constituição de 34 (trinta e quatro), conferindo à união o dever de legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

A gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário passa a fazer parte da constituição de 1946. Para os níveis de ensino subseqüentes ao primário a gratuidade atingirá os alunos carentes de recursos. Ainda em 1946 o então Ministro da Educação Clemente Mariano, constituiu uma comissão de educadores cuja responsabilidade era elaborar um estudo e propor um projeto de reforma do ensino brasileiro.

Em 1948 o anteprojeto é encaminhado à Câmara Federal, sendo votado em 1961, 13 anos após, resultando na Lei 4.024/61.

Houveram dois períodos de debate em torno da reforma do ensino: o primeiro vai de 1948 a 1958; este caracterizou-se por lutas e discussões em torno do anteprojeto, em torno da interpretação dos preceitos constitucionais e um segundo período que começa em 1958 e termina em 1961. Ainda em 1948, devido a um parecer desfavorável do Deputado Gustavo Capanema, o projeto foi arquivado, sendo em 1951 solicitado a sua exumação, contudo havia se extraviado, sendo então solicitado a sua recomposição. Em 1956, após anexados vários projetos, emendas e pareceres começa a discussão no Legislativo.

O primeiro anteprojeto elaborado pelo Ministro Clemente Mariani apenas regulamentava o texto Constitucional, no que se refere à educação, propôs a gratuidade do ensino primário, assim como a gratuidade da escola pública em seus vários níveis.

todos os ramos do ensino, o ensino profissional nos vários também elasticidade e flexão inexistentes.

os Lacerda apresentava um se- cado em debate. Alguns dias antou um terceiro substituti- ou uma nova proposta através to se aproximou bastante do

a sub-comissão relatora para emendas apresentadas e elabo- reprojeto mereceu a aprovação o de 1960.

mbro de 1961, o projeto foi ebeu sanção parcial do Presi- al ou parcialmente 25 (vinte osteriormente receberam apro-

l toda a educação brasileira orgânicas de ensino. Neste técnicos foram equiparados. O entre o ensino técnico e o , pela Lei nº 1.076, de 31 de o 1º que todo estudante con- sino comercial, industrial ou a no curso clássico, bem como ames nas disciplinas não es- ndidas no primeiro ciclo do

e ao 2º ciclo foi dado em arço. Esta Lei, em seu Arti-

go 2º dava direito ao ingresso em qualquer curso superior, mediante exames de seleção, ao aluno que houvesse concluído um curso industrial, agrícola ou comercial, ou do segundo ciclo do curso normal.

Fase 1961 a 1970

Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 e o ensino médio

A Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, manteve a estrutura tradicional, que continuou a ser organizada segundo a legislação anterior. O ensino médio, subdividido em dois ciclos: o ginásial de quatro anos e o colegial de três anos, ambos por sua vez compreendendo o secundário e o ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores).

O ensino secundário teve sua situação agravada com o quadro de variações dos currículos admissíveis, propostos pelo Conselho Federal de Educação para o sistema federal de ensino. Foram propostos quatro modelos de currículos, que pouco diferenciavam-se entre si e que foram adotados pela maioria das escolas. Em 12 de fevereiro de 1962, era instalado o Conselho Federal de Educação e em setembro do mesmo ano aprovou o Plano Nacional de Educação para o período de 1962/1970. No que diz respeito ao ensino secundário esperava-se uma matrícula de 30% (trinta por cento) da população de 15 a 18 (quinze a dezoito) anos nas séries do ciclo colegial.

Estas metas foram revistas em 1965 e 1966, contudo continuaram as mesmas. No ano de 1970, apenas 21,4% (vinte e um vírgula quatro por cento) da população de 15 a 18 (quinze a dezoito) anos, achavam-se matriculados no ensino médio. A lei nº 4.024 apresentou sem dúvida, novas perspectivas para o ensino secundário e garantiu de uma vez por todas a equivalência dos diferentes ramos de ensino em relação ao acesso ao ensino superior.

Fase 1971 até nossos dias

Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 e o ensino de segundo grau

A Lei nº 5.962 de 11 de agosto de 1971, foi imposta pelo governo sem qualquer discussão e sem a participação de alunos, professores e pessoas ligadas a área educacional, ao contrário do que ocorreu com a Lei nº 4.021/61.

A Lei nº 4.024/61 foi modificada basicamente por duas outras leis:

- a) Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º grau, Lei nº 5.692/71
- b) Lei que altera os dispositivos da anterior, recompondo a profissionalização no 2º grau - Lei nº 7.044/82.

A Lei nº 5.692/71 estabeleceu os objetivos do ensino, de seus graus, das disciplinas, o mínimo de dias letivos, a carga horária anual e por curso, normas para o financiamento da educação, para formação do pessoal docente além de outros aspectos. Quanto ao ciclo Colegial, este passou a chamar-se de ensino de 2º Grau, tendo como principal característica a profissionalização.

Vários documentos demonstraram a necessidade de uma reformulação da política educacional brasileira, passando pela educação primária e média. Havia na época, diferentes enfoques quanto aos problemas do ensino primário e médio.

O primeiro era consequência do acordo MEC-USAID, o qual propunha maior integração das escolas primárias e médias. Neste sentido Romanelli cita:

"Propugnava-se, portanto, por uma linha de reformulação que estendesse a escolaridade e eliminasse a compartimenta-

ção da escola elementar e da escola média. Isso pressupunha um tipo de integração em que o ciclo da escola média (antigo ginásio) ficasse mais ligado à escola primária ou fundido à ela. Portanto, os objetivos implícitos nas sugestões ou propostas dos acordos MEC-USAID estavam vinculados a uma reorganização da escola fundamental.

(ROMANELLI, 1989 p.234)

O projeto MEC-USAID, que propunha uma mudança do ensino no Brasil estava assentado em três pilares: educação e desenvolvimento, educação e segurança, educação e comunidade. Chavi assim descreve estes três pontos:

"O item educação e desenvolvimento propunha a formação rápida dos profissionais que atendessem às necessidades urgentes do país quanto à tecnologia avançada. Profissionalização rápida e privatização do ensino foram objetivos prioritários da reforma voltada à criação da mão-de-obra especializada para um mercado em expansão. Permaneceu ignorada, porém, a natureza dos cursos considerados necessários. Contudo, o leitor atento já poderia decifrar nas entrelinhas: a idéia não era criar pesquisadores, mas executantes aptos de um ser vindo de fora. Educação e desenvolvimento não significava mais do que a educação e reprodução da dependência. Educação e segurança visava à formação do cidadão consciente, entendendo-se por consciência o civismo e o desejo de resolver os 'problemas brasileiros'. O tópico segurança já determinava de antemão a natureza do civismo e dos problemas que seriam propostos aos alunos. Compensação humanística para o tópico tecnológico anterior, levaria a criação das disciplinas de Educação Moral e Cívica (curso médio) e Problemas Brasileiros (superior). E já se abria uma brecha para o que se seguiu na prática: a extinção do curso de filosofia no colegial e seu desprestígio na Universidade. O item Educação e Comunidade é o mais expressivo. A relação da escola com a comunidade era proposta em termos genéricos: a comunidade diria à

escola quais as questões mais urgentes para a coletividade e a escola responderia tais carências formando pessoal capaz de atendê-las. Traduzindo em miúdos, era esse o tópico referente à ligação escola-empresa (já que por comunidade só se entendia os empresários), o que resultaria em Conselhos Universitários compostos de professores e representantes do patronato. A 'integração das escolas à realidade social' (dizia o MEC-USAID) visava o fornecimento de mão-de-obra barata às empresas e ao surgimento de uma elite de pseudo-pesquisadores (que seriam capazes de tudo, menos pesquisar)". (PILETTI, 1990, p.129)

Tudo isto na prática acabou por concretizar os cursos profissionalizantes a nível de 2^o grau.

Isto gerou uma oferta enorme de mão-de-obra especializada no mercado de trabalho, que não absorvia todo o volume de jovens oriundos de cursos profissionalizantes, então estes acabaram submetendo-se a qualquer serviço por míseros salários.

O segundo, resultante de documentos elaborados por grupos de brasileiros que propugnavam por uma reformulação do ensino médio em consonância com a problemática existente na universidade. Defendiam a reformulação dos objetivos do ensino médio com vistas a um desvio de demanda social de escola superior.

Como a universidade não poderia atender a todos, as duas comissões concluíram que o ensino médio deveria dar uma formação profissional, assim o candidato teria já um emprego, esquecendo-se do curso superior que até aquela data era quem profissionalizava. A profissionalização do nível médio era tida como uma exigência cujo resultado seria selecionar apenas os mais aptos para a universidade, contendo a um nível mais estreito a demanda pelo ensino superior.

Havia na época um grande interesse por parte dos empresários por uma mão-de-obra com alguma educação e treinamento que fosse bastante produtiva e ao mesmo tempo barata.

A Lei nº 5.692/71, tinha como objetivo geral para o 1º e 2º graus o seguinte:

"Artigo 1º - O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar aos educandos a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania."

Assim podemos concluir que se objetivava, proporcionar tanto ao aluno de 1º como de 2º grau, algum tipo de educação. Uma educação que desse chance ao aluno de se auto-realizar, bem como possibilitasse uma formação profissional para o exercício de alguma atividade, concomitantemente com o exercício consciente da cidadania.

Artigo 21º - da Lei nº 5.692/91 menciona "o ensino de 2º grau destina-se a formação integral do adolescente."

O ensino de 2º grau passa a ser organizado em três ou quatro séries, conforme a habilitação, compreendendo 2.200 (duas mil e duzentas) horas ou 2.900 (duas mil e novecentas) horas de trabalho escolar efetivo. Os cursos de 2º grau organizaram-se segundo duas opções; a primeira orientada pelas diretrizes estabelecidas no Parecer nº 45/72 e a segunda orientada nos termos do Parecer nº 76/75 do Conselho Federal de Educação.

O currículo organizado segundo o parecer nº 45/72 oferecendo habilitações em nível de Técnicas e Auxiliar Técnico, assegura ao aluno a aquisição de valores formativos que visam a integrá-lo em sua comunidade local, na sociedade e no seu tempo histórico. Assegura-lhe ainda, a capacitação ao exercício de sua profissão, visando a integrá-lo na força de trabalho.

segundo o Parecer nº 76/75, profissionalizante, acrescentos, habilitação profissional ou a uma área específica de casos, só se definirá após

uma sólida educação geral que o trabalho e/ou a continui-

dades em conhecimentos técnicos no mínimo, da existência de

o nº 76/75 estabelecem algumas de 2º grau:

o exercício de uma ocupação conhecimentos técnicos, complementacional;

o para o exercício de uma menor soma de conhecimentos parcialmente uma parte operacio-

as previstas pelo Parecer nº não são datados de 12 de justificadas no Parecer nº 45/72, técnicos comerciais, industriais, indústria da Lei nº 4.024/61. o do que desdobramentos das

onais no Ensino de 2º grau

OS

- Contabilidade
- Estatística
- Publicidade
- Secretariado
- Comercialização e Mercadologia
- Cerâmica
- Curtimento
- Calçados
- Refrigeração e Ar Condicionado
- Artes Gráficas
- Cervejas e Refrigerantes
- Estruturas Navais
- Pesca
- Manutenção de Aeronaves
- Decoração
- Tradutor e Intérprete
- Redator Auxiliar
- Turismo
- Hotelaria
- Enfermagem
- Laboratórios Médicos
- Prótese
- Óptica
- Economia Doméstica
- Instrumentista Musical

ITAÇÕES

- Auxiliar de Forragens e Rações
- Classificador de Produtos Vegetais
- Desenhista de Arquitetura

OUTRAS HABILITAÇÕES

060 - Desenhista de Estruturas	084 - Desenhista-Cartógrafo de Geologia
061 - Auxiliar de Escritório Técnico de Edificações	085 - Laboratorista de Geologia
062 - Desenhista de Instalações Hidráulicas	086 - Desenhista-Cartógrafo de Mineralogia
063 - Desenhista de Estradas	087 - Laboratorista de Mineralogia
064 - Laboratorista de Solos e Pavimentação	088 - Auxiliar Técnico de Instalação de Minas
065 - Topógrafo de Estradas	089 - Auxiliar Técnico de Metalurgia
066 - Desenhista de Agrimensura	090 - Auxiliar Laboratório de Análises Químicas
067 - Topógrafo de Agrimensura	091 - Auxiliar de Laboratório Petroquímico
068 - Cadastrador de Agrimensura	092 - Desenhista de Padronagem
069 - Laboratorista de Saneamento	093 - Auxiliar de Laboratório Têxtil em Fibras e Tecidos
054 - Agente de Defesa Sanitária Vegetal	094 - Auxiliar de Laboratório Têxtil em Química
070 - Auxiliar Sanitarista	095 - Auxiliar de Inspeção de Alimentos
071 - Cronometrista	096 - Auxiliar de Inspeção de Leite e Derivados
072 - Desenhista Mecânico	097 - Auxiliar de Inspeção de Carne e Derivados
073 - Desenhista de Ferramentas e Dispositivos	098 - Auxiliar de Escritório
074 - Desenhista de Instalações Elétricas	099 - Auxiliar de Contabilidade
075 - Desenhista de Máquinas Elétricas	100 - Auxiliar de Processamento de Dados
076 - Desenhista de Circuitos Eletrônicos	101 - Desenhista de Publicidade
077 - Desenhista de Circuito de Telecomunicações	102 - Corretor de Imóveis
078 - Auxiliar Técnico de Mecânica	103 - Corretor de Mercado
079 - Auxiliar Técnico de Electro-mecânica	104 - Promotor de Vendas
080 - Auxiliar Técnico de Eletricidade	105 - Despachante
081 - Auxiliar Técnico de Eletrônica	106 - Corretor de Seguros
082 - Auxiliar Técnico de Telecomunicações	107 - Corretor de Mercadorias
083 - Auxiliar Técnico de Instrumentação	108 - Auxiliar de Laboratório de Cerâmica
	109 - Auxiliar de Laboratório em Curtimento

OUTRAS HABILITAÇÕES

110 - Modelador de Calçados	120 - Auxiliar de Administração Hospitalar
111 - Desenhista de Instalações de Refrigeração e Ar condicionado	121 - Auxiliar de Documentação Médica
112 - Desenhista de Artes Gráficas	122 - Auxiliar de Fisioterapia
113 - Fotógrafo em Artes Gráficas	123 - Auxiliar de Reabilitação
114 - Desenhista de Estruturas Navais	124 - Secretária da Unidade de Internação
115 - Auxiliar de Laboratório (pesca)	125 - Auxiliar de Nutrição e Dietética
116 - Desenhista de Móveis	126 - Visitador Sanitária
117 - Desenhista de Decoração	127 - Oficial de Farmácia
118 - Ornamentista de Interiores	128 - Laboratorista de Análises Clínicas
119 - Auxiliar de Enfermagem	129 - Auxiliar Técnico de Radiologia
	130 - Auxiliar Técnico de Banco de Sangue

O Parecer nº 76/75 nos traz que os elaboradores da Lei, ao concederem o caráter de profissionalização, tiveram como objetivo:

"1º) mudar o curso de uma das tendências da Educação brasileira, fazendo com que a qualificação para o trabalho tornasse a meta não apenas de um ramo de escolaridade, como acontecia anteriormente, e sim de todo um grau de ensino que deveria adquirir nítido sentido de terminalidade; 2º) beneficiar a economia nacional, dotando-a de um fluxo contínuo de profissionais qualificados, a fim de corrigir as distorções crônicas que há muito afetam o mercado de trabalho, preparando em número suficiente e em espécie necessária ao quadro de recursos humanos de nível intermediário de que o País precisa". (DO ENSINO DE 2º GRAU - LEIS E PARECE RES, 1976, p. 476)

Mencionava-se que no Brasil não havia lugar para dois tipos de ensino médio, um que levava à Universidade e outro que

preparava para a vida, assim procurava-se promover a conciliação entre o ensino acadêmico e o técnico que há muito estavam distantes.

Além da Lei nº 5.692/71, dos Pareceres nº 45/72 e nº 76/75 vários outros pareceres e resoluções do Conselho Federal de Educação foram emitidos, entre os quais podemos citar:

- a) Parecer nº 853/71 e Resolução nº 08/71, fixava o núcleo comum do ensino de 1º e 2º graus e a doutrina do currículo decorrente da Lei.
- b) Parecer nº 349/72, que versava sobre a habilitação específica de 2º grau para o Magistério.

Quanto à organização curricular, esta passou a ser proposta por um núcleo comum, cujo objetivo era garantir a unidade nacional.

O núcleo comum tinha como obrigatório as seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, Geografia, História, Organização Social e Política do Brasil, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica e Programas de Saúde, além de Ensino Religioso que era facultativo.

Houve um aumento de matérias obrigatórias a nível nacional, bem como uma perda de liberdade dos sistemas estaduais e estabelecimentos de ensino ao introduzirem novas disciplinas.

As disciplinas que possibilitavam uma maior reflexão e favoreciam a discussão crítica deixaram de ser ministradas no ensino de 2º Grau, como também as disciplinas Física, Química e Biologia foram aglutinadas em um só componente. Além do núcleo comum, no 2º Grau as disciplinas das habilitações profissionais completam o currículo.

De acordo com a Lei nº 5.692/71 o quadro de competências para a fixação ficou assim concluído:

QUADRO 01 - ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO

	CATEGORIAS	COMPETÊNCIAS
CURRÍCULO DE SEGUINDO GRAU	1 - CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO	<p>FIXA As matérias relativas ao núcleo comum.</p> <p>DEFINE Os objetivos e amplitude dessas matérias</p> <p>FIXA 1 - Mínimo (de matérias) de cada habilitação profissional. 2 - Mínimo (de matérias) de conjunto de habilitações afins.</p> <p>APROVA Outras habilitações profissionais propostas pelos estabelecimentos de ensino, com validade nacional.</p>
	2 - CONSELHOS DE EDUCAÇÃO	<p>RELACIONAM Para os respectivos sistemas de ensino, as matérias dentre as quais poderá cada estabelecimento escolher as que devam constituir a parte diversificada.</p> <p>APROVAM 1 - A inclusão, nos currículos dos estabelecimentos de estudos não decorrentes de matérias relacionadas para a finalidade prevista no item anterior. 2 - Outras habilitações profissionais diversas das fixadas na forma dos §§ 3º e 4º do art. 4º da lei, com validade apenas no âmbito regional.</p>
	3 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	<p>ESCOLHEM As matérias que devam constituir a parte diversificada de seus currículos.</p> <p>ADOTAM Com aprovação do competente Conselho de Educação, outras habilitações para as quais não haja mínimos de currículos previamente estabelecidos.</p>

FONTE: Habilitações profissionais no ensino de 2º grau, 1972, p.90

Um dos maiores equívocos da Lei nº 5.962/71 foi a dearticulação do ensino normal, transformando-o na "Habilitação agistério" que passou a ser freqüentado por aqueles alunos cuas notas não permitiam sua entrada em outros cursos que facilitassem o acesso ao 3º Grau.

Pela Lei nº 5.692/71, quanto ao ensino de 2º Grau, o aluno só poderia concluí-lo mediante a obtenção de um diploma de auxiliar técnico ou de técnico. A partir deste momento para ingressar num curso superior bastava concluir a terceira série do 2º Grau e passar no concurso vestibular.

Lei nº 7.044/82 e o Ensino de 2º Grau

A Lei nº 7.044/82 veio completar a rejeição à profissionalização compulsória no ensino de 2º Grau. Nos onze anos de duração do ensino profissionalizante este revelou-se um fracasso.

A rejeição veio tanto por parte dos estabelecimentos particulares, quanto públicos. Os estabelecimentos particulares resistiam tanto pelo fato dos altos investimentos que teriam que fazer, como também a própria clientela por eles atendida, visava única e exclusivamente o acesso ao nível superior. Já os estabelecimentos públicos não possuíam recursos financeiros e humanos para o desenvolvimento de tais cursos profissionalizantes. Também as empresas que se instalavam no Brasil precisavam muito mais de mão-de-obra barata do que técnicos qualificados pelo ensino de 2º Grau. Assim, os estabelecimentos de ensino ficaram livres para oferecer ou não a habilitação profissional.

Observou-se que durante a obrigatoriedade do ensino profissionalizante os estabelecimentos de ensino procuraram burlar a lei ou cumpri-la da maneira mais fácil possível.

Alguns possuíam dois currículos, um oficial para fins de fiscalização e outro o real, com disciplinas mais específicas para o preparo dos estudantes para ingresso no curso superior; outros implantavam habilitações mais baratas, sem se importarem com a existência ou não de mercado de trabalho.

O Ensino de 2^o Grau e a Constituição de 1988 - Uma reflexão

Artigo 206, item VII

A expansão da escolarização gratuita e obrigatória ao nível de segundo grau exige que se pense em uma escola de massa. Não porém uma escola para a massa e outra para a elite. Uma escola de massa que seja democrática, de boa qualidade e para todos, na perspectiva não individualizante, mas ligada ao bem estar social da coletividade. O ensino técnico centrado nas ocupações clássicas ainda têm uma grande importância. A perspectiva a ser encaminhada, se não pode pretender ignorar as condições concretas do capitalismo, nas quais está inserida, sem superestimar a sua capacidade de neutralização das relações desiguais implicadas no trabalho alienado, pelo menos deve direcionar ações no sentido de viabilizar o acesso dos jovens ao conhecimento que é negado aos trabalhadores pelo sistema econômico, ações que sejam uma contrapartida à esfera das necessidades do capital; ações que sirvam enquanto instrumentos de emancipação política e econômica daqueles que trabalham. A oferta do ensino de 2^o Grau, no Brasil, constitui-se, ainda em privilégio, não só pela escassez de oferta, como pela durabilidade que a caracteriza. Um número restrito de pessoas consegue ter acesso a esse nível de ensino, o percurso pela escola de 2^o Grau é marcado por um alto grau de seletividade que atinge, de forma mais grave, aqueles que o sistema social já fragilizava na sua estrutura. A dualidade escola X escola particular; escola profissionalizante X escola propedêutica determina o baixo nível qualitativo de ensino, seja ele qual for, oferecido à clientela provinda das classes de mais baixa renda. A clientela atendida é que, de certa forma, determina nas suas características, a variação da qualidade para a qual atuam múltiplas de terminações intra e extra-escolares. Assim temos escolas públicas e privadas de boa qualidade e cursos profissionalizantes e cursos propedêuticos de boa qualidade.

Há uma função política de controle social muito forte embutida nas decisões a respeito de a quem e a quantos atender e o que ensinar neste nível de ensino, relacionado com a distribuição e apropriação do saber, que por sua vez, estão ligados a divisão social e técnica do trabalho.

A diferenciação na *práxis* do 2º Grau, já se coloca nitidamente no país desde a vigência das Leis Orgânicas do Estado Novo (1942-46) que estabeleceram um sistema dual na sistemática de organização deste nível de ensino. Dois grandes ramos compunham o então chamado nível médio: o secundário-acadêmico destinado a formação das elites condutoras e o técnico profissional, destinado à classe trabalhadora que conseguira ter acesso a este nível de ensino. O ramo secundário acadêmico dava acesso ao ensino superior, através de vestibular. Entrava-se no ensino médio mediante exames de admissão altamente seletivos em termos de origem social do aluno e do tipo de escola primária freqüentada. O ensino médio se iniciava no sexto ano de vida escolar com o ginásio, que tinha uma duração de quatro anos e prosseguia com um segundo ciclo de ensino médio de três anos.

O ramo técnico profissional (industrial, comercial, agrícola e normal) apenas dava acesso do grau de ensino superior a certos cursos. Destinava-se à formação de técnicos a nível médio que encontravam ocupação no mercado de trabalho. Extinto o Estado Novo, sob a bandeira da redemocratização, diversas medidas de equivalência efetivamente foram sendo implantadas. As chamadas leis de equivalência tenderam a uma certa unificação da estrutura que a LDB da Educação Nacional 1961 com todas as restrições legais de acesso ao ensino superior daqueles que cursavam ramos profissionalizantes. Embora assegurada a equivalência pela legislação na prática, a diferenciação continuou, visto que estruturalmente nada ocorreu para uma transformação maior.

Em 1971, com a lei 5.692 na esteira da ordem política assumida com o golpe de 1964, instala-se no país, o discurso da

pedagogia do saber fazer com eficiência e racionalidade. De caráter pragmático e imediatista, endereçada ao tipo de homem que o modelo econômico implantado exigia, esta lei revestindo as tendências de equivalência que se apresentavam conciliatoriamente como alternativas para o ensino secundário, profissionalizou o currículo para todas as escolas de forma compulsória. Para isto reduziu o espaço dos conteúdos acadêmicos através da "proporcionalidade inversa" do currículo e reestruturou o sistema de ensino, agora denominado de 1º e 2º Graus.

Houve uma tendência de degradação progressiva do sistema escolar, do ponto de vista do trabalho. Primeiro os cursos primário e ginásial deixaram de ser terminais para se tornar básicos. O seu término deixou de pressupor que a pessoa estivesse apta a trabalhar. Transferia-se para cursos apenas profissionalizantes como os oferecidos pelo SENAI, SENAC, etc a preparação para o trabalho ou para o novo 2º Grau. No entanto, era e é com o término do primeiro grau que as pessoas efetivamente são inseridas no mercado de trabalho. A elevação dos níveis de escolaridade da população contrapôs-se com a exigência das empresas para a admissão.

Expandiu-se relativamente o segundo grau de ensino, tornando-se obrigatória a profissionalização e, ao mesmo tempo paulatinamente as credenciais escolares deste grau de ensino foram sendo desvalorizadas e as ocupações variadas por este grau toda vez mais sendo ocupadas ou exercidas por pessoas com escolaridade mais extensa.

Houve um elevado índice de população escolarizada ao nível de 1º e 2º Graus e uma progressiva desvalorização das credenciais escolares.

Por mais de 10 (dez) anos após sua implementação, a Lei nº 5.692/71 e a nº 7.044/82, que dispensa a obrigatoriedade da profissionalização formalizando aquilo que já acontecia na maioria das escolas, ou seja, regularizando a não profissionalização já então predominante.

A maior parte dos cursos volta a sua condição unicamente propedêutica de preparação de poucos para a entrada no ensino superior e de muitos para o mercado de trabalho, nas suas ocupações menos credenciadas.

Torna-se claro que a preparação para o trabalho, que interessava via escola para o poder estabelecido, é exatamente aquele que melhor serve à reprodução do capital. Na atualidade, para esta reprodução, à escola pública de 1º e 2º graus, cabe um ensino geral sem compromisso maior, seja com a profissionalização, seja com a qualidade acadêmica.

Com o aumento da oferta de cursos propedêuticos, os concluintes destes cursos, não tendo uma formação profissional, precisam tentar o ingresso num curso superior de modo a obter a preparação profissional, o que faz com que sejam necessários um maior número de vagas a nível superior.

Se compararmos a população na faixa etária, a nível de Brasil, dos 15 aos 19 (quinze aos dezenove) anos, com matrícula inicial, verificamos que a matrícula representa em média no período 1980 a 1985, 15% (quinze por cento) do total desta faixa etária. Observa-se assim que 85% (oitenta e cinco por cento) dos jovens brasileiros não freqüentam o ensino de 2º grau.

O Ensino de 2º Grau Hoje

A atual situação do ensino de 2º grau no Brasil, em particular, o ensino público, é um indicador da total falta de atenção com que as autoridades governamentais tratam este grau de ensino.

O número de jovens em idade de cursar o 2º grau e que estão na escola é um dos mais baixos da América Latina, ficando

abaixo do Chile, México, Paraguai, Honduras, Argentina e Costa Rica. Apenas um em cada seis jovens freqüentam o ensino secundário, número comparado à países como El Salvador e Haiti. Quase 50% (cinquenta por cento) que concluem o 1º grau não ingressam no 2º grau.

Ao considerar o enorme número de crianças que se evadem já no 1º grau, a situação é ainda mais calamitosa. O descaso das políticas educacionais para com este nível é alarmante a ponto de nos últimos dez anos apenas cerca de 10% (dez por cento) do dinheiro gasto em educação é direcionado ao 2º grau. Os outros 90% (noventa por cento) são divididos entre a educação elementar, que hoje se constitui também num grande fracasso, e as Universidades. Entre esses dois opostos que formam o grande Sanduíche Educacional Brasileiro está o ensino médio é o recheio cada vez mais imperceptível.

Quando nos voltamos ao 1º Mundo a situação se inverte, no Japão por exemplo, 95% (noventa e cinco por cento) dos jovens freqüentam este nível de ensino, seguido pelos EUA 88% (oitenta e oito por cento), Austrália 86% (oitenta e seis por cento), Inglaterra 80% (oitenta por cento), França 77% (setenta e sete por cento) e Coréia do Sul 74% (setenta e quatro por cento).

Mais da metade daqueles que conseguem ingressar nos cursos de 2º grau o freqüentam no período noturno, o que faz com que se deduza que trabalham durante o dia. Apenas 48% (quarenta e oito por cento) dos estudantes de 2º grau concluem o curso no prazo, 21% o abandonam todos os anos. Cerca de 12 (doze) milhões de jovens de um total de 14,5 (quatorze e meio) milhões, não estão na escola de 2º grau.

Durante quase cinco décadas quatro grandes reformas foram feitas sem contudo garantir o acesso daqueles que não dispõem de recursos financeiros e muito menos promoveu alguma elevação na qualidade do ensino de 2º grau. Este período caracterizou-se por um precário atendimento àqueles que deveriam ter acesso a esse grau de ensino.

Franco (1988) coloca que para uma redefinição no ensino de 2º grau há necessidade de um levantamento dos pontos críticos. Tais pontos seriam os seguintes:

- a) Indefinição política.
- b) Falta de pesquisa e dados que se preocupem em levantar problemas específicos de ensino de 2º grau no Brasil.
- c) Improvisação.

Quanto a indefinição política, está presente não só neste grau de ensino como também nos outros. Também o próprio ensino de 2º grau não é uniforme, havendo várias outras habilitações com diferentes objetivos, finalidades e políticas. É fundamental que se tenha em mente que o ensino de 2º grau deve antes de tudo ser um prolongamento do 1º grau, oportunizando ao aluno aprofundar seus conhecimentos sociais, históricos e científicos.

Torna-se necessário e urgente saber que a escola desperta maior interesse por parte dos adolescentes e também da grande maioria dos brasileiros. É de suma importância ouvir os alunos, analisar suas críticas, sugestões e expectativas para que ocorra um avanço nas definições políticas quanto ao ensino de 2º grau. Até a poucos anos, este grau de ensino atendia quase que unicamente aos jovens das camadas privilegiadas da nossa população, contudo nos últimos anos é cada vez maior a participação daqueles que constituem a massa jovem trabalhadora, aqueles que conseguem transpor todos os obstáculos do 1º grau e heroicamente atingem o 2º grau. Poucos destes chegam ao final desta jornada, pois trabalham na grande maioria das vezes para a sua sobrevivência com maus salários, freqüentam cursos noturnos e acabam desistindo.

Franco (1988) também alerta quanto às especificidades deste grau de ensino e levanta duas questões importantes: uma de ordem teórica e outra de ordem empírica.

"Do ponto de vista teórico, a maioria dos educadores, ao interpretar o ensino de 2º Grau, elege a problemática da segmentação ou da dicotomia entre o ensino profissionalizante e o ensino propedêutico como a grande matriz norteadora. Muitas dessas interpretações estão presentes em estudos assentados na ótica da teoria do 'capital humano' e/ou em 'teses reprodutivistas', que ou ignoram a contradição capital-trabalho ou procuram demonstrar que não é na escola que se resolve tal contradição. (...) Do ponto de vista empírico, as contradições presentes na realidade social concreta dificultam, sobremaneira, a definição de uma política educacional para esse nível de ensino. Isso porque, por um lado, continua a existir uma forte demanda social por uma profissionalização a nível médio, principalmente por parte de jovens de menor poder aquisitivo que antevêm seus projetos de continuidade dos estudos a nível superior frustrados, ou pelo menos adiados, seja pela precariedade da escolarização recebida, o que inviabiliza ultrapassar a barreira dos exames vestibulares, seja pelos entraves decorrentes de dificuldades financeiras, o que inviabiliza acompanhar as propostas elitistas da maioria das universidades públicas. Essas universidades, oferecendo cursos apenas no período diurno, não abrem espaço para estudantes trabalhadores, estudantes estes que também não encontram lugar no ensino privado, pois não conseguem arcar com as onerosas mensalidades dos cursos noturnos oferecidos pelas faculdades particulares. Por outro lado, continua existindo demanda por cursos de 2º Grau propedêuticos, cujas propostas educacionais estejam voltadas à oferta de um ensino de boa qualidade que garanta a seus egressos a aprendizagem de conhecimentos e a aquisição das competências necessárias para enfrentar os exames vestibulares, e, portanto, prosseguir seus estudos a nível superior. (FRANCO, 1988, p. 27 e 31)

É fundamental que haja uma democratização do ensino superior que permita um maior acesso a este grau de ensino bem

como uma reavaliação do ensino técnico a nível médio, como uma alternativa para aqueles jovens que se decidiram por se qualificar somente a nível técnico.

Um segundo ponto diz respeito a falta de pesquisas e dados que melhor especifiquem a problemática que acomete o ensino de 2º grau no Brasil.

Os debates tem se voltado prioritariamente para a problemática do ensino de 1º grau, longe de questionarmos a importância deste grau de ensino, ou se voltam para o ensino de 3º grau, pois este forma elementos para atuarem no 1º grau.

Estes cursos funcionam na sua grande maioria em salas ociosas, construídas para atender o 1º grau, bem como não possuem biblioteca e material didático adequado.

As pesquisas existentes limitam-se a discutir o ensino profissionalizante esquecendo-se de outros pontos importantes como a elaboração de novos currículos e metodologias adequadas a este nível de ensino.

O terceiro ponto diz respeito as improvisações que cada vez mais estão presentes no ensino médio. Tal improvisação é nítida quando falamos em ensino profissionalizante, onde são improvisados cursos, professores, materiais, etc..

Há um nítido descompromisso para com a grande massa de jovens brasileiros, futuros trabalhadores e construtores de uma nova sociedade. Também, verifica-se uma nítida dualidade: de um lado o ensino profissionalizante e de outro um ensino que visa a uma formação geral.

Deseja-se uma escola democrática, onde todos tenham acesso, para que isto ocorra há necessidade que sejam criados novos cursos, oferecidos um maior número de vagas, bem como manter os alunos freqüentando a escola nos três anos de duração do curso.

Também uma escola unitária onde o ensino de 2º grau tenha uma identidade, deixando de ser um mero trampolim para o ensino superior e deixe também de ministrar uma profissionalização, que é falha e ridícula muitas vezes.

A escola terá de ser um projeto coletivo, que requer ensino de todos os participantes deste projeto educativo, ou seja, professores, estudantes especialistas, diretores, funcionários e comunidade.

A escola terá de ser adequada, isto é, possuir equipamentos, materiais, espaço físico e elementos humanos capacitados.

Tabela 01 - Ensino regular de 2º grau
Matrícula Inicial e Distribuição Percentual por Dependência Administrativa

BRASIL: 1980-89

ANO	Dependência Administrativa					
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Não Inform.
1980	2.819.182 100,0	86.125 3,1	1.324.682 47,0	97.454 3,4	1.310.921 46,5	- -
1981	2.820.998 100,0	92.028 3,3	1.391.730 49,3	117.524 4,2	1.219.716 43,2	-
1982	2.874.505 100,0	96.536 3,3	1.473.352 51,3	126.794 4,4	1.177.823 41,0	-
1983	2.944.097 100,0	101.784 3,4	1.574.752 53,5	137.716 4,7	1.129.845 38,4	-
1984	2.951.624 100,0	93.245 3,2	1.691.107 57,2	134.711 4,6	1.032.561 35,0	-
1985	3.016.138 100,0	99.422 3,3	1.780.155 59,0	132.333 4,	1.004.228 33,	-
1986	3.166.855 100,0	95.602 3,0	1.885.316 59,5	135.243 4,3	1.050.694 33,2	- -
1987	3.206.207 100,0	92.561 2,9	1.854.333 57,8	133.369 4,2	1.125.113 35,1	831 0,0
1988*	3.340.000 100,0	96.860 2,9	1.935.864 58,0	140.614 4,2	1.166.662 34,9	-
1989*	3.441.000 100,0	100.000 2,9	2.010.000 58,4	141.000 4,1	1.190.000 34,6	- -

FONTE: A Educação no Brasil na Década de 80

* Estimativas

No quadro 01 observa-se que no ano de 1980 havia um quase equilíbrio no número de alunos matriculados em escolas estaduais e particulares. A partir daí as escolas particulares tiveram uma acentuada queda nas matrículas com bom aumento nas escolas estaduais.

De uma maneira geral houve um aumento no total de matrículas iniciais.

Tabela 02 - Ensino Regular de 2º Grau
Número e Distribuição Percentual de Estabelecimentos por Dependência Administrativa

BRASIL: 1980-89

Ano	Dependência Administrativa					
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Não Inform.
1980	7.443	117	2.957	525	3.844	-
	100,0	1,6	39,7	7,1	51,6	
1981	8.077	120	3.274	596	4.087	-
	100,0	1,5	40,5	7,4	50,6	
1982	8.454	126	3.483	634	4.211	-
	100,0	1,5	41,2	7,5	49,8	
1983	8.853	142	3.783	694	4.234	-
	100,0	1,6	42,8	7,8	47,8	
1984	9.107	134	4.056	668	4.229	-
	100,0	1,5	44,5	7,3	46,4	
1985	9.260	137	4.421	638	4.064	-
	100,0	1,5	47,7	6,9	43,9	
1986	9.406	131	4.717	650	3.908	-
	100,0	1,4	50,1	6,9	41,6	
1987	10.140	138	5.441	668	3.890	3
	100,0	1,4	53,6	6,6	38,4	0,0
1988*	10.173	139	5.442	668	3.899	-
	100,0	1,4	56,6	6,6	38,4	
1989*	10.173	141	5.444	668	3.920	-
	100,0	1,4	53,5	6,6	38,5	

FONTE: A Educação no Brasil na Década de 80

* Estimativas

Quanto a distribuição das unidades escolares existentes no Brasil, por dependência administrativa, verifica-se que a rede de ensino particular possuía um maior número de unidades escolares até 1985 quando ocorreu uma inversão, a partir daí a rede estadual que em 1980 concentrava 39,7% (trinta e nove vírgula sete por cento) das unidades de 2º grau do país, aumentou para 53,5% (cinquenta e três vírgula cinco por cento) em 1989. As redes federal e municipal apresentaram uma ligeira queda.

Tabela 03 - Ensino Regular de 2º Grau
População, Matrícula Inicial e Taxa de Atendimento de 15-19
anos

BRASIL: 1980-89

ANO	População de 15-19 anos	Matrícula inicial de 15-19 anos	Taxa de atendimento 15-19 anos
1980	13.277.662	1.930.289	14,5
1981	13.613.778	1.967.350	14,4
1982	13.503.618	1.986.802	14,7
1983	13.633.959	1.950.000	13,9
1984	13.740.569	1.987.171	14,5
1985	13.869.671	1.998.212	14,4
1986	14.016.591	2.133.759	15,2
1987	14.083.944	2.182.866	15,5
1988	14.329.641	2.291.866*	16,0
1989	14.572.517	2.401.866*	16,5

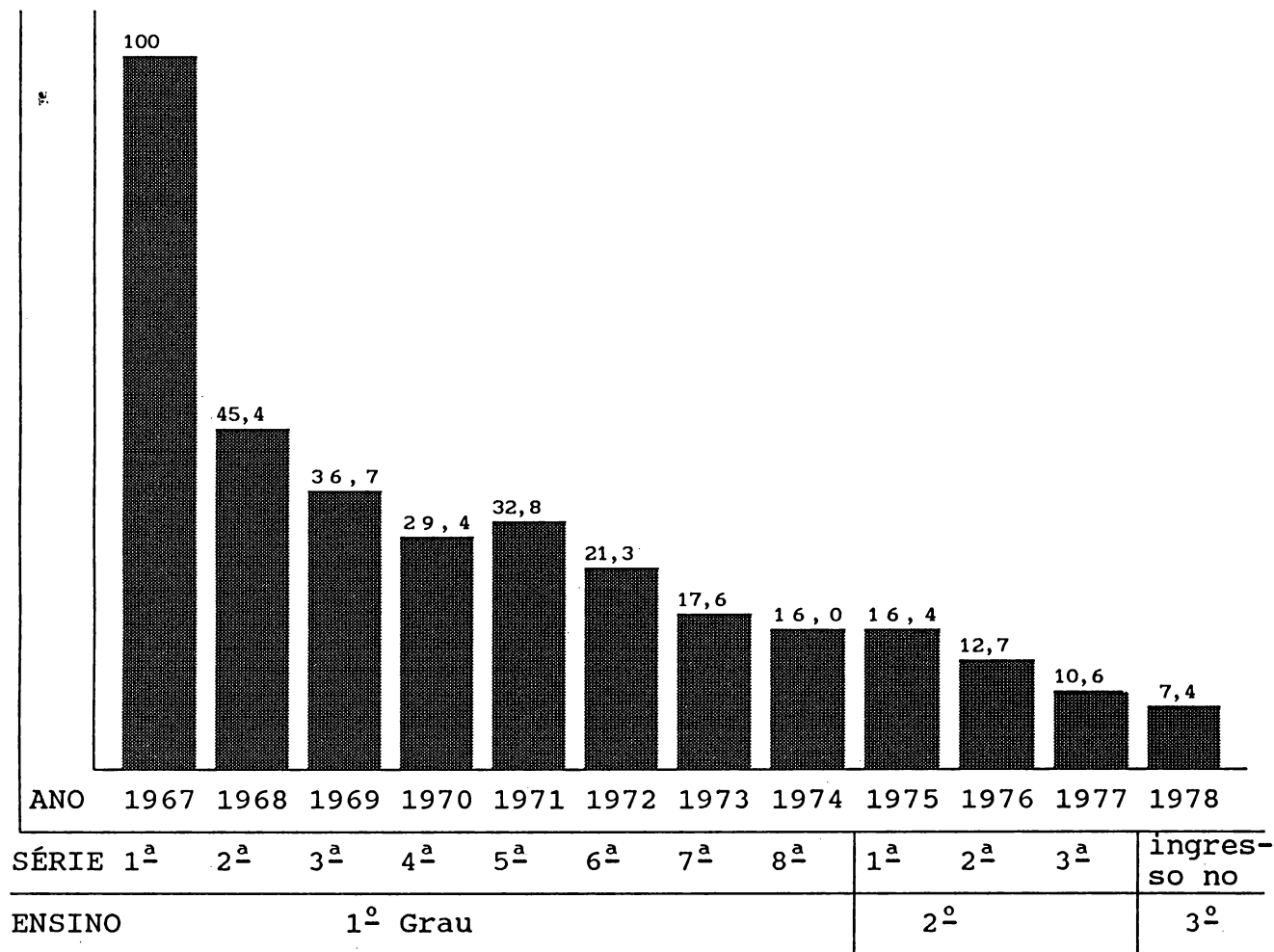
FONTE: A Educação no Brasil na Década de 80

* Estimativas

Observa-se na tabela acima que a taxa de atendimento ao jovem de 15 a 19 (quinze a dezenove anos) pelos cursos de 2º grau, teve um pequeno aumento. Contudo a percentagem de atendidos ainda é irrisória, para um país que aspira com o primeiro mundo.

E se considerarmos que a tabela acima representa apenas a matrícula inicial, e que durante os três anos de curso, o índice de evasão é bastante grande, temos um retrato bastante claro do número de jovens que conseguem concluir este grau de ensino.

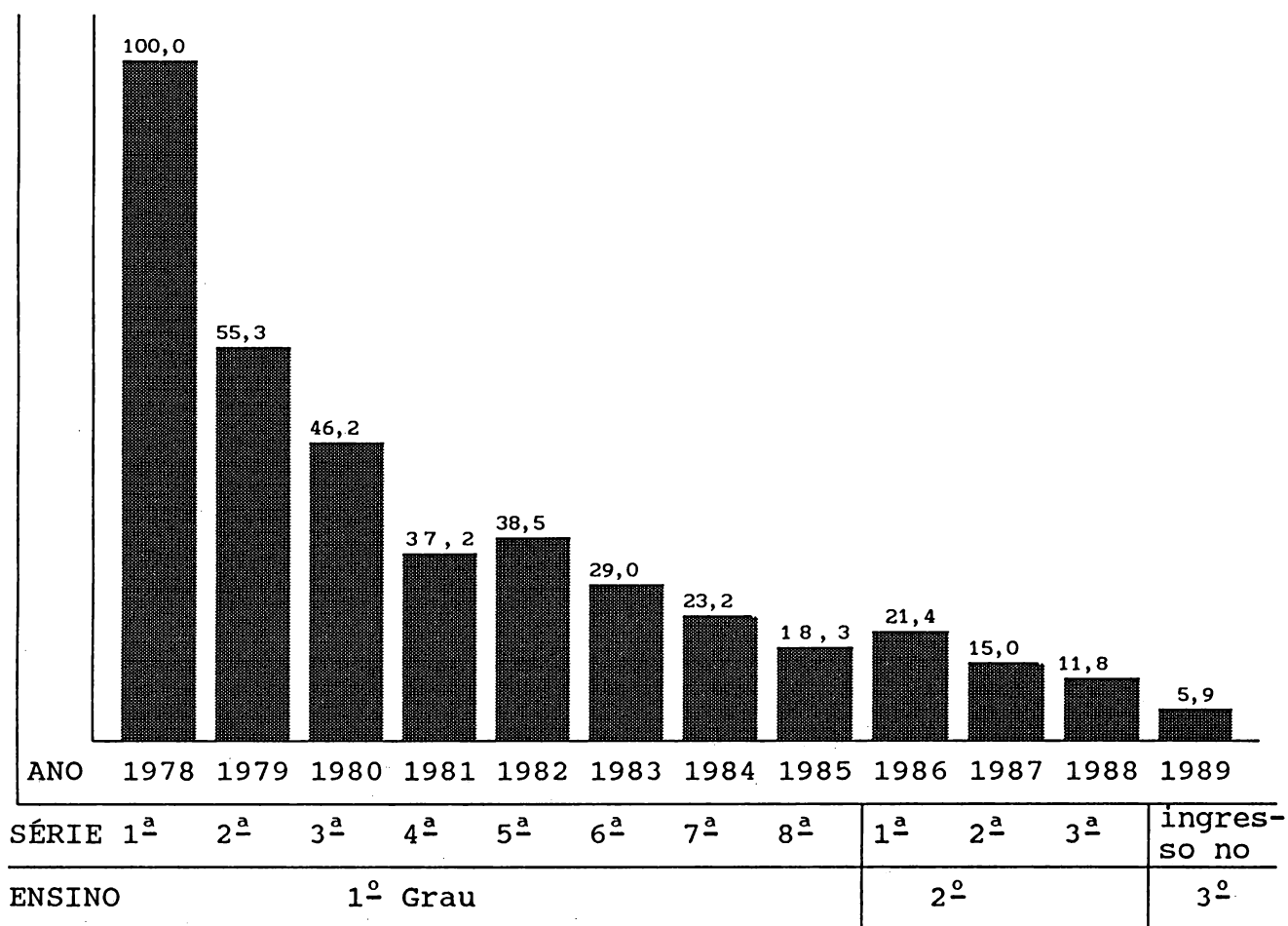
Gráfico 01 - Evolução do Fluxo Escolar no Sistema Regular de Ensino, segundo a Matrícula Inicial Total BRASIL 1967-78



Fonte: A educação no Brasil na década de 70

Este gráfico nos mostra a evolução dos fluxos escolar no sistema regular de ensino no Brasil no período de 1967-78. O que observamos é que a cada 100 (cem) crianças que ingressaram na 1ª série do 1º grau, 54,6% (cinquenta e quatro vírgula seis por cento), se evadiram já no ano de 1968, apenas 16,4% (dezesseis vírgula quatro por cento) ingressam em 1975 no 2º grau de ensino, e apenas 10,6% (dez vírgula seis por cento) concluem, e 7,4% (sete vírgula quatro por cento) ingressam no ensino superior.

Gráfico 02 - Evolução do Fluxo Escolar no Sistema Regular de Ensino 1978 - 89



Fonte: A educação no Brasil na década de 80

O presente gráfico nos mostra a evolução dos fluxos escolar no sistema regular de ensino no Brasil no período de 1978 - 89. Observa-se que a cada 100 (cem) crianças que ingressaram em 1978 na 1ª série do 1º grau, apenas 11,8% (onze vírgula oito por cento), conseguiram concluir a 2º grau em 1988 e destes apenas 5,9% (cinco vírgula nove por cento), conseguiram ingressar no 3º grau, o que demonstra uma taxa elevada de evasão nas escolas brasileiras.

Em relação ao período de 67/78 observa-se um ligeiro aumento no número de alunos que concluem o nível de 2º grau, contudo houve um decréscimo no ingresso destes no 3º grau.

1.4 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO SECUNDÁRIO EM SANTA CATARINA

No Estado de Santa Catarina o ensino implantou-se de maneira lenta e mansa.

Na época do descobrimento e muitos anos se seguiram com uma população quase totalmente analfabeta, isto não só no Brasil, mas também em Portugal, daí se constata a deficiência do Sistema Escolar Português.

Os primeiros exploradores que se tem notícia que se erradicaram em Santa Catarina foram o português Henrique Montes e o castelhano Melchior Ramirez, sobreviventes da expedição de José Dias Sales, isto entre 1815 e 1816.

Em 1538, dois frades franciscanos, Bernardo de Armenta e Afonso Lebron, que desligaram-se de uma quadrilha espanhola, aportaram em Santa Catarina, permanecendo 3 (três) anos, catequizando os índios que aqui viviam.

Em fins do século XVII, com a intenção de se iniciar as missões, chegaram à Laguna os Padres João Lobato e Joaquim Rodrigues, tendo estes visitado aldeamentos próximos. Após dois anos de trabalho estes padres conseguiram reunir cerca de 150 (cento e cinqüenta) indivíduos de ambos os sexos a levá-los até o Rio de Janeiro para doutriná-los, uma vez que Laguna não oferecia condições para tal.

Contudo, ao chegarem a Santos foram impedidos de seguir viagem e distribuídos entre os moradores.

Até 1675, nas vilas e povoações de Santa Catarina ape-

nas alguns homens possuíam algum tipo de instrução, sendo que estes eram eleitos para dirigentes magistrados e asseguradores da ordem e defesa.

Ainda no século XVII, o descaso pela instrução pública da província continuava. Se havia algum ensino ministrado, em Santa Catarina, este se dava graças a iniciativas particulares.

Com a elevação da povoação de Desterro (atual Florianópolis), na vila foi instalado um destacamento militar, donde se tem notícia que o sargento João Almeida Moura começa a lecionar as primeiras letras.

Dom Pedro I, sucessor de Dom João V, mandou instalar uma casa, no Desterro, afim de instruir a mocidade.

Embora a vontade de Dom Pedro I fosse a criação de um verdadeiro colégio na ilha, tal anseio não se concretizou, em virtude dos decretos de 1759, da Reforma Pombalina. Em 31 de janeiro de 1759, o então governador da província de Santa Catarina recebeu determinações para que os padres jesuítas fossem embarcados imediatamente para o Rio de Janeiro, não devendo permitir a entrada de nenhum deles em território catarinense, fosse português ou castelhano. O período pombalino caracterizou-se:

- a) pela supressão repentina de todo o sistema escolar criado pelos jesuítas;
- b) pela reforma pombalina, criando um novo sistema escolar, com professorado leigo e financiado pelo subsídio literário.

A reforma marca o início do sistema escolar oficial, mantido e administrado diretamente pelas autoridades públicas. Quanto a qualidade, o ensino ministrado decaiu consideravelmente devido à falta de preparo do novo professorado leigo, à pobreza de seus recursos, e ao desleixo governamental.

Aqueles mais abastados financeiramente mandavam seus

filhos estudar nas cidades maiores, ou então na Côrte, em Lisboa, contudo a grande maioria, a quase totalidade dos catarienses viviam sem qualquer tipo de instrução.

Com a transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil, algumas melhorias no campo do ensino puderam ser observadas, contudo ainda singelas.

Com a nossa independência política em 1922, pouco progresso se observou no campo educacional em nosso país. Na província de Santa Catarina, foi criada uma Escola de Ensino Mútuo, bem como foi permitido a todo o cidadão brasileiro o livre exercício do magistério.

As escolas que ensinavam as primeiras letras eram chamadas 'tico-tico' e 'amansa burros'.

Quanto a instrução secundária, salvo algumas aulas de latim e de uma ou outra disciplina já anteriormente existentes, nada havia. O governo criou em 1837, duas cadeiras de ensino secundária uma de retórica, filosofia racional e moral e geografia, e outra de aritmética, álgebra, geometria e trigonometria. Em 1843, o padre Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva, ministrava aulas de francês, latim e filosofia, possuindo na primeira disciplina 21 (vinte e um alunos) e na segunda 4 (quatro) alunos.

Com o retorno dos jesuítas, que fundaram colégios na província, os estrangeiros passaram a ter acesso ao ensino particular.

Quanto a instrução secundária em 1871, lamentava-se a extinção do Colégio do S.S. Salvador, que era responsável pela instrução secundária na província, contudo havia o pensamento de restabelecer o antigo Liceu, para tanto foi concedido a licença ao alferes reformado José Leite Ribeiro Sales, para, numa das salas do Liceu ensinar francês, latim, geografia, história

e sistema métrico. No ano anterior havia sido autorizado a presidência da Província a abrir um crédito suplementar afim de organizar um estabelecimento de ensino secundário. E, em fins de 1871 o presidente da Província concedeu o prédio do antigo Liceu para a instalação do colégio secundário destinado ao sexo masculino.

Apesar da difícil situação financeira pela qual passava a província, a Assembléia aprovou a lei 685 de 24 de maio de 1872, para a instalação de um colégio de instrução secundária, o qual iniciou suas aulas em 10 de janeiro de 1873 sob a direção de D. Rosalina Vilela Paes Leme.

"Os alunos internos, cujo recebimento anunciava o Colégio, desde a primeira concessão provisória do prédio seriam sujeitos a regime especial e a tratamento mais familiar possível. Havia uma só refeição de garfo por dia, às 13 horas, composta de sopa ou feijão, carne seca, ou de vaca, cozida ou assada, toucinho, um prato variável, farinha, e duas bananas ou uma laranja por sobremesa. Dois banhos por semana. Não seriam usados castigos corporais e os alunos cujo comportamento não fosse satisfatório, perderiam a saída dominical, ficariam de pé ou de joelhos em aula, conforme a gravidade da falta. Recebera o estabelecimento o nome de Colégio da Conceição e cobrava de cada pensionista a importância de 25 mil réis mensais; aos meio pensionistas 15 (quinze); e aos externos, que não fossem os gratuitos previstos no contrato, apenas 3 (Três) mil réis. Pelo uso da cama, do colchão, do travesseiro e da bacia, mais a jóia trimestral de 2 (dois) mil réis. (CABRAL, 1970, p.194.

Este foi o primeiro colégio secundário a ser fundado após o fechamento do colégio dos padres jesuítas. Contudo logo surgiram outros colégios, como por exemplo, o Colégio Catariense para alunos de ambos os sexos, isto em 1872.

Ainda em 1874, o Colégio da Conceição era administrado pelo casal Paes Leme, quando o governo provincial decidiu restaurar o antigo Liceu, com a denominação de Ateneu Providencial. O antigo edifício foi reformado, abrindo suas portas em primeiro de julho de 1847, com 109 (cento e nove) alunos, sendo seus cursos dirigidos pelo casal Paes Leme.

"Foi grandiosa a instalação do Ateneu, à qual prestaram o brilho da sua presença, o Presidente da Província, Dr. João Tomé da Silva, e todo o mundo oficial. O Batalhão do depósito prestou a guarda de honra, houve banda de música e foguetes com grande afluência de povo. Falou o Inspetor Geral da Instrução, Cônego Eloi de Medeiros, além de outros oradores e foi oferecido um lanche e um baile, à noite. O corpo docente era brilhante: gramática portuguesa, à qual concorriam 24 alunos, era ensinada pelo professor José Maria Branco, português de nascimento, trazido pelo Comandante Paes Leme, em 1872, para ensinar esta mesma disciplina no Colégio da Conceição; eloquência e poética eram ensinadas a meia dúzia de alunos pelo Dr. Genuíno Vidal, antigo aluno dos padres jesuítas e na ocasião promotor público da Capital; filosofia racional e moral era a cadeira do bacharel Luiz Augusto Crespo, freqüentada também por seis estudantes; às matemáticas, que compreendiam a aritmética, a álgebra até as equações do segundo grau, a geometria e a trigonometria, voltava o velho Fritz Müller, com a bela matrícula de 46 alunos; voltava também à sua cátedra de inglês, com 18 discípulos, o professor Nunes Pires; e ainda se via reconduzido à cadeira de francês, com 49 alunos, João José Rosas Ribeiro de Almeida; história e geografia eram as cadeiras do cônsul João Carlos Watson, contando 35 alunos; finalmente, o latim, a que concorriam apenas doze alunos, era ensinada pelo insigne latinista, Padre Mestre José Leite Mendes de Almeida; e filosofia, com 6 alunos, o Bacharel Bernardo Francisco Bröig. (CABRAL, 1970, p. 195)

Em 1876, foi suprimido o internato do Ateneu e pouco depois falecia D. Rosalina Vilela Paes Leme, esposa do Diretor, que logo desistiu de continuar a dedicar-se ao magistério, sendo exonerado e substituído pelo professor João José das Rosas Ribeiro de Almeida.

Alguns dos antigos professores faleceram e outros afastaram-se o que levou o Colégio a uma certa decadência sendo que no ensino secundário apenas 34 (trinta e quatro) alunos estavam matriculados.

Ao lado da crise pela qual passava o Ateneu, o professor Léon Eugênio Lapagasse fundava o Colégio Franco-brasileiro, contando com o ensino secundário além do primário, onde eram ministrados as seguintes disciplinas: Português, Francês, Inglês, Geografia, História e Aritmética.

As matrículas do Ateneu continuavam a declinar e o governo da província entendia ser melhor voltar a subvencionar como já fora feito antes, um colégio particular.

No ano de 1879, criou-se o Colégio Ramos de propriedade do professor José Ramos da Silva Júnior que contava com 54 (cinquenta e quatro) alunos matriculados.

No ano de 1883, dado a baixa freqüência o Ateneu foi fechado.

Em obediência a lei 898 de 1^o de abril de 1880, o governo cria em 1882 um curso normal com duração de dois anos. No primeiro ano, ensinava-se o Português, a Pedagogia, a Geografia, a Metodologia e a Aritmética; no segundo, o Francês, a História e a geografia. Os professores eram os mesmos do Ateneu. No ano seguinte surgiu o Liceu das Artes e Ofícios, cuja matrícula inicial foi de 392 (trezentos e noventa e dois) alunos, tendo apenas 190 (cento e noventa) alunos iniciado as aulas.

No ano de 1883 o governo criou no local do antigo Ate-
neu o Instituto Literário e Normal, que ministrava curso primá-
rio, secundário e também possuía uma escola normal e em seu
programa figuravam as seguintes disciplinas: Português, Latim,
Francês, Inglês, Italiano, Filosofia, Eloquência e Péptica,
Geografia, História e Matemática.

A sua matrícula, entretanto, não foi muito animadora.
Enquanto o Liceu contava com 382 (trezentos e oitenta e dois)
alunos em 1884 o Instituto possuía 84 (oitenta e quatro), em
1885, possuía 27 (vinte e sete), em 1887 chegou a 65 (sessenta
e cinco) alunos, em 1888 caiu para 35 (trinta e cinco) levando-
o a decadência.

O governo sofria mais uma decepção, com a tentativa de
melhoria para o ensino secundário da província.

O Ensino Médio em Santa Catarina após a Lei 4.024/61

A partir de 1961, em decorrência da Lei de Diretrizes
e Bases da Educação Nacional, o ensino médio passou a ter novas
perspectivas organizacionais.

Esta lei disciplinou o ensino médio. Aos Estados foram
assegurados prerrogativas quanto à organização e fiscalização
dos vários estabelecimentos de ensino médio. Assim garantiu-se
aos Estados o direito de intervir para garantir a expansão des-
se nível de ensino, pois até então somente tinham autonomia so-
bre o ensino primário e normal.

"I - ensino secundário - 'dar educação
aos adolescentes, de ambos os se-
xos, facultando-lhes condições pa-
ra o desenvolvimento equilibrado e
livre de sua personalidade e pre-
pará-los pra a vida dentro de uma
realidade catarinense e brasilei-

ra', e 'orientar e instruir os adolescentes para o acesso aos cursos superiores';

II - ensino técnico: 'possibilitar a iniciação do indivíduo, a par de uma cultura geral';

III - ensino normal: 'formar pessoal docente e necessário às escolas primárias e pre-primárias; habilitar administradores, orientadores, supervisores escolares e formar especialistas destinados aos estabelecimentos do ensino primário e pré-primário, capacitar o professor a integrar-se no meio geográfico, social e econômico, onde vier a exercer suas atividades, para que possa promover a melhor integração dos alunos nesse meio e assim o desenvolvimento sócio-cultural da comunidade". (SANTOS, 1968 p. 72-3)

Assim os Estados passaram a promover a expansão do ensino médio, em Santa Catarina isto se verifica se observarmos que no ano de 1960 havia apenas 26.000 (vinte e seis mil) alunos matriculados neste grau de ensino com apenas quatro colégios gratuitos, enquanto em 1966 esse número subiu para 69.929 (sessenta e nove mil, novecentos e vinte e nove) matrículas.

Quanto ao ensino normal, o Estado mantinha uma rede de ensino normal, dividida em dois níveis básicos: as escolas normais, que preparavam normalistas de segundo ciclo e os cursos normais regionais que preparavam o regente de ensino primário. Santa Catarina possuía em 1962, 98 cursos normais regionais, sendo 91 (noventa e um) oficiais e 7 (sete) particulares. Estes cursos não estavam adequados à realidade do estado e nem da nova Lei de Diretrizes e Bases, sendo logo adequados à nova situação.

Dado à grande demanda por cursos de grau médio e a escassez de recursos por parte do governo, este se viu obrigado a estabelecer convênios com estabelecimentos particulares a fim de garantir a gratuidade do ensino médio à população jovem ca-

tarinense, independentemente de sua condição social e econômica.

Quanto aos professores que atuavam no ensino médio havia uma certa deficiência na sua formação. Havia um elevado número de professores normalistas atuando no ensino médio. Os fatores econômicos inviabilizaram qualquer esforço de aperfeiçoamento, uma vez que recebiam salários irrisórios.

Implantação do Ensino Profissionalizante em Santa Catarina

A Lei nº 4.394 de 20 de novembro de 1969, estabelecia três diferentes áreas para o ciclo médio:

- ensino secundário - destinava-se a fundamentar o acesso à Universidade;
- ensino pedagógico - destinava-se a formar pessoal docente e especialista;
- ensino técnico - destinava-se à iniciação técnica de caráter vocacional e formação profissional.

As três proposições têm em comum a perspectiva de continuidade de estudos a nível superior: o princípio da continuidade, expressa pela Lei nº 5.692/71.

Em 1972, os estabelecimentos de ensino médio passaram a modificar os seus currículos adotando o regime da Lei nº 5.692/71. Ainda no mesmo ano foram baixadas novas orientações e diretrizes para a implantação dos cursos de 2º Grau, nos estabelecimentos já em funcionamento e também a novos estabelecimentos.

A partir de 1972, já funcionavam aproximadamente 50 (cinqüenta) escolas, nas quais as primeiras séries já atendiam à estrutura curricular da Lei nº 5.692/71.

No início da década de 70 falava-se em 'arrancada para o desenvolvimento' e 'crescimento do Brasil'. Isto, em Santa Catarina fez surgir perspectivas de emprego no setor secundário acompanhado por um fomento na industrialização. Para fazer frente ao Plano de Desenvolvimento Nacional criou-se em Santa Catarina o Projeto Catarinense de Desenvolvimento, que no campo da educação pretendia promover o desenvolvimento científico e tecnológico.

Preconizava-se uma educação que deveria constituir-se numa resposta ao apelo de desenvolvimento sob um tríplice aspecto:

- 1º - sob o aspecto da demanda social;
- 2º - sob o aspecto da demanda econômica;
- 3º - sob o aspecto da demanda tecnológica.

A educação como demanda social deveria visar ao universo da população, sem discriminar, oferecendo no mínimo o ensino básico. A educação como demanda econômica deveria suprir o mercado de trabalho com pessoal qualificado, o que seria possível através do ensino profissionalizante, um intermediário entre o básico e o superior. A educação como demanda tecnológica deveria ser capaz de atender às necessidades econômicas de inovação, modernização e de avanço tecnológico.

No período de 1971 a 1976 houve uma considerável ampliação no quadro de matrículas a nível de 2º Grau, enquanto em 1971 havia um total de 28.891 alunos este número em 1976 elevou-se para 69.289 (sessenta e nove mil, duzentos e oitenta e nove) alunos, os quais freqüentavam mais de 30 (trinta) diferentes habilitações.

Nas cidades de menor porte o ensino de 2º Grau era uma das formas de se elevar o seu *status*, sendo motivo de constantes iniciativas por parte da população, a instalação de um curso de 2º Grau, sem se questionar se a habilitação era adequada à região, se havia espaço físico, professores habilitados,

equipamentos e mercado de trabalho.

Já no período de 1976 a 1979, procurou-se frear a implantação desordenada de Cursos de 2º Grau, através de medidas disciplinadoras. Além disto observou-se um grande desencontro entre os planos de expansão e as medidas disciplinadoras.

Neste período os projetos a nível de governo tinham como finalidade principal atender às seguintes necessidades:

- Construção e equipamento para o ensino de 2º Grau;
- Implementação do processo de planejamento e informação do ensino de 2º Grau;
- Implementação do processo de Planejamento, Acompanhamento, Controle e Avaliação do Currículo;
- Integração Escola, Empresa, Governo;
- Ação Supletiva para o atendimento de carências no ensino de 2º Grau, na faixa de fronteira.

Neste período o ensino de 2º Grau cresceu tanto no aspecto quantitativo, atendimento à demanda social, como no aspecto qualitativo de diversificação de Habilitações. Já haviam cerca de 64 (sessenta e quatro) habilitações, sendo 30 (trinta) a nível técnico, 20 (vinte) a nível auxiliar e 10 (dez) básicos, 03 (três) de aprofundamento e 01 (um) de estudos adicionais.

Tal fato pode ser explicado pela boa situação econômica pela qual o país passava. Com taxas de crescimento bastante elevadas, desenvolvera-se modernas indústrias, com tecnologia avançada, o que exigia mão-de-obra especializada. Esta situação justifica a tentativa de profissionalizar o ensino de 2º grau no Brasil.

Em termos de Santa Catarina a profissionalização tomou corpo com a construção em várias cidades do Estado, os CIS - Centros Inter-escolares, cujas propostas curriculares apresentavam prioritariamente objetivos voltados ao setor secundário e

técnico.

Planejou-se inicialmente a construção de 12 (doze) CIS que objetivavam o desenvolvimento da região onde eram instalados, possibilitando a formação profissional de elementos humanos para a indústria e represando também, a demanda do ensino superior. Esta foi a maneira que Santa Catarina encontrou para não ficar alheia ao processo de desenvolvimento.

Com o novo parecer do Conselho Federal de educação, 76/75 que dava a nova interpretação à Lei 5692/71, houve uma diminuição nas expectativas de profissionalização e de formação a nível técnico. Houve um crescimento do número de solicitações de habilitações de nível auxiliar e após 1976 de habilitações básicas.

Até 1971, o pequeno número de alunos que tinham acesso ao ensino médio freqüentavam cursos de profissionalização no setor terciário como os cursos comercial, normal e industrial e no setor primário os cursos agrícolas. As escolas que ofereciam tais cursos possuíam um *status* mais elevado, possuíam um *know how* próprio, independentes de serem federais, estaduais ou particulares

Houve de certa maneira uma relutância por parte dos estabelecimentos de ensino em aceitar a implantação da nova Lei. Cada uma Buscou a saída mais conveniente. De acordo com a clientela adaptaram o conteúdo curricular das habilitações aos cursos de 3^o Grau, onde os aspectos de educação geral, mais exigidos no vestibular pudessem ser tratados convenientemente.

O segundo grau passou a ser apenas um caminho para o ingresso em determinados cursos superiores.

Na década de 80, muitos problemas ainda eram encontrados no ensino profissionalizante em Santa Catarina, tais como: a grande concentração de cursos de Contabilidade e Magistério;

cursos técnicos com formação deficiente nos aspectos práticos por falta de equipamento e um corpo docente sem habilitação específica. Houve para o ensino de 2º grau, por parte do Plano Estadual de Educação 70-80 uma nítida despreocupação.

No quadriênio 80-83, um novo plano foi elaborado com quatro programas que referiam-se a:

- Procedimentos Técnico-Pedagógicos;
- Recursos Humanos;
- Recursos Físicos;
- Recursos Assistenciais.

Tais projetos deveriam objetivar um ensino de 2º grau onde fosse assegurado o aspecto da terminalidade e continuidade e onde se considerasse o aluno como pessoa.

No ano de 1984 foi elaborado um novo Plano Estadual de Educação para o quadriênio 1985-88 denominado de "Democratização da Educação: A Opção dos catarinenses". Tal plano foi elaborado ouvindo as bases, ou seja, a comunidade estudantil, o professorado e a sociedade em geral. Quanto ao ensino de 2º Grau e Profissionalização, este foi caracterizado como sendo deficiente tanto quantitativamente quanto qualitativamente; a profissionalização tida muito mais como legal do que real e ainda a articulação das escolas com as empresas em muito deixava a desejar. Dentre as causas e problemas identificados podemos mencionar os principais:

- "- Deslocamento de jovens para outras localidades e municípios para prosseguir os estudos;
- Ausência de cursos de 2º Grau mesmo em comunidades de interior que apresentam um número de alunos que justifica a sua implantação;
- Falta de habilitações voltadas para o ambiente rural;
- Egressos de cursos profissionalizantes despreparados para ocuparem

funções nas empresas e sem mercado de trabalho;

- Deficiência de material instrumental, laboratório, oficinas e salas especiais;
- Falta de orientação vocacional;
- Implantação de cursos sem pesquisa sobre mercado de trabalho para os egressos;
- Falta de recursos humanos especializados;
- Inexistência de um colégio de 2º Grau estadual gratuito na maioria dos municípios;
- Cursos profissionalizantes que não atendem às necessidades da comunidade;
- Pouca diversificação de cursos;
- Dificuldade para a autorização de novos cursos e modificação da grade curricular;
- Estágios realizados ao mesmo tempo que o curso com poucas horas de acompanhamento e com supervisão inadequada;
- Carga horária insuficiente nos cursos profissionalizantes;
- Falta de realização de aulas práticas devido à falta de condições físicas e material adequado". (Plano Estadual de Educação 1985-88, p.48-9)

As deliberações tomadas para reverter tal situação foram as seguintes:

- "- Criar, ampliar e prover ensino de 2º Grau em todos os municípios com cursos que não ensejam habilitação profissional de acordo com as reivindicações das comunidades regionais, em termos de suas aspirações, necessidades e potencialidades.
- Criar cursos que preparem mão-de-obra necessária à comunidade e atendam os alunos que não podem ou não querem prosseguir os estudos, inclusive os que já concluíram o 2º grau.
- Criar Centros Inter-escolares Profissionalizantes, devidamente equipa-

dos, permitindo ao aluno formação profissional adequada de acordo com as necessidades da região.

- Criar Escolas de Aplicação para os Colégios que não mantêm cursos de 1^a a 4^a série ou transformação de escolas de 1^a a 4^a série em Escolas de Aplicação, aproveitando aquelas que estejam situadas próximas aos colégios que possuem profissionalizantes de Magistério.

- Criar Escolas Técnicas Estaduais Regionais para a prática inicial do trabalho ou profissão.

- Dar condições as Escolas em nível de município para ministrar, paralelamente ao ensino das letras, uma iniciação profissional (nos últimos 2 anos do 1^o grau e que seja opcional).

- Equipar ou reequipar as escolas com oficinas e laboratórios, amparando-a por programas contínuos para evitar atraso tecnológico das Escolas e cursos inadequados com a realidade.

- Manter as Fundações e entidades que promovem uma real formação profissionalizante, garantindo a gratuidade ao aluno.

- Articular o Estado com Associações Empresariais, visando maior apoio dos empresários para Escolas de formação profissional, quer na criação de novas escolas, quer na parcial manutenção destas.

- Aproximar mais o sistema escolar profissionalizante das classes empresariais, no sentido de favorecer a atualização curricular.

- Formar nos Conselhos Integrados de Educação Municipal e Estadual, comissões representativas de todos os segmentos da sociedade aptos para tratar também do ensino profissionalizante.

- Exigir o cumprimento e criar mecanismos de cobrança, pelo Poder competente, da Lei Federal n^o 7.044, de 18.10.82, regulamentado pelo Conselho Estadual de Educação - CEE, através da resolução n^o 16/83.

- Estender a duração do curso de ma-

gistério de 1^a a 4^a série de 3 (três) para 4 (quatro) anos, sendo este último destinado a treinamento, aperfeiçoamento e estágio. E que este estágio seja remunerado pela Secretaria da Educação - SE.

- Permitir o estágio das normalistas no ensino especial e pré-escolar.
- Orientar vocacionalmente o aluno, evitando o desperdício de tempo e dinheiro e o desencontro dos jovens nas profissões.
- Propiciar aos estagiários:
 - estágio remunerado;
 - estágio através de convênios firmados com empresas e entidades públicas, privadas e autárquicas;
 - estágios de acordo com o previsto na legislação;
 - acompanhamento adequado no estágio ao curso de magistério.
- Adequar a remuneração de docentes das áreas profissionalizantes.
- Expandir o atendimento do Serviço Nacional da Indústria - SENAI, Serviço Nacional do Comércio - SENAC, Serviço Nacional de Formação Profissional Rural - SENAR, nas comunidades.
- Regulamentar o curso de 2^o Grau, dando direito à efetivação de 1^a a 4^a série em todas as unidades escolares da rede estadual". (Plano Estadual de Educação 1985 - 1988, p 49-51)

Propostas foram feitas, contudo poucas foram as acolhidas pelas autoridades competentes, apesar de ter sido um documento elaborado com a participação da sociedade catarinense. E o ensino de 2^o Grau continuou a ser relegado a um segundo plano.

Tabela 04 - Ensino de 2º Grau, Participação das Unidades Escolares por Dependência Administrativa - Santa Catarina: 1980 - 1990

ANO	TOTAL	FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		PARTICULAR	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1980	316	05	1,59	91	28,79	04	1,27	216	68,35
1981	346	05	1,45	117	33,82	04	1,15	220	63,58
1982	350	05	1,43	117	33,43	05	1,43	223	63,11
1983	364	05	1,37	134	36,81	05	1,38	220	60,44
1984	372	05	1,34	139	37,37	04	1,08	224	60,21
1985	388	05	1,29	158	40,72	06	1,55	219	56,44
1986	429	05	1,17	198	46,15	08	1,86	218	50,81
1987	480	06	1,25	249	51,87	10	2,08	215	44,60
1988	520	07	1,34	288	55,40	09	1,73	212	40,76
1989	545	06	1,10	322	59,10	12	2,20	205	37,60
1990	581	06	1,03	351	60,41	13	2,24	211	36,32

FONTE: O Ensino de 2º Grau em Santa Catarina 1980 - 1985
Série Retrospectiva da Educação Pré-Escolar, Ensino de
1º e 2º graus 1986 - 1990.

Quando se distribui as unidades escolares no Estado de Santa Catarina, por dependência administrativa, verifica-se que a rede particular possuía um maior número de unidades escolares até 1986, a partir deste ano houve uma inversão passando a rede pública a apresentar um maior número de unidades escolares.

Ao comparar-se o percentual de participação da rede estadual de ensino e particular, observa-se que a rede estadual de ensino em 1980, concentrava 28,79% (vinte e oito vírgula setenta e nove por cento) das unidades de segundo grau no Estado, aumentando para 60,41% (sessenta vírgula quarenta e um por cento) em 1990. Registra, portanto, um aumento de 260 (duzentas e sessenta) unidades num período de 10 (dez) anos.

Ao contrário, a rede particular que em 1980 concentrava 68,35% (sessenta e oito vírgula trinta e cinco por cento) das unidades de ensino do Estado, em 1990 baixou para 36,32%

(trinta e seis vírgula trinta e dois por cento). Conforme se observa em 1984, possuía 224 (duzentas e vinte e quatro) unidades, o maior número alcançado. Já em 1990 possuía 211 (duzentas e onze). Em seis anos deixaram de funcionar 13 (treze) unidades escolares.

Também as unidades federais nos últimos 10 (dez) anos tiveram uma queda no atendimento ao alunado. Em contrapartida, os estabelecimentos municipais tiveram um considerável aumento. Isto demonstra que a constante criação de unidades escolares pela rede estadual leva o aluno a optar pelo ensino gratuito.

Tabela 05 - Ensino de 2º Grau, Percentual de Participação de Matrícula por Dependência Administrativa, Santa Catarina: 1980 - 1990

ANO	TOTAL	FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		PARTICULAR	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1980	95.246	3.153	3,31	38.009	39,91	570	0,60	53.514	56,18
1981	96.926	3.339	3,44	41.764	43,08	499	0,82	51.324	52,96
1982	97.403	3.450	3,54	44.438	45,62	619	0,64	48.896	50,20
1983	97.999	3.337	3,41	47.679	48,65	712	0,73	46.271	47,21
1984	96.673	3.283	3,39	49.648	51,36	479	0,49	43.263	44,75
1985	98.563	3.409	3,46	52.024	52,78	697	0,71	42.433	43,05
1986	106.524	3.277	3,38	58.599	55,01	1.160	1,09	43.488	40,82
1987	105.282	3.245	3,08	57.909	55,01	1.387	1,32	42.741	40,60
1988	117.768	6.030	5,10	68.119	57,80	1.424	1,21	42.195	35,89
1989	117.584	4.063	3,45	78.249	66,55	1.770	1,50	33.482	28,50
1990	117.795	4.446	3,80	78.446	66,60	1.770	1,50	33.133	28,10

FONTE: O Ensino de 2º Grau em Santa Catarina 1980 - 1985
Série Retrospectiva da Educação Pré-Escolar, Ensino de 1º e 2º graus 1986 - 1990.

Conforme o quadro, a distribuição da matrícula inicial total levando-se em conta a dependência administrativa, permite tirar a seguinte conclusão: as redes estadual e particular congregam o maior contingente da matrícula. Em 1980, estas duas redes respondiam por 96,09% (noventa e seis vírgula nove por

cento) da matrícula total e as redes federal e municipal, pelos 3,91% (três vírgula noventa e um por cento) restantes. No ano de 1990 apesar de uma pequena queda, as redes estadual e particular detinham 94,70% (noventa e quatro vírgula setenta por cento). De todas as redes, a pública e estadual foram as que mais cresceram os últimos 10 (dez) anos. Em 1980, possuía 38.009 (trinta e oito mil e nove) alunos matriculados, já em 1990 este número subiu para 78.446 (setenta e oito mil quatrocentos e quarenta e três) alunos. Ao contrário, a rede particular sofreu visível queda no número de matrículas, em 1980 possuía 53.514 (cinquenta e três mil quinhentas e quatorze) matrículas, número este que caiu para 33.183 (trinta e três mil cento e oitenta) em 1990.

Tabela 06 - Ensino de 2^o Grau, Distribuição percentual de Matrícula Total do Estado por série, Estado de Santa Catarina: 1980 - 1990

ANO	TOTAL	1 ^a Série		2 ^a Série		3 ^a Série		4 ^a Série	
		N ^o	%	N ^o	%	N ^o	%	N ^o	%
1980	95.246	45.129	47,37	28.838	30,28	20.527	21,60	711	0,75
1981	96.926	44.888	46,41	30.267	31,23	20.908	21,57	763	0,79
1982	97.403	43.745	44,91	30.991	31,81	21.726	22,31	941	0,97
1983	97.999	44.878	45,80	30.270	30,88	21.924	22,37	927	0,95
1984	96.673	43.399	44,89	30.983	32,05	21.457	22,20	834	0,86
1985	98.563	44.036	44,68	29.812	30,24	21.355	21,67	1.066	1,09
1986	106.529	48.529	45,56	32.553	30,56	21.287	19,98	1.592	1,49
1987	105.282	45.775	43,47	31.581	30,00	21.480	20,40	1.273	1,20
1988	117.768	49.343	42,00	34.927	29,65	22.777	19,30	16,08	1,35
1989	117.564	48.723	41,44	36.528	31,00	24.033	20,44	13,22	1,12

FONTE: O Ensino de 2^o Grau em Santa Catarina 1980 - 1985
Série Retrospectiva da Educação Pré-Escolar, Ensino de 1^o e 2^o graus 1986 - 1990.

Observação: Não estão incluídos os alunos que freqüentam cursos não seriados: 1987, 5.173 (cinco mil cento e setenta e três) alunos em 1988, 5.113 (cinco mil cento e treze) alunos em 1989, 6.958 (seis mil novecentos e cinquenta e oito) alunos.

A matrícula concentra maior número de alunos na 1ª série. Observa-se também que a percentagem de alunos matriculados na 1ª série vem apresentando um pequeno declínio ano após ano. Observa-se que em 1987, 43,47% (quarenta e três vírgula quarenta e sete por cento) dos alunos estavam matriculados na 1ª série. Estes em 1989, totalizam apenas 20,44% (vinte vírgula quarenta e quatro por cento), o que representa uma perda aproximada de 47% (quarenta e sete por cento) dos alunos.

Tabela 07 - Ensino de 2º Grau, Percentual de Participação da Matrícula Inicial por Zona de Localização, Santa Catarina: 1980 - 1990

ANO	TOTAL	URBANA		RURAL	
		Nº	%	Nº	%
1980	95.246	94.194	98,89	1.052	1,11
1981	96.926	95.770	98,80	1.156	1,20
1982	97.403	96.016	98,58	1.387	1,42
1983	97.999	96.551	98,52	1.448	1,48
1984	96.673	95.144	98,47	1.479	1,53
1985	98.563	96.948	98,36	1.615	1,64
1986	106.524	104.732	98,32	1.792	1,68
1987	105.282	103.478	98,30	1.804	1,70
1988	117.768	115.715	98,25	2.053	1,75
1989	117.564	115.164	97,95	2.400	2,05

FONTE: O Ensino de 2º Grau em Santa Catarina 1980 - 1985
Série Retrospectiva da Educação Pré-Escolar, Ensino de 1º e 2º graus 1986 - 1990.

Em se tratando de zona de localização, verifica-se que a maioria dos alunos do ensino de 2º grau estuda em Unidades Escolares situadas na zona urbana.

Em 1980, apenas 1052 (um mil e cinqüenta e dois) alunos estudavam em escolas situadas nas áreas rurais, passando para 2.400 (dois mil e quatrocentos) em 1990. Observa-se também

que em 1989 pela primeira vez na década a percentagem de alunos freqüentadores de escolas localizadas em zona rural atingiu 2% (dois por cento) do total.

Tabela 08 - Ensino de 2º Grau, Taxa de Escolarização, Santa Catarina: 1980 - 1990

ANO	População na faixa de 15 a 19 anos	Matrícula na faixa de 15 a 19 anos	Taxa de Escolarização
1980	455.333	70.299	15,44
1981	465.461	72.901	15,66
1982	476.212	73.530	15,44
1983	487.022	74.467	15,29
1984	498.078	74.104	14,88
1985	503.047	73.619	14,63
1986	512.210	79.984	15,60
1987	522.173	80.212	45,37
1988	532.124	80.061	15,55
1989	542.232	88.745	16,37
1990	552.763	89.107	16,12

FONTE: O Ensino de 2º Grau em Santa Catarina 1980 - 1985
Série Retrospectiva da Educação Pré-Escolar, Ensino de 1º e 2º graus 1986 - 1990.

Em conformidade com a Lei nº 5.692/71 afirma-se que o ensino de de 1º grau é obrigatório, dos 7 (sete) aos 14 (quatorze) anos. Pode-se então deduzir que a idade normal para o ingresso no 2º grau situa-se entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos, podendo o aluno neste espaço de tempo terminar o curso em 3 (três) ou 4 (quatro) séries, conforme o previsto por lei, para cada habilitação profissional. Comparando-se a população estimada na faixa etária de 15 (quinze) a 19 (dezenove) anos, com a matrículas iniciais de 15 (quinze) a 19 (dezenove) anos, verifica-se que a matrícula representa em média no período de 1980 - 1990 15,57% (quinze vírgula cinqüenta e sete por cento) do total da população desta faixa etária. É uma taxa bastante pequena, uma vez que 84,43% (oitenta e quatro vírgula quarenta e três por cento) dos adolescentes não dão continuidade aos es-

tudos ao nível de 2^o grau.

Tabela 09 - Ensino de 2^o Grau, Matrícula Inicial e Final Por Série, Santa Catarina: 1980 - 1990

ANO	1 ^a Série		2 ^a Série		3 ^a Série		4 ^a Série	
	Inic.	Final	Inic.	Final	Inic.	Final	Inic	Final
1980	45.120	33.882	28.838	24.675	20.577	19.492	711	583
1981	44.988	32.949	30.267	24.955	20.908	20.074	763	689
1982	43.475	32.950	30.911	25.399	21.726	20.628	941	709
1983	44.878	33.597	30.270	24.702	21.924	20.932	927	715
1984	43.399	31.782	30.983	24.745	21.457	19.899	834	711
1985	44.036	32.867	29.812	24.057	21.355	19.526	1.066	983
1986	48.529	33.352	32.553	19.716	21.287	18.710	1.592	1.009
1987	45.775	31.761	31.581	23.905	21.480	19.408	1.273	1.025
1988	49.343	33.352	34.927	24.194	22.777	18.710	1.608	1.009
1989	48.723	33.833	36.528	26.887	24.033	21.399	1.322	1.090

FONTE: O Ensino de 2^o Grau em Santa Catarina 1980 - 1985
Série Retrospectiva da Educação Pré-Escolar, Ensino
de 1^o e 2^o graus 1986 - 1990.

Quando compara-se as matrículas inicial e final de 1980, verifica-se o seguinte: dos 45.120 (quarenta e cinco mil cento e vinte) alunos que iniciaram a 1^a série, 33.882 (trinta e três mil oitocentos e oitenta e dois) alunos chegaram ao final do ano. Isto significa dizer que um contingente de 11.238 (onze mil duzentos e trinta e oito) alunos não permanecia mais na escola, isto é, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos que se matriculavam no início do ano já não estavam mais na matrícula final. Na 2^a série um contingente de 4.763 (quatro mil setecentos e sessenta e três) alunos não chegou até o final do ano, isto é, 16,5% (dezesesseis vírgula cinco por cento). Na 3^a série, 1.089 (um mil e oitenta e nove) alunos não permaneciam na matrícula final, isto é, 5,27% (cinco vírgula vinte e sete por cento). Na 4^a série, 18% (dezoito por cento) dos alunos que iniciaram o ano não estavam na matrícula final.

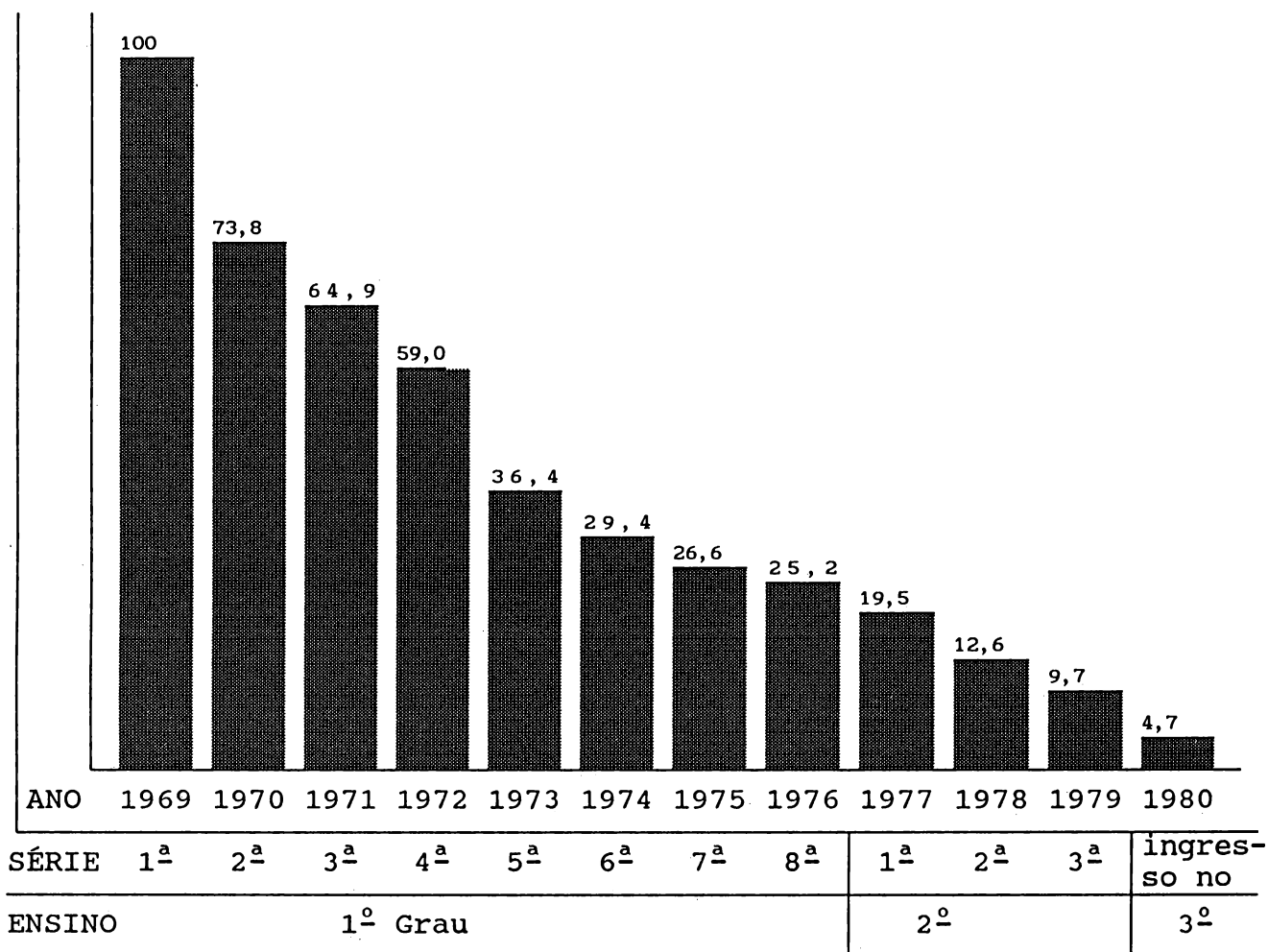
No ano de 1989 a realidade era a seguinte: do total de alunos que ingressavam na 1^a série 30,56% (trinta vírgula cinquenta e seis por cento) não concluíam a série; na 2^a série 26,39% (vinte e seis vírgula trinta e nove por cento); na 3^a série 11% (onze por cento) e na 4^a série 17,50% (dezessete vírgula cinquenta por cento) não constavam da matrícula final.

Tabela 10 - Matrícula no ensino de 1^o e 2^o graus por séries e números de Ingresso no Ensino de 3^o grau Santa Catarina 1969 - 1980

GRAUS DE ENSINO	ANOS	SÉRIES	MATRÍCULA	RELAÇÃO POR 1.000
1 ^o	1969	1 ^o	188.822	1.000
	1970	2 ^o	139.360	738
	1971	3 ^o	122.423	649
	1972	4 ^o	111.436	590
	1973	5 ^o	68.712	364
	1974	6 ^o	55.543	294
	1975	7 ^o	50.186	266
	1976	8 ^o	47.614	252
2 ^o	1977	1 ^o	36.814	195
	1978	2 ^o	23.743	126
	1979	3 ^o	18.230	97
3 ^o	1980	INGRESSO	8.852	47

Fonte: O ensino de 2^o grau em Santa Catarina

Gráfico 03 - Evolução do Fluxo Escolar no Sistema Regular de Ensino de 1º e 2º grau, e ingresso 3º Grau, Santa Catarina 1969-80



Fonte: Ensino de 2º grau em Santa Catarina

A tabela nos mostra o número de alunos que ingressaram na 1ª série do 1º grau em 1969 e o número de alunos matriculados nos anos seguintes até a 3ª série do 2º grau.

Se observarmos a relação feita de cada mil alunos que ingressam na 1ª do 1º grau em 1969, apenas 47 (quarenta e sete) ingressam em 1980 na 3ª série do 2º grau. Um número assustador, se considerarmos que 953 (novecentos e cinquenta e três) alunos ficaram no meio do caminho, isto sem considerar àqueles que não conseguiram concluir a 3ª série em 1980. Nota-se a grande evasão que ocorreu no ensino em SC, tomando-se como base os 11

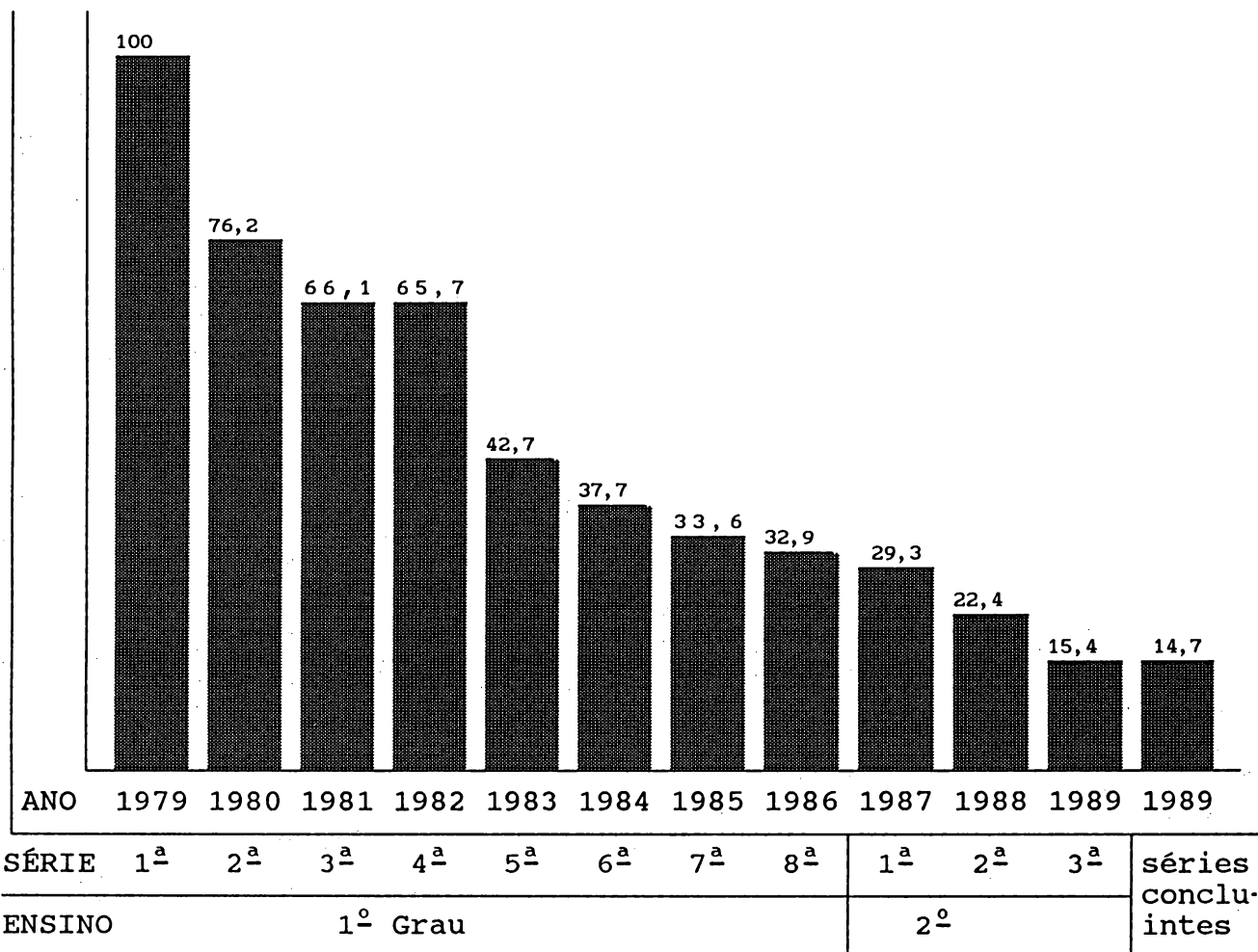
clusive o nível de 2º grau.

Tabela 11 - Matrícula no ensino de 1º e 2º graus por séries concluintes de 2º grau em relação a cada mil alunos, observando-se o ingresso no ensino de 1º grau 1979, a saída do ensino de 2º grau em 1979/89.

GRAUS DE ENSINO	ANOS	SÉRIES	MATRÍCULA	RELAÇÃO POR 1 000
1º	1979	1ª	156.037	1.000
	1980	2ª	118.918	762
	1981	3ª	103.195	661
	1982	4ª	102.477	657
	1983	5ª	66.678	427
	1984	6ª	58.227	737
	1985	7ª	52.479	336
	1986	8ª	51.386	329
2º	1987	1ª	45.772	293
	1988	2ª	34.927	224
	1989	3ª	24.033	154
	1989	concluintes	22.981	147

Fonte: Série retrospectiva da educação pré-escolar, ensino de 1º e 2º graus. 1986/1990.

Gráfico 04 - Evolução do Fluxo Escolar no Sistema Regular de Ensino de 1º e 2º grau, e ingresso 3º Grau, Santa Catarina 1979-89



Fonte: Ensino de 2º grau em Santa Catarina

A tabela 11 nos mostra que de um total de 1.000 (um mil) alunos que ingressaram em 1979 na 1ª série do 1º grau apenas 147 (cento e quarenta e sete) concluíram a 3ª série no ano de 1989. Observa-se também uma grande evasão em todos os níveis, apesar de, compararmos com a tabela anterior já houve um razoável aumento no número de concluintes do curso de 2º grau.

1.5 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Canoinhas, uma das mais progressistas cidades do Estado de Santa Catarina, originou-se de um pequeno núcleo fixado em seu território no início do século XIX.

A denominação Canoinhas até hoje é motivo de dúvidas e questionamentos por muitos historiadores.

A região banhada pelo Rio Canoinhas, observando-se mapas espanhóis era denominada de *Itupeba*, que na língua guarani significa: *Itu* = Salto e *Peba* = Raso, o que daria o salto raso. Já o rio recebia o nome de *Itupeba* cujo significado é pedra rasa. Embora existam muitas versões acerca do nome Canoinhas, a mais aceita é a que deriva do nome indígena *Canoges mirim*, que significa canoa pequena, em oposição ao *canoges*, atual rio canoas, ao sul do Estado.

As principais incursões ao território do Planalto de Canoinhas datam de 1.768. O tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1777 entre Portugal e Espanha deu um novo traçado à colônia portuguesa.

Um fator importante para a instalação dos primeiros colonos foi a construção da estrada da mata, que permitiu a exploração das riquezas naturais da região, fundamentalmente a erva mate. A estrada também servia como passagem para os tropeiros que buscavam o gado criado nas vacarias dos padres jesuítas. A estrada da mata foi aberta em 1782 e reaberta em 1820 pelo Barão de Antonina.

O descobridor do rio foi o Major do Exército e geógrafo Alfredo Ernesto Jackes Euriques enviado para a região por D. Pedro II, pois havia dúvida entre o rio *Mogi-Guaçú* atual Rio

Timbó e o Rio Canoinhas, sendo que o primeiro nasce no campo do areal e é bem maior que o Canoinhas.

Em 1892, novas correntes vinda do paraná pelo Rio Negro, subiam o Rio Canoinhas em pequenas embarcaes, desembarcando no ponto onde hoje está edificado a cidade. O Rio Canoinhas segundo historiadores, tem esta denominação para distingui-lo do Rio Canoas e não pelo fato do transporte ser feito em pequenas canoas.

O objetivo principal das correntes de povoamento foi a exploração da erva-mate.

1.5.1 - FUNDAÇÃO DE CANOINHAS

O verdadeiro fundador do Município de Canoinhas é apontado como sendo Francisco de Paula Pereira, que exerceu o ofício de Juiz de Paz em São Bento do Sul, obrigando-se a deixar o posto por motivos políticos. Ele se instalou em uma barraca à margem do rio, nas proximidade do Rio gua Verde, assinalando um novo povoamento, onde permaneceu de 1888 a 1891. Veio acompanhado de uma pequena comitiva, além de trazerem uma tropa de cavalo e gado, sendo que muitos o seguiam a p. Passaram pela vila do Rio Negro, atravessaram o rio de mesmo nome, alcançando Taunay, por onde transpuseram o Rio Canoinhas.

 Francisco de Paula Pereira, mais tarde novos povoadores vieram se juntar, foram: João Mariano da Luz, Manoel Ferreira de Lima, Camilo Carneiro, José Romo Nogueira, Manoel Gravi e Liberto Ferreira. Na mesma ocasião, instalou-se no povoado o primeiro comerciante Gustavo Waschter.

Devido a uma grande enchente em 1891, os habitantes do pequeno núcleo tiveram que abandoná-lo, mudando-se para uma parte mais alta, local onde hoje se encontra a praça Lauro Ml-

ler. Paula Pereira criava abelhas e distribuía os produtos originários a sua população. Novos moradores fixaram-se e muitos deles tiveram mais tarde grande influência na vida social, política e econômica de Canoinhas, como: Eugênio de Souza, Wolf Roberto Ehlke, João Vicente Ferreira, Vitorino Bacelar, João S. Matoso, Major Tomaz Vieira e Estanislau Schumann. Esses povoadores exploraram o interior, sendo os desbravadores do município.

Em 1898 faleceu Paula Pereira sendo sepultado no local onde encontra-se hoje edificado o Colégio Estadual "Santa Cruz". Paula Pereira determinou que fosse roçada a área de aproximadamente 900 (novecentos) alqueires entre o atual Colégio Estadual "Santa Cruz" e o Colégio "Sagrado Coração de Jesus", local onde encontra-se implantada a cidade de Canoinhas. A posse de tal área foi passada ao sogro de seu filho que casou-se com a filha de Eugênio de Souza, sendo este o primeiro intendente municipal.

Em 03 de julho de 1902, o povoado de Santa Cruz de Canoinhas foi elevado a distrito do município de Curitiba. A divisão entre o Estado de Santa Catarina e o Paraná, era determinada pelo Rio Canoinhas, permanecendo os distritos de Três Barras e Papanduva sob a jurisdição do Estado do Paraná. Para o novo distrito foi nomeado o Juiz de Paz o Sr Miguel Pereira e para subdelegado o Sr Roberto Ehlke.

Em 12 de setembro de 1911 o distrito é elevado à categoria de município, desmembrando-se de Curitiba. A sede do nosso município foi elevada a vila, e a instalação se realizou com solenidade a 06 de dezembro do mesmo ano.

Afirmou-se que tal emancipação ocorreu com a finalidade de firmar a jurisdição catarinense deste lado do rio, tendo em vista que os paranaenses tinham permissão para explorar o Rio Negro e o Iguaçu. No comando do Coronel Amazonas Marcondes, eram explorados os dois rios e seus afluentes, e cobiçavam a erva-mate, considerada na época a maior reserva do mundo.

Com o falecimento de Francisco de Paula Pereira, este destinou toda a área de terras através de seu sogro à Paróquia de Santa Cruz de Canoinhas.

Mais tarde os padres tentaram tomar posse da área destinada a eles pelo fundador e prepararam uma petição para a cobrança do Laudênio. O fato não chegou a se consumar, pois quando preparavam a petição, o Dr. Ivo D'Aquino chamou o frei Werterlinz, que esteve como pároco entre 1922 e 1931, propondo uma doação de um terreno para a construção da paróquia. O terreno que já de antemão pertencia à igreja, foi trocado pelo resto do quadro urbano. O acordo foi ingenuamente aceito pelo frei e registrado em cartório mais próximo. O quadro urbano era formado por 900 (novecentos) alqueires e fazia divisa com a localidade do Parado.

Em 14 de junho de 1912, foi criada a paróquia de Canoinhas e o seu primeiro pároco foi frei Menandro Kamps. Em 02 de agosto de 1913 foi criada a Comarca de Canoinhas, tendo como sede a vila de Santa Cruz de Canoinhas. A instalação da Comarca se deu em 15 de novembro de 1913, sendo o primeiro Juiz o DR. Mileto Tavares da Cunha Barreto.

Com a instalação da maior serraria da América Latina, a *SOUTERN BRAZIL LUMBER AND COLONIZATION CO.* e outras causas, geraram um clima de instabilidade social no município. Várias vezes Santa Cruz de Canoinhas e o distrito de Três Barras sofreram investidas bélicas, destacando-se os ataques de 14 de julho e o de 08 de novembro de 1914.

Diversos grupos fanatizados infestavam o interior, depredando, roubando, matando, cometendo enfim todas as violências. A própria vila de Canoinhas, foi diversas vezes atacada. O distrito de Três Barras e os povoados de Colônia Vieira, Lagoa do Norte e Papanduva foram assaltados e saqueados. Os prejuízos, a falta de segurança, as visitas constantes dos fanáticos trouxeram sérios embaraços à administração municipal. Quan-

do a luta terminou, Canoinhas pode reorganizar e reiniciar seu desenvolvimento.

Em 20 de outubro de 1916, com a solução da pendência entre os dois estados, foi Canoinhas incorporada definitivamente a Santa Catarina.

Em 1923, pela Lei nº 1.424, de 23 de agosto, a vila de Santa Cruz foi elevada a categoria de cidade, com a denominação de Ouro Verde, bem como passou a chamar-se de município. O nome Ouro Verde foi sugerido pela erva-mate, uma das maiores fontes de riqueza do município. A mudança gerou descontentamento em setores políticos. Em 27 de outubro de 1930, pelo decreto estadual nº 1 o município volta a sua primeira denominação. Durante a administração de 1919 - 1923, foi inaugurado a iluminação elétrica. O preço compensador da erva-mate trouxe inúmeras possibilidades ao município. Estradas cortavam seu território, linhas telegráficas se estenderam e a cidade foi ligada por um ramal ferroviário à estação de Marcílio Dias.

De 1930 até os dias atuais, Canoinhas tem se desenvolvido administrativamente, conquistando novos espaços no cenário nacional e estadual.

Foram três os fatores que contribuíram para a intensificação do desenvolvimento do município: a construção do ramal ferroviário Porto União, São Francisco, o comércio da erva-mate e a extração da madeira.

A erva-mate foi inicialmente o grande fator de atração, sendo durante um longo período a única atividade dos canoinhenses, pois em face dos preços compensadores, representava riqueza e prosperidade. Influenciando a população a um hábito, que jamais desaparecerá tais como a cuia e o chimarrão.

Aspectos Físicos e Geográficos

O município de Canoinhas, Santa Catarina, situa-se no Planalto Norte Catarinense, possui uma área de 1.453 Km² (um mil quatrocentos e cinquenta e três quilômetros quadrados) e está localizado a uma latitude de 26° 10' 38'' S, uma longitude de 50° 23' 24'' W de Greenwich e numa altitude de 839 metros.

A localização da sede municipal, se acha encrustada no centro do planalto que é margeado pelo Rio Canoinhas, distante somente 4 Km. (quatro quilômetros) de sua foz, localizado junto ao Rio Negro.

O relevo é constituído de um planalto de superfícies planas, onduladas e montanhosas - Planalto Canoinhas, com denu-
dação periférica.

Possui solo de média a boa fertilidade.

O clima do município é classificado como mesotérmico úmido, sem estação seca, com verões frescos, apresentando uma temperatura média anual de 17,1° C (dezessete vírgula um graus centígrados) e uma precipitação média anual entre 1400 a 1500 mm (um mil e quatrocentos a um mil e quinhentos milímetros). No inverno os termômetros chegam a marcar até -10°C (menos dez graus centígrados).

Quanto a hidrografia, o município é banhado pela bacia do rio Iguaçu, sendo este seu principal rio, apresentando como principais afluentes os rios Negro, Tamanduá, Paciência e Canoinhas.

O rio Canoinhas, possui uma extensão de 120 Km (cento e vinte quilômetros) e uma média de 30m (trinta metros) de largura e 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de profundida-

de, nasce na Serra do Espigão e atravessa o município no sentido Norte-Sul sendo os seus principais afluentes o Arroio Monjolo e o rio Água Verde.

Apresenta como limites territoriais:

- ao norte, o Estado do Paraná;
- ao sul, os municípios de Major Vieira, Santa Cecília e Timbó Grande;
- a leste os municípios Major Vieira e Três Barras e;
- a oeste o município de Irineópolis e o Estado do Paraná.

Conta com 06 (seis) distritos, Canoinhas (sede), Paula Pereira, Bela Vista do Toldo, Felipe Schmidt, Marcílio Dias e Pinheiros.

População

O município de Canoinhas foi colonizado por várias correntes migratórias, incluindo alemães, poloneses, ucranianos, italianos, sírios e libaneses.

Atualmente cerca de 68% (sessenta e oito por cento) da população do município reside no perímetro urbano e apenas 32% (trinta e dois por cento) na área rural. A realidade acima demonstrada deve-se a dois fatores principais: a industrialização que atrai mão-de-obra dos municípios vizinhos e o êxodo rural, onde a população rural busca melhoria de condições de vida.

Apesar desta realidade a população rural tem se mantido constante nos últimos 20 (vinte) anos. No período 89/90 houve uma oferta de aproximadamente 964 (novecentos e sessenta e quatro) jovens no mercado de trabalho sendo 51% (cinquenta e um por cento) do sexo masculino e 49% (quarenta e nove por cento) do sexo feminino.

Economia

Setor Primário

Este setor representa a base da economia do município juntamente com o extrativismo da madeira e erva-mate. Atualmente com 27% (vinte e sete por cento) na geração da riqueza do município e absorve 28% (vinte e oito por cento) da população economicamente ativa.

A estrutura fundiária do município constitui-se de aproximadamente 2.398 (dois mil trezentos e noventa e oito) estabelecimentos dos quais 81% (oitenta e um por cento) são caracterizados como minifúndio, ou seja, possuem área menor que 50 Ha (cinquenta hectares), correspondendo a 31% (trinta e um por cento) da área total. As propriedades com área superior a 50 Ha (cinquenta hectares) corresponde a 69% (sessenta e nove por cento) do total.

Os minifúndios caracterizam-se pela produção de feijão, milho, pecuária de leite e criação de pequenos animais. Já os latifúndios favorecem o plantio de culturas extensivas como o trigo, soja, cevada, etc.

Dentre as lavouras que mais contribuem para o valor total da produção, destacam-se o fumo com 30,3% (trinta vírgula três por cento), a do milho com 20,9% (vinte vírgula nove por cento) e a da soja com 21% (vinte e um por cento).

Quanto à pecuária e seus derivados, Canoinhas se destaca como tendo um dos maiores rebanhos da região. A bovinocultura participa do valor total da produção pecuária com 68% (sessenta e oito por cento) ficando em segundo lugar a criação de eqüinos com 14,5% (quatorze vírgula cinco por cento) e a suinocultura com 11% (onze por cento).

Setor Secundário

O setor secundário, responsável pela transformação das matérias-primas disponíveis na natureza e dos produtos agropecuários, representa, através da utilização de técnicas existentes, oportunidades de investimentos e geração de empregos. Nos últimos 20 (vinte) anos houve um incremento de 211 (duzentas e onze) novas empresas. No início de 1980, o gênero de madeiras representava 27,8% (vinte e sete vírgula oito por cento) das indústrias e em 1989 passou para 44,9% (quarenta e quatro vírgula nove por cento). A linha de produtos fabricados é bastante diversificada.

Setor Terciário

O setor terciário da economia canoinhense, se fundamenta primordialmente pelos aspectos mais dinâmicos da atividade econômica, haja visto ser o responsável pela movimentação da riqueza e gerador de relacionamento entre os setores.

Pelo fato de Canoinhas ser um polo centralizador dos negócios, houve na última década um incremento de 11 (onze) empresas em média por ano.

Atualmente as empresas comerciais e prestadores de serviços representam, respectivamente, 64% (sessenta e quatro por cento) e 36% (trinta e seis por cento) do total dos estabelecimentos terciários.

Há uma nítida evasão de compras para outros municípios como Curitiba, Mafra e Porto União, para adquirir gêneros alimentícios, confecções, calçados, móveis, eletrodomésticos e acessórios em geral.

Quanto ao aspecto turístico, o município apresenta uma

infra-estrutura muito modesta, contando com 4 (quatro) hotéis, sendo que somente um deles possui classificação pela EMBRATUR.

1.5.2 - ENSINO DE 2º GRAU NO MUNICÍPIO

Colégio Sagrado Coração de Jesus

Histórico

Em dezembro de 1920 chegaram a Canoinhas as primeiras Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora: Irmã Maria Fidelis Marder e Irmã Maria Gertrudes Gruber. A 05 de janeiro de 1921, vieram juntar-se a elas mais três religiosas da mesma congregação: a Superiora Madre Maria Coleta Hollenstein, Irmã Lúcia Maluche e Irmã Maria Carolina Gross. Estas cinco irmãs fundaram o Colégio Sagrado Coração de Jesus no dia 15 de janeiro de 1921.

Celebrada uma missa colegial, teve lugar a abertura das aulas que funcionavam provisoriamente na velha cadeia, casarão situado à praça Lauro Müller. As irmãs iniciaram suas atividades educacionais com o Curso Primário Particular, sendo a matrícula inicial de 171 alunos. João Maria dos Santos foi o primeiro aluno a figurar nos arquivos do Colégio Sagrado Coração de Jesus.

A 14 de maio de 1921, instalava-se o colégio definitivamente, no local onde hoje funciona, num grande e novo prédio de madeira, construído pelo Sr. João Tomachitz, à rua Barão do Rio Branco. A 16 de maio de 1921, houve a solene inauguração do Colégio Sagrado Coração de Jesus.

A Diretoria e Secretaria do Colégio Sagrado Coração de Jesus, coube à uma fundadora, a Irmã Maria Carolina Gross, que

nasceu a 28 de setembro de 1899 na Áustria. Durante 43 (quarenta e três) anos ininterruptos desempenhou, na cidade de Canoinhas, a missão de educadora, aspergindo a ciência do saber e da formação humana. Dotada de um talento musical extraordinário, A Irmã Maria Carolina, ensinava e desenvolvia esse dom. Faleceu no dia 22 de agosto de 1988, em Gaissau na Áustria.

O ano de 1928 foi assinalado pela construção do pavilhão de madeira destinado ao Colégio das meninas.

Em 1932 foi construído bem separado do Colégio, o Jardim de Infância que no mesmo ano iniciou suas atividades educacionais com uma matrícula de 26 (vinte e seis) crianças de 3 a 6 (três a seis) anos.

Em Junho de 1932, pelo Decreto nº 306, teve início o curso complementar, após grandes esforços da Direção do Estabelecimento de Ensino.

Em 1934 colou Grau a primeira turma de Complementaristas, e em 1936 foi criado o Curso Normal Sagrado Coração de Jesus pelo decreto nº 147 de 20 de agosto de 1936.

No ano de 1939, foi iniciada a construção do primeiro pavilhão de alvenaria que foi concluído em 1940. A partir deste ano, o Colégio passou a chamar-se Instituto de Educação Sagrado Coração de Jesus. Também neste ano a primeira turma de normalistas concluía o Curso. Daí para cá, dezenas de moças fizeram o curso de Normalistas no Colégio.

Em 1946, o Instituto de Educação Sagrado Coração de Jesus passa a denominar-se Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, pelo Decreto nº 3.644 de 08 de novembro de 1946. Em 1947 foi criado o Ginásio Secundário, conforme orientação Federal, tomando o lugar do Curso Fundamental Secundário, observando o Decreto-Lei Federal nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946.

Em 1949 inaugura-se o segundo pavilhão de alvenaria. No ano de 1950 houve formatura da primeira turma de Ginásianos do Ginásio da Escola Normal Sagrado Coração de Jesus.

Pelo decreto nº 444 de 27 de fevereiro de 1953 foi criado um Grupo Escolar com a denominação de Sagrado Coração de Jesus, sendo a sua Diretora a Irmã Maria Leocádia Bialeski.

Em 1955, foi construído o terceiro pavilhão de alvenaria e dois anos mais tarde ergue-se um quarto bloco, e em 1965 o quinto bloco.

O Ginásio da Escola Normal Sagrado Coração de Jesus é reconhecido pela portaria nº 228 de 28 de junho de 1957.

O total de área construída do Colégio Sagrado Coração de Jesus é de 2.665,41 m² (dois mil seiscentos e sessenta e cinco vírgula quarenta e um metros quadrados).

No ano de 1971 o Colégio Sagrado Coração de Jesus comemorou seu cinquentenário.

Pelo Decreto E/SEE de 28 de maio de 1974, nº 577, o Grupo Escolar Sagrado Coração de Jesus foi transformado em Escola Básica "Sagrado Coração de Jesus", com a autorização para funcionamento da 5^a série, conforme parecer nº 295/73. Posteriormente foram implantadas as 6^{as}, 7^{as} e 8^{as} séries.

O parecer nº 214/74 concede ao Colégio Sagrado Coração de Jesus a autorização para implantar o curso de 2^o Grau com Habilitação em Magistério de 1^o Grau 1^a a 4^a série.

Em fins do ano de 1987, a Associação Educacional e Caritativa, mantenedora do curso de 2^o Grau, Habilitação Magistério de 1^o Grau - 1^a a 4^a série do Colégio Sagrado Coração de Jesus, através da 18^a UCRE - Unidade de Coordenação Regional de Ensino fez a transferência do mesmo curso para a Fundação das

das Escolas do Planalto Norte Catarinense - FUNPLOC.
 o n° 506/88 foi apreciado em 02 de agosto de 1988, pe
 n° 376/88 da Secretaria de Estado de Educação de San
 a.

a 12 - Ensino Regular de 2º grau por Matrícula Inici
 de Final - Colégio "Sagrado Coração de Jesus"
 Canoinhas - S.C. 1964 - 1987

1ª SÉRIE				2ª SÉRIE				3ª SÉRIE		
INICIAL		FINAL		INICIAL		FINAL		INICIAL		FINA
M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
			26				10			
			28				25			
			50				34			
			39				51			
			38				42			
			47				41			
			59				43			
			44				58			
			41				37			
	50		46		45		45			37
	46		44		45		44			37
	44		48		35		33			44
	43		45		36		29			32
	57	01	48		36		36			27
	69		62		37		37			36
	58		49		51		48			36
	50		45		47		47			40
	60		57		41		44			40
			73				49			
02	82	01	74		74		73			47
01	84	01	82		96		94			72
	74		68	01	79		78			85
01	66	01	62		78		79			78
	82		78	01	82		77			76

: Arquivos do Colégio "Sagrado Coração de Jesus"

Colégio Comercial de Canoinhas

Histórico

O Colégio Comercial de Canoinhas, entidade civil de direito privado, acha-se localizado na rua Coronel Albuquerque nº 560, em Canoinhas - Santa Catarina, mantendo o curso de Contabilidade, possui uma área construída de 600 m.² (seiscentos metros quadrados).

Aos 18 de setembro de 1958, constituiu-se em Canoinhas a Associação Profissional de Contabilistas de Canoinhas. Tendo como Presidente Darcy Rocha, secretário Waldemar João Hoffmann, tesoureiro Júlio Wendt. Na assembléia realizada em 18 de outubro de 1958, esta Associação nomeou uma comissão para estudar a fundação de uma escola de Comércio na cidade de Canoinhas, sob a orientação desta Associação. Constituiu-se a comissão com os seguintes membros: Antônio Nicollazi, Mario Mayer, Arnaldo Paiter Filho, Herbert Ritzmann, Otto Friederich, Rafael Di Lacio, Luiz Miranda, Carlos Nunes Pires e Moacyr Budant.

Após os entendimentos feitos com a diretoria do Ensino Comercial no Rio de Janeiro, elaborado o primeiro estatuto e com a presença do Inspetor Federal de Ensino Comercial, Sr Pedro Pereira, foi realizada a assembléia da Associação em data de 17 de março de 1959, em cuja oportunidade foi dado início às atividades da então Escola Técnica de Comércio de Canoinhas. Proferiu, nesta mesma data, o Dr Haroldo Ferreira, no Fórum de Canoinhas, então localizado no segundo pavimento da Prefeitura Municipal de Canoinhas e em seguida, realizado um jantar de comemoração da fundação. Na oportunidade o Sr Pedro Pereira, na qualidade de Inspetor Federal do Ensino Comercial, investiu no cargo de Diretor Técnico, o Sr Arnaldo Paiter Filho, sendo o secretário, o Sr Acácio Pereira.

Assim a Escola Técnica do Comércio de Canoinhas, era filiada a Associação Profissional de Contabilidade de Canoinhas, cabendo a Presidência ao Sr Darcy Rocha, que na época era gerente da Agência Local do Banco do Brasil S.A. A partir desta data, a Escola Técnica viveu seus primeiros dias, tumultuosos por vezes, eis que era voz geral que a mesma, jamais sobreviveria na comunidade canoinhense.

O tempo inexoravelmente foi passando e, os incrédulos viram que a Escola Técnica de Comércio conseguiu seguir com passos firmes e bem cedo se manter com vida própria, a ponto de não mais necessitar da Associação Profissional de Contabilistas de Canoinhas, que a apadrinhou, motivo por que em data de 01 de junho de 1960, a Associação houve por bem desligar a Escola Técnica da referida Associação, o que foi feito por Assembléia Geral, realizada naquela data. Tal desligamento foi solicitado pelo Sr. Zaiden Emiliano Seleme, tendo em vista a conveniência de se dar autonomia à Escola Técnica para poder gozar dos benefícios públicos e ter personalidade jurídica própria. Na mesma sessão o Sr. Zaiden Emiliano Seleme, apresentou projeto do estatuto da nova Escola Técnica, o que foi aprovado em plenário.

Nessa fase termina a ingerência da Associação Profissional da Contabilidade de Canoinhas com a Escola Técnica de Comércio de Canoinhas, agora já com vida própria.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determinou a reformulação da então Escola Técnica de Comércio de Canoinhas, a qual para se enquadrar nas novas determinações da supra citada Lei, obrigou-se a reformular seu estatuto bem como seu regimento interno. O novo projeto estatutário foi apresentado na Assembléia Geral de 28 de maio de 1960, aprovado em 26 de junho de 1960, por desmembramento da Associação Profissional de Contabilistas de Canoinhas e alterado em 15 de novembro de 1962 por disposição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tomando desde então o nome de Colégio Comercial de Canoinhas. Na mesma data também seu regimento interno foi alte-

rado, sendo já devidamente homologado pela Diretoria do Ensino Comercial.

O Ministério da Educação e Cultura autorizou pela Portaria nº 224 de 06 de maio de 1959 o funcionamento do Curso Técnico de Contabilidade. A Portaria nº 398 de 04 de novembro de 1960 manteve a autorização para o funcionamento do referido curso. Finalmente a Portaria nº 464 de 13 de novembro de 1967 concede agora ao Colégio Comercial de Canoinhas, em caráter definitivo, a autorização de funcionamento dos Cursos Técnicos de Contabilidade e de Administração.

O Colégio Comercial de Canoinhas formou 1479 (um mil, quatrocentos e setenta e nove) alunos no Curso Técnico de Contabilidade e 29 (vinte e nove) alunos no Curso de Assistente de Administração.

As pessoas que mais se destacaram até a presente data no mencionado Colégio foram: Acácio Pereira, que teve a incumbência e a responsabilidade da primeira orientação educacional e administrativa e vêm mantendo esta orientação até a presente data; Zaiden Emiliano Seleme, o qual se manteve na direção do referido Colégio por vários anos.

Destaca-se também a figura do Sr. Darci Rocha que foi o primeiro Presidente da Associação Profissional de Contabilistas de Canoinhas, o qual propugnou pela fundação do ensino comercial em Canoinhas. O cargo de diretor do estabelecimento foi preenchido da seguinte forma:

- 1959/1960 Arnaldo Paiter Filho;
- 1961/1966 Zaiden Emiliano Seleme;
- 1967/1968 Adilson Zaniolo;
- 1969/1970 Acácio Pereira;
- 1971/1972 Zaiden Emiliano Seleme;
- 1973/1975 Vinícius Marcos Allage;
- 1976 até a presente data Zaiden Emiliano Seleme.

O Colégio Comercial de Canoinhas mantém o curso Técnico em Contabilidade, que funciona no período noturno para dar oportunidade àqueles que trabalham diuturnamente.

a 13 - Ensino regular de 2º Grau por Matrícula Inicial
Final - Colégio Comercial de Canoinhas - 1959

1ª SÉRIE				2ª SÉRIE				3ª SÉRIE		
INICIAL		FINAL		INICIAL		FINAL		INICIAL		FIN
M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
21	07	16	05							
07	10	03	09	13	06	13	05			
20	03	20	02	07	06	07	06	14	05	13
24	10	22	09	22	03	20	03	08	06	08
22	07	21	06	19	04	18	03	19	02	18
21	03	18	02	14	04	14	03	17	03	17
23	06	22	06	19	02	19	02	18	03	18
14	06	13	05	21	06	19	05	18	02	18
29	07	23	06	12	07	12	06	18	05	16
29	12	25	12	19	03	18	03	11	07	10
32	10	25	06	21	13	20	09	20	09	17
56	22	53	20	24	11	22	10	18	09	16
26	24	20	19	37	21	31	20	22	09	21
40	28	32	23	22	18	23	18	27	18	26
53	27	53	27	29	22	29	22	25	18	28
60	41	53	38	46	21	41	20	23	20	23
72	39	60	32	58	31	43	29	32	18	32
67	31	53	29	49	24	43	24	36	27	35
83	39	71	35	48	26	49	28	41	27	39
116	69	82	64	77	36	69	36	47	24	46
127	69	101	61	57	58	57	55	72	33	73
119	44	88	34	86	60	77	49	52	47	48
120	50	95	42	83	52	85	43	71	44	68
79	37	63	30	83	39	76	34	73	38	71
63	27	55	25	64	24	54	22	79	34	72
52	23	39	18	67	27	59	22	55	19	47
55	24	47	25	64	25	55	23	64	23	57
92	40	59	28	67	42	48	30	43	17	37
82	38	54	25	79	36	66	26	37	26	35
62	25	32	29	66	32	52	28	54	20	46
54	25	30	14	52	48	43	36	50	31	44
22	13	14	12	44	19	38	14	45	37	39
11	10	09	07	23	16	22	08	44	14	41

Colégio Estadual "Santa Cruz"

Histórico

Quando os primeiros povoadores chegaram a Canoinhas, encontraram sinais evidentes de que outros, já haviam visitado a região, comprovado pelo encontro de uma cruz no topo de uma colina existente. Neste local ergueu-se a matriz da paróquia de Santa Cruz de Canoinhas e mais tarde o Colégio Estadual "Santa Cruz".

Foi a Cruz, símbolo de nosso povoado que recebeu o nome de Santa Cruz de Canoinhas, servindo até hoje para nomear locais e entidades de nossa terra como o Colégio Estadual "Santa Cruz".

Nascido do ideal de um grupo de canoinhenses que reunidos no dia 25 de maio de 1957, no antigo salão Cristo Rei deixaram constituída a comissão pró-construção do Ginásio "Santa Cruz".

Os intrépidos irmãos maristas fundaram o Ginásio "Santa Cruz" em 29 de fevereiro de 1952, com um único membro da Congregação Marista representada pelo Irmão Guido Emílio.

No primeiro ano, o Ginásio dos Maristas funcionou no Colégio Sagrado Coração de Jesus, contando com 36 (trinta e seis) alunos na primeira série e 15 (quinze) na segunda.

O diretor nesta época era o Irmão Guido Emílio, auxiliado pelo Irmão João Bartchmann e o Professor Ney Pacheco de Miranda Lima. No ano seguinte, 1953, estabeleceu-se no alto da Colina Santa Cruz, num prédio de madeira muito simples, o Ginásio "Santa Cruz". O diretor passou a ser o Irmão Orlando Mül-

ler, o qual deu início a construção do prédio que seria o estabelecimento atual.

Em 1955, as aulas eram ministradas no barracão de madeira e posteriormente no prédio novo. Contava então com 116 (cento e dezesseis) alunos. O Irmão Orlando Müller ainda era diretor, auxiliado pelos Irmãos: Balduino José, Arécio, pelo Professor Pedro Reitz e Professor Ribeiro.

De 1968 a 1970 respondeu pelo cargo o Irmão Tomaz Lunkes. No ano de 1970, o Ginásio "Santa Cruz" foi estadualizado, passando a ser propriedade do Governo Estadual e sendo reconhecido oficialmente no dia 07 de junho do mesmo ano. A direção passou a ser ocupada pelo Professor Eloi Bona que permaneceu até 1987.

No ano de 1971, foi criado Curso Científico na cidade de Canoinhas, tendo como local o Ginásio Estadual "Santa Cruz", que passou desta maneira a denominar-se Colégio Estadual "Santa Cruz".

Com o crescimento do Colégio Estadual "Santa Cruz" um número cada vez maior de alunos exigia por conseqüência aumento do corpo discente e funcionários, as dificuldades foram aumentando, para solucioná-las foi necessário organizar uma estrutura mais complexa com a distribuição de diversos cargos.

Em 1977, foi construído junto ao Colégio Estadual "Santa Cruz", uma nova ala para abrigar a futura escola integrada.

Em 1978, o Curso Científico reverteu-se no curso de Laboratorista de Análises Clínicas, conforme parecer nº 39/78, de 21 de março de 1978, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação.

Devido a esforços da Associação de Pais e Professores,

foi inaugurado o laboratório do Curso de Análises Clínicas do 2º Grau, equipado com aparelhos modernos, permitindo um maior aperfeiçoamento dos alunos. Pela Lei nº 7.044/82, o Curso de 2º Grau do Colégio Estadual "Santa Cruz" é reestruturado e passa a denominar-se Curso de preparação para o trabalho, não ensejando habilitação para o trabalho.

Atualmente o Colégio Estadual "Santa Cruz" conta com 732 (setecentos e trinta e dois) alunos, distribuídos em 21 (vinte e uma) turmas.

A partir do ano de 1989 o Colégio Estadual "Santa Cruz" passou a oferecer para a comunidade o Curso de Magistério de 1º Grau - 1ª a 4ª série.

O Colégio Estadual "Santa Cruz" é um educandário que trabalha apoiado em três pilares UNIR - TRABALHAR - EDUCAR, para que o jovem seja mais cômico de sua responsabilidade como estudante e futuro cidadão.

Tabela 14 - Ensino regular de 2º Grau por Matrícula Inicial e Final - Colégio Estadual Santa Cruz
Canoinhas - 1971 - 1991

ANO	1ª SÉRIE				2ª SÉRIE				3ª SÉRIE			
	INICIAL		FINAL		INICIAL		FINAL		INICIAL		FINAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
1971	87	34	85	34								
1972	85	49	76	33	13	17	17	12				
1973	107	34	68	20	34	20	20	18	13	11	09	09
1974	108	73	104	60	27	16	28	10	15	09	07	12
1975	125	55	104	53	46	40	48	30	23	06	24	06
1976	112	86	97	74	50	45	45	36	35	20	25	18
1977	116	103	92	82	58	43	50	37	31	24	34	22
1978	99	73	89	69	54	61	50	58	40	26	36	25
1979	68	76	93	77	36	17	43	33	21	13	25	38
1980	109	71	96	64	60	38	44	31	34	26	29	22
1981	91	75	62	65	61	92	41	34	33	31	29	25
1982	110	87	83	72	50	47	43	42	28	22	26	22
1983	133	98	91	79	57	54	40	47	30	25	24	25
1984	143	109	86	85	65	42	35	33	29	26	25	27
1985	161	95	95	68	67	43	49	31	27	22	24	22
1986	162	152	118	165	60	40	52	35	42	17	39	17
1987	183	125	181	125	89	83	61	61	28	30	29	20
1988	161	151	109	135	76	64	67	59	27	30	27	29
1989	196	217	111	142	92	142	72	109	45	48	41	46
1990	177	207	110	164	108	137	77	102	65	94	56	93
1991												

FONTE: Arquivos do Colégio Estadual "Santa Cruz"

Fundação das Escolas do Planalto Norte Catarinense - FUNPLOC**Histórico**

Criada pela Lei Municipal nº 954 de 07 de dezembro de 1970, é entidade mantenedora dos cursos de 3º grau, Administração de Empresas e Pedagogia, além de alguns cursos de 2º Grau.

No ano de 1974 foi encaminhado processo à Secretaria de Estado da Educação com o objetivo de solicitar a implantação dos cursos de 2º Grau Técnico em Secretariado e Técnico em Administração.

Justificava-se a implantação destes cursos de 2º Grau uma vez que havia um número elevado de alunos formado em 1º Grau e com limitadas possibilidades de freqüentar o curso de 2º Grau. Com o desenvolvimento industrial, comercial e cultural do município, havia a necessidade de mão-de-obra diversificada, para que este desenvolvimento almejado se concretizasse. Assim também iniciava-se o ciclo dos cursos profissionalizantes preconizados pela Lei nº 5.692/71.

O curso Técnico em Administração não foi implantado, contudo o curso Técnico em Secretariado teve sua primeira turma implantada em 1975 sendo que suas atividades foram cessadas em 1987, devido a baixa procura.

Após quatro anos, em 1987 foi encaminhado novo processo solicitando a implantação do curso de Auxiliar de Enfermagem cujo objetivo principal era suprir o mercado de trabalho na região. Implantado inicialmente em 1980 exerceu suas atividades no ano de 1986.

No ano de 1988 a Fundação das Escolas do Planalto Nor-

te Catarinense - FUNPLOC, recebeu do Colégio "Sagrado Coração de Jesus" o curso de Magistério de 1º grau - 1ª a 4ª série, o qual teve a sua transferência autorizada pelo parecer nº 378/88 do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina.

No mesmo ano teve início o curso de 2º grau Educação Geral, trata-se de um curso não profissionalizante, cuja finalidade primordial é a formação do jovem que deseja ingressar num curso superior.

Tabela 15 - Ensino regular de 2º Grau Matrícula Inicial e Final -
Curso Técnico de Secretariado
FUNPLOC - Canoinhas - 1975 - 1987

ANO	1ª SÉRIE				2ª SÉRIE				3ª SÉRIE			
	INICIAL		FINAL		INICIAL		FINAL		INICIAL		FINAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
1975	17	20	17	18								
1976	37	64	23	44	13	09	12	16				
1977	52	37	32	28	21	42	18	37	12	11	12	10
1978	22	11	23	20	16	23	12	22	16	33	14	35
1979	30	31	29	30	21	22	15	21	08	20	08	20
1980	49	38	32	29	23	34	21	30	13	16	13	15
1981	35	26	25	23	31	33	22	26	17	28	18	26
1982	24	23	13	18	32	23	24	14	21	27	19	26
1983	31	26	15	16	17	32	08	19	24	14	21	12
1984	20	22	09	14	14	19	10	13	09	16	14	15
1985	17	27	12	18	11	11	06	08	10	13	10	12
1986					17	26	15	21	04	08	03	08
1987									15	21	15	19

FONTE: Arquivos da FUNPLOC

Tabela 16 - Ensino regular de 2º Grau Matrícula Inicial e Final
Curso Auxiliar de Enfermagem
FUNPLOC - Canoinhas - 1980 - 1986

ANO	1ª SÉRIE				2ª SÉRIE				3ª SÉRIE			
	INICIAL		FINAL		INICIAL		FINAL		INICIAL		FINAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
1980	07	44	01	28								
1981	09	17	04	08	03	29	03	19				
1982	06	22	04	09	01	16	08	01	03	18	03	16
1983	04	07	10	06	03	11	03	09	08	01	01	08
1984	02	16		13	05	08	05	05	01	09	02	09
1985					02	07	04	05	02	06	03	05
1986									01	06	01	06

FONTE: Arquivos da FUNPLOC

Tabela 17 - Ensino regular de 2º Grau Matrícula Inicial e Final -
Curso Magistério de 1º grau
FUNPLOC - Canoinhas - 1988 - 1991

ANO	1ª SÉRIE				2ª SÉRIE				3ª SÉRIE			
	INICIAL		FINAL		INICIAL		FINAL		INICIAL		FINAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
1988		42		37		75		72	01	79	01	78
1989	01	25	01	20		48		34		70		69
1990					01	19	01	15		37		37
1991									01	14	01	22

FONTE: Arquivos da FUNPLOC

Tabela 18 - Ensino regular de 2º Grau Matrícula Inicial e Final -
Curso de 2º grau Educação Geral
FUNPLOC - Canoinhas - 1988 - 1991

ANO	1ª SÉRIE				2ª SÉRIE				3ª SÉRIE			
	INICIAL		FINAL		INICIAL		FINAL		INICIAL		FINAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
1988	16	18	14	14	12	17	14	15				
1989	17	21	11	22	15	18	10	18	10	11	10	10
1990	24	44	21	27	09	17	08	16	05	11	05	10
1991	23	41	22	34	18	22	17	24	04	12	04	12

FONTE: Arquivos da FUNPLOC

Colégio Agrícola "Vidal Ramos"

Histórico

O Colégio Agrícola "Vidal Ramos", fundado em 1939, durante o Governo Nereu Ramos, iniciou suas atividades como Instituto Agrônômico, tendo como Diretor Interino o Senhor Clovis Nery.

Em 1941, iniciou o funcionamento da Escola Prática de Agricultura e Campo Experimental de Semente de Trigo, formando Práticos Rurais.

Paralelo à Escola Prática, funcionava o Posto de Monta - 1960 a 1967.

Em 1954, amparado pelo convênio entre o Governo do Estado e o Ministério da Agricultura, através da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, iniciou o funcionamento do curso de formação de Tratoristas Agrícolas, até o ano de 1964.

Ainda durante os anos de 1955 e 1956, forma ministrados cursos de extensão para agricultores e filhos de agricultores, sobre Avicultura e Suinocultura.

A partir de 1959, a Escola Prática de Agricultura "Vidal Ramos", foi transformada em Ginásio Agrícola com curso regular de 04 anos, equivalente ao 1º ciclo secundário.

Em 1965, foi incorporado à Fundação Educacional de Santa Catarina - FESC e Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - UDESC, tendo a partir de 1969, recebido a denominação de Ginásio Moderno "Vidal Ramos".

Em 1974, foi autorizado o funcionamento do 2º Grau, com habilitação de Técnico em Agropecuária, que iniciou com uma turma de 31 alunos.

Em 1976, foi transformado em Colégio Agrícola, após a conclusão da 1ª turma de Técnicos em Agropecuária.

Conta o Colégio hoje, com uma área de 6.049.281,00 m².

Conta também com uma Cooperativa que funciona a nível didático administrativo, pela qual são canalizados a comercialização agro-pastoril.

Tabela 19 - Ensino regular de 2º Grau por Matrícula Inicial e Final - Colégio Agrícola Vidal Ramos Canoinhas - 1974 - 1991

ANO	INICIAL		FINAL		TOTAL
	Masc	Fem.	Masc	Fem.	
1974	31		30		30
1975	75		72		72
1976	101		95		95
1977	140		135		135
1978	204		211		211
1979	236		225		225
1980	245		231		231
1981	257		245		245
1982	284		268		268
1983	290		264		264
1984	319		296		296
1985	320		305		305
1986	328		311		311
1987	321	8	303	6	309
1988	299	10	288	7	295
1989	274	7	240	7	247
1990	273	10	256	8	264
1991	365	6	250	6	256

FONTE: Arquivos do Colégio Agrícola "Vidal Ramos"

Colégio Estadual "Almirante Barroso"

Histórico

O Colégio Estadual "Almirante Barroso", iniciou suas atividades no ano de 1935, no local onde hoje se encontra, com o nome de Grupo Escolar "Professora Ana Cidade".

Pelo Decreto nº 448, de 10 de julho de 1938, passou a denominar-se Grupo Escolar "Almirante Barroso".

Em 1947, começou a funcionar anexo, o Curso Normal Regional "prof. Sílvio Pélico de Freitas Noronha", passaram a compor a Escola Estadual "Almirante Barroso".

Pelo Decreto nº 8.130, de 11 de julho de 1979, foi reconhecido como Estabelecimento de Ensino de 1º Grau e Escola Básica "Almirante Barroso".

Através do Decreto nº 21.402 de 26 de dezembro de 1989, foi autorizado o funcionamento do curso de 2º Grau - Educação Geral, passando a denominar-se Colégio Estadual "Almirante Barroso".

Tabela 20 - Ensino regular de 2º Grau Matrícula Inicial e Final -
Colégio Estadual "Almirante Barroso"
Canoinhas - 1988 - 1991

ANO	1ª SÉRIE				2ª SÉRIE				3ª SÉRIE			
	INICIAL		FINAL		INICIAL		FINAL		INICIAL		FINAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
1990	121	97	89	85								
1991	92	71	60	46	50	51	40	41				

FONTE: Arquivos do Colégio Estadual "Almirante Barroso"

Colégio Estadual "Irmã Maria Felícitas"

Histórico

O Grupo Escolar "Irmã Maria Felícitas" foi criado pelo Decreto nº 8.717 de 11 de dezembro de 1969, sendo inaugurado em 22 de setembro de 1972. Iniciou seu funcionamento em 1º de março de 1973.

Foi transformado em Escola Básica a partir de 1980, pelo parecer nº 220/79, de 20 de dezembro de 1979.

No ano de 1991 foi implantado a Curso de 2º Grau de Educação Geral, aprovado pelo parecer nº 051/91 de 13 de março de 1991.

O nome da referida escola consiste numa homenagem à Irmã Maria Felícitas, nascida na Suíça em 26/11/1896. Em 1922 fez-se religiosa Franciscana, Missionária de Maria Auxiliadora, Veio para o Brasil, permanecendo os primeiros anos no Rio Grande do Sul, sendo que em 1927 chegou a Canoinhas. depois foi, novamente Transferida para as plagas gaúchas, Erechim. Em 1944 retorna à capital do mate, dedicando-se ao Magistério como professora de línguas, formação responsável do internato e secretária dos Cursos Normal e Ginásial. Irmã Maria Felícitas entregou as armas do Magistério pela doença que a prostrou no dia 24/08/64.

Tabela 21 - Ensino regular de 2º Grau por Matrícula Inicial e Final - Colégio Estadual "Irmã Maria Felícitas" Canoinhas - 1991

ANO	1ª SÉRIE				2ª SÉRIE				3ª SÉRIE			
	INICIAL		FINAL		INICIAL		FINAL		INICIAL		FINAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
1991	71	43	44	26								

FONTE: Arquivos do Colégio Estadual "Irmã Maria Felícitas"

CAPÍTULO III - METODOLOGIA DA PESQUISA

1.0 - DELINEAMENTO DA PESQUISA

Projeto de levantamento, pesquisa de campo com análise teórica.

1.1 - DESCRIÇÃO DA POPULAÇÃO E DA AMOSTRA

1.1.1 - LOCAL

Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.

1.1.2 - UNIVERSO

O universo investigado foi o das escolas que possuem cursos de 2º grau no perímetro urbano e rural, públicas e particulares do município de Canoinhas

O número de escolas que oferecem cursos de 2º grau é de 06 (seis) estabelecimentos que em conjunto oferecem 08 (oito) cursos, sendo que 02 (dois) estabelecimentos são particulares, 04 (quatro) públicos, sendo 01 (um) público com regime de

internato. Encontram-se matriculados no corrente ano 1488 alunos.

Encontram-se exercendo atividade docentes na rede de ensino do 2º grau um total de 94 professores.

Quanto às instalações físicas, apresentam variações peculiares a cada uma.

Quanto a localização, cinco encontram-se localizadas no perímetro urbano e apenas uma no perímetro rural.

A idade dos alunos freqüentadores das escolas de 2º grau é variável, contudo a predominância está entre os adolescentes.

Os cursos de 2º grau distribuem-se nos três turnos: matutino, vespertino e noturno.

1.1.3 - AMOSTRA

Para obter a amostra das 06 (seis) instituições de ensino, em funcionamento, os alunos de 15 a 19 (quinze a dezoove) anos foram organizados em extratos segundo as séries, 1ª, 2ª e 3ª, discriminando-se o turno (noturno ou diurno) e o sistema de ensino (público ou particular), o curso (Profissionalizante ou Educação Geral), e sexo.

Quanto aos professores foram organizados em função do sistema de ensino, num total de 50 (cinquenta).

Amostra - 180 (cento e oitenta) alunos entre 15 e 19 (quinze e dezenove) anos.

QUADRO 02 - CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

PÚBLICO																	
DIURNO												NOTURNO					
EDUCAÇÃO GERAL						PROFISSIONALIZANTE						EDUCAÇÃO GERAL					
MASC.			FEM.			MASC.			FEM.			MASC.			FEM.		
1 ^a	2 ^a	3 ^a	1 ^a	2 ^a	3 ^a	1 ^a	2 ^a	3 ^a	1 ^a	2 ^a	3 ^a	1 ^a	2 ^a	3 ^a	1 ^a	2 ^a	3 ^a
06	06	06	06	06	06	06	06	06	06	06	06	06	06	06	06	06	06

PARTICULAR											
DIURNO						NOTURNO					
EDUCAÇÃO GERAL						PROFISSIONALIZANTE					
MASC.			FEM.			MASC.			FEM.		
1 ^a	2 ^a	3 ^a	1 ^a	2 ^a	3 ^a	1 ^a	2 ^a	3 ^a	1 ^a	2 ^a	3 ^a
06	06	06	06	06	06	06	06	06	06	06	06

1.1.4 - VARIÁVEIS

- Variável de controle: turma, série, sistema de ensino, idade dos alunos, turno e curso.
- Variável interveniente: salário, carga horária, localização, regime (interno, externo).
- Variável antecedente: história do indivíduo.

1.1.5 - ÉPOCA

A presente pesquisa realizou-se no período de fevereiro de 1991 a junho de 1992.

1.2 - MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADAS

1.2.1 - METODOLOGIA DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Para a implementação do projeto, inicialmente foi necessária a realização de um levantamento das obras que tratam do tema "Ensino de 2^o Grau". Tal levantamento foi realizado em bibliotecas das cidades de Canoinhase Blumenau, bem como em livrarias de centros maiores e feiras de livros.

A aquisição dos livros sobre o tema citado, assim como, a utilização de fotocópias de textos foi de extrema importância para a continuidade deste trabalho, quando os mesmos não estavam disponíveis para empréstimos nas bibliotecas.

Dentro da pesquisa bibliográfica houve a leitura de inúmeros livros e textos de diversos autores que traziam no seu bojo conteúdos sobre o ensino de 2^o Grau.

Foi também de fundamental importância a pesquisa em boletins informativos expedidos pelo Ministério da Educação e Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos. Houve a análise de textos publicados em jornais e revistas educacionais de âmbito estadual e nacional, como também análise de informativos estatísticos sobre o ensino de 2^o Grau.

A pesquisa nos arquivos dos Estabelecimentos de Ensino

de 2º Grau do município, fez com que fossem encontrados dados de teor significativo para o bom andamento da pesquisa.

1.2.2 - METODOLOGIA DE PESQUISA DE CAMPO

Na pesquisa de campo ocorreu a formulação dos instrumentos de coleta de dados para professores e alunos, com a conseqüente aplicação dos instrumentos.

De posse dos questionários efetuou-se a tabulação e análise dos dados obtidos, com a posterior transcrição dos resultados em tabelas, dando-se tratamento estatístico, levando a uma generalização das conclusões.

Ainda dentro da pesquisa de campo ocorreu o contato com diversas instituições de ensino com a finalidade de obter dados necessários à consecução da pesquisa, bem como a autorização para a aplicação dos questionários.

1.3 - DESCRIÇÃO DOS INSTRUMENTOS

Os instrumentos de coleta de dados da presente pesquisa consistiram em dois questionários com perguntas de múltipla escolha (em anexo).

O questionário destinado aos professores consistia de 40 (quarenta) perguntas e o destinado aos alunos, 45 (quarenta e cinco) perguntas. Ambos exploravam questões da vida pessoal e familiar, em grupo e profissional dos pesquisados.

1.4 - DESCRIÇÃO DA COLETA DE DADOS

Os dados apresentados foram coletados no final do ano letivo de 1991, no decorrer das aulas, sendo os questionários distribuídos de forma aleatória, observando-se a constante no projeto inicial.

Os estabelecimentos pesquisados foram aqueles que ofereceram cursos de 2º Grau regular profissionalizante ou de Educação Geral, do município de Canoinhas, observando-se a amostra inicialmente proposta.

CAPÍTULO IV - ANÁLISE DOS DADOS

1.0 - ANÁLISE

1.1 - TRATAMENTO DOS DADOS

Os dados obtidos na pesquisa foram organizados estatisticamente, por percentagem e apresentados em tabela.

1.2 - EVIDENCIAÇÃO DOS RESULTADOS

RESULTADO DA PESQUISA COM PROFESSORES PARA ANÁLISE E COMPOSIÇÃO DE TABELAS

Tabela 22 - Sexo

Descrição	Quantidade	%
Masculino	17	34,00
Feminino	14	28,00
Não Respondeu	04	8,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 23 - Faixa Etária

Descrição	Quantidade	%
18 a 24 anos	06	12,00
25 a 35 anos	17	34,00
36 a 45 anos	06	12,00
+ de 46 anos	04	8,00
Não Respondeu	02	4,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 24 - Grau de instrução

Descrição	Quantidade	%
1º grau		
2º grau	04	8,00
Superior incompleto	02	4,00
Superior completo	19	38,00
Pós-graduação/especialização	09	18,00
Pós-graduação/mestrado	00	0,00
Doutorado	00	0,00
Não Respondeu	01	2,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 25 - Tempo de Atuação no Magistério

Descrição	Quantidade	%
até 5 anos	11	22,00
de 6 a 10 anos	10	20,00
de 11 a 15 anos	05	10,00
+ de 15 anos	07	14,00
Não Respondeu	02	4,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 26 - Gosta de Atuar como Professor

Descrição	Quantidade	%
Sim	32	64,00
Não	00	0,00
Não Respondeu	03	6,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 27 - Renda Média da Família

Descrição	Quantidade	%
01 salário	01	2,00
02 a 04 salários	11	22,00
05 A 07 salários	08	16,00
07 A 10 salários	05	10,00
+ de 10 salários	07	14,00
Não Respondeu	03	6,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 28 - Número de Aulas que Leciona Semanalmente

Descrição	Quantidade	%
Até 10 aulas	09	18,00
de 11 a 20 aulas	08	16,00
de 21 a 30 aulas	06	12,00
de 31 a 40 aulas	07	14,00
de 41 a 50 aulas	03	6,00
+ de 51 aulas	01	2,00
Não Respondeu	01	2,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 29 - Meio de Transporte utilizado para chegar à escola

Descrição	Quantidade	%
Nenhum	12	24,00
Bicicleta	01	2,00
Motocicleta	00	0,00
Ônibus	09	18,00
Automóvel	13	26,00
Outro	00	0,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 30 - Com quem Você Reside

Descrição	Quantidade	%
Sozinho(a)	03	6,00
Com amigo(a)	01	2,00
Com parentes	06	12,00
Com os pais	06	12,00
Na escola, em regime de internato	00	0,00
Outro	18	36,00
Não Respondeu	01	2,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 31 - Religião

Descrição	Quantidade	%
Espírita	01	2,00
Protestante	04	8,00
Católica Romana	28	56,00
Testemunha de Jeová	00	0,00
Assembléia de Deus	00	0,00
Nenhuma	02	4,00
Outra	00	0,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 32 - Participação em Atividades Religiosas

Descrição	Quantidade	%
Participa freqüentemente	11	22,00
Participa, às vezes	12	24,00
Não participa	11	22,00
Não Respondeu	01	2,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 33 - Pensamento/posição em Relação ao seu Futuro

Descrição	Quantidade	%
Pessimismo	05	10,00
Otimismo	26	52,00
indiferente	02	4,00
Não Respondeu	02	4,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 34 - Quando você está convivendo com outras pessoas na escola e surge um conflito, qual a sua posição

Descrição	Quantidade	%
Não se envolve	09	18,00
Deixa que decidam por si	04	8,00
Auxilia na solução do problema	20	40,00
Tenta impor uma solução	02	4,00
Incentiva o conflito existente	00	0,00
Não Respondeu	00	0,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 35 - Frequência com que você faz uso de algum tipo de bebida alcoólica

Descrição	Quantidade	%
Freqüentemente	04	8,00
Ocasionalmente	19	38,00
Raramente	07	14,00
Nunca	05	10,00
Não Respondeu	00	0,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 36 - Frequência com que você faz uso de algum tipo de droga

Descrição	Quantidade	%
Freqüentemente		
Ocasionalmente	04	8,00
Raramente	00	0,00
Nunca	30	60,00
Não Respondeu	01	2,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 37 - Uso de cigarro

Descrição	Quantidade	%
Freqüentemente	07	14,00
Ocasionalmente	02	4,00
Raramente	01	2,00
Nunca	24	48,00
Não Respondeu	01	2,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 38 - Posição em relação ao atual regime político

Descrição	Quantidade	%
Muito satisfeito	01	2,00
Só um pouco satisfeito	00	0,00
Só um pouco descontente	00	0,00
Muito descontente	30	60,00
Indiferente	03	6,00
Não sabe responder	01	2,00
Não Respondeu	00	0,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 39 - Participação dos professores na vida política do país

Descrição	Quantidade	%
Mais que atualmente	28	56,00
Menos que atualmente	02	4,00
Já participaram suficientemente	02	4,00
Não sabe responder	03	6,00
Não Respondeu	00	0,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 40 - Participação política

Descrição	Quantidade	%
Somente procurando informar-se do que está acontecendo através de conversas, leituras, etc.	19	38,00
Participando efetivamente em confrontos políticos	00	0,00
Filiado a movimentos políticos	08	16,00
Não participa	08	16,00
Não Respondeu	00	0,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 41 - Grau de satisfação em relação ao curso que leciona

Descrição	Quantidade	%
Muito satisfeito	11	22,00
Satisfeito em parte	21	42,00
Um pouco descontente	03	6,00
Muito descontente	00	0,00
Não Respondeu	00	0,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 42 - Reação ao seu descontentamento na escola

Descrição	Quantidade	%
Não faz nada	03	6,00
Critica abertamente seus colegas	01	2,00
Procura conversar com professores e alunos	16	32,00
Procura conversar com a direção	13	26,00
Não Respondeu	02	4,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 43 - Frequência com que costuma se reunir com a família para conversar

Descrição	Quantidade	%
Freqüentemente	28	56,00
Ocasionalmente	03	6,00
Raramente	04	8,00
Nunca	00	0,00
Não Respondeu	00	0,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 44 - Troca de idéias sobre seus problemas

Descrição	Quantidade	%
Namorado(a)	04	8,00
Pai	00	0,00
Mãe	01	2,00
Outras pessoas	01	2,00
Ninguém	02	6,00
Amigo(a)	07	14,00
Esposa(o)	20	40,00
Não Respondeu	00	0,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 45 - Motivo que o leva a trocar idéias sobre seus problemas

Descrição	Quantidade	%
Confiança	17	34,00
Afinidade	07	14,00
Compreensão	06	12,00
Mais experiência	00	0,00
Outros	05	10,00
Não Respondeu	00	0,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 46 - Necessidade de ter alguém para conversar

Descrição	Quantidade	%
Freqüentemente	21	42,00
Ocasionalmente	10	20,00
Raramente	02	4,00
Nunca sente	01	2,00
Não Respondeu	01	2,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 47 - Tem muitos amigos

Descrição	Quantidade	%
Sim	15	30,00
Não	10	20,00
Não Respondeu	20	40,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 48 - Gosta de ouvir música

Descrição	Quantidade	%
Sim	33	66,00
Não	00	0,00
Não Respondeu	02	4,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 49 - Tipo de música

Descrição	Quantidade	%
Clássica	09	18,00
Popular	09	18,00
Romântica	09	18,00
Rock	07	14,00
Sertaneja	00	0,00
Outra	01	2,00
Não Respondeu	00	0,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 50 - Hábitos de leitura

Descrição	Quantidade	%
Freqüentemente	24	48,00
Ocasionalmente	08	16,00
Raramente	02	4,00
Nunca	01	2,00
Não Respondeu	00	0,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 51 - Residência

Descrição	Quantidade	%
Na zona urbana	30	60,00
Na zona rural	03	6,00
Não Respondeu	02	4,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 52 - Exerce outra atividade remunerada além de lecionar

Descrição	Quantidade	%
Sim	13	26,00
Não	22	44,00
Não Respondeu	00	0,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 53 - Quanto ao aluno de 2º grau, podemos afirmar

Descrição	Quantidade	%
É um ser passivo que deve assimilar os conteúdos transmitidos pelo professor.	20	40,00
É um ser ativo, centro do processo ensino aprendizagem	03	6,00
É um elemento para que o material é preparado	11	22,00
É um ser concreto, concebido em função da classe social que pertence. (econômico, social e cultural	00	0,00
Não Respondeu	01	2,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 54 - Quanto aos professores que atuam no ensino de 2º grau

Descrição	Quantidade	%
São meros transmissores de conteúdos	15	30,00
São facilitadores de aprendizagem	05	10,00
São elementos que relacionam e aplicam um conjunto de meios que garantam a eficiência e a eficácia do ensino	06	12,00
Direcionam e conduzem o processo ensino aprendizagem comprometendo-se com o aluno em sua realidade social e interagindo com ela na construção do conhecimento	07	14,00
Não Respondeu	02	4,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 55 - Os conteúdos ministrados no curso de 2º grau

Descrição	Quantidade	%
São trabalhados e selecionados a partir da cultura universal acumulada	14	28,00
São selecionados a partir dos interesses dos alunos	00	0,00
São estruturados segundo objetivos estabelecidos pelo professor	13	26,00
São aqueles acumulados historicamente e produzidos socialmente e que servem como instrumento para o aluno conhecer criticar e refletir sobre a realidade	08	16,00
Não Respondeu	00	0,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 56 - Realidade do curso de 2º grau

Descrição	Quantidade	%
São privilégios das camadas mais favorecidas	05	10,00
São democráticos, isto é, aberto para todos	04	8,00
São importantes e devem ser de boa qualidade para todas as camadas da população	26	52,00
Não Respondeu	00	0,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 57 - Metodologia desenvolvida nas aulas

Descrição	Quantidade	%
As aulas são centradas no professor (expositivas)	11	22,00
As aulas são centradas no aluno (trabalhos em grupo, jogos, criatividade, etc)	02	4,00
Nas aulas utiliza-se muita ênfase recursos audiovisuais, instrução programada, tecnologia de ensino	03	6,00
Nas aulas, há uma distinção clara entre o papel do professor e do aluno, havendo articulação entre eles e utiliza-se de todos os meios que possibilitem uma Compreensão crítica dos conteúdos	13	26,00
Todas as alternativas	05	10,00
Não Respondeu	01	2,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 58 - A avaliação que é realizada nos cursos de 2º grau, podemos afirmar

Descrição	Quantidade	%
No momento da avaliação são valorizados os aspectos cognitivos com ênfase na memorização	08	16,00
Ao avaliar o aluno há uma valorização maior das suas atitudes com ênfase na auto-avaliação	04	8,00
O aluno é avaliado com ênfase nos objetivos propostos e produtividade	22	44,00
Não Respondeu	01	2,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

Tabela 59 - Relacionamento com os especialistas que atuam na escola

Descrição	Quantidade	%
Ótimo	10	20,00
Bom	20	40,00
Regular	00	0,00
Péssimo	00	0,00
Não há especialistas	03	6,00
Não Respondeu	02	4,00
Não Entregou	15	30,00
TOTAL	50	100,00

RESULTADO DA PESQUISA COM ALUNOS
PARA COMPOSIÇÃO DAS TABELAS

Tabela 60 - Série

Descrição	Quantidade	%
1 ^a série	57	31,67
2 ^a série	56	31,11
3 ^a série	56	31,11
Não Respondeu	00	0,00
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 61 - Sexo

Descrição	Quantidade	%
Masculino	78	43,33
Feminino	87	48,33
Não Respondeu	04	2,22
Não Entregou	11	6,12
TOTAL	180	100,00

Tabela 62 - Número de membros que compõem a família

Descrição	Quantidade	%
até 03 pessoas	20	11,11
de 04 a 06 pessoas	108	60,00
de 07 a 09 pessoas	13	7,22
+ de 10 pessoas	25	13,88
Não Respondeu	03	1,66
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 63 - Forma de união dos pais

Descrição	Quantidade	%
Casados	143	79,44
Divorciados	6	3,33
Separados	6	3,33
Viúvo	14	7,77
Não Respondeu	01	0,55
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 64 - Grau de instrução do pai

Descrição	Quantidade	%
Primário incompleto	35	19,44
Primário completo	59	32,78
Primeiro grau	23	12,78
2º grau incompleto	07	3,90
2º grau completo	26	14,44
Superior incompleto	02	1,11
Superior completo	13	7,22
Não Respondeu	04	2,22
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 65- Grau de instrução da mãe

Descrição	Quantidade	%
Primário incompleto	32	17,78
Primário completo	60	33,33
Primeiro grau	34	18,89
2º grau incompleto	09	5,00
2º grau completo	13	7,22
Superior incompleto	04	2,22
Superior completo	14	7,78
Não Respondeu	03	1,67
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 66 - Quem trabalha em casa

Descrição	Quantidade	%
Somente o pai	42	23,33
Somente a mãe	05	2,78
Somente você	08	4,44
Seu pai, sua mãe e você	36	20,00
Seu pai e sua mãe	39	21,66
Sua mãe e você	05	2,78
Se casado, você e sua esposa(o)	03	1,67
Somente sua esposa(o)	00	0,00
Desempregado(a)	01	0,56
Outros	28	15,56
Não Respondeu	02	1,11
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 67 - Renda média da família

Descrição	Quantidade	%
01 salário	05	2,78
02 a 04 salários	52	28,89
05 a 07 salários	37	20,56
08 a 10 salários	27	15,00
+ de 10 salários	35	19,44
Não Respondeu	13	7,22
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 68 - Meio de transporte utilizado para chegar à escola

Descrição	Quantidade	%
Nenhum	99	55,00
Bicicleta	05	2,78
Motocicleta	01	0,56
Ônibus	43	23,89
Automóvel	18	10,00
Outro	00	0,00
Não Respondeu	03	1,67
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 69 - Pessoa com quem reside

Descrição	Quantidade	%
Sozinho(a)	03	1,67
Com amigo(a)	02	1,11
Com parentes	12	6,67
Com os pais	131	72,77
Na escola, em regime de inter- nato	16	8,89
Outro	03	1,67
Não Respondeu	02	1,11
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 70 - Religião que pertence

Descrição	Quantidade	%
Espírita	02	1,11
Protestante	12	6,66
Católica Romana	144	80,00
Testemunha de Jeová	03	1,67
Assembléia de Deus	03	1,67
Nenhuma	01	0,56
Outra	02	1,11
Não Respondeu	02	1,11
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 71 - Participação religiosa

Descrição	Quantidade	%
Participa freqüentemente	35	19,44
Participa, às vezes	117	65,00
Não participa	16	8,89
Não Respondeu	01	0,56
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 72 - Definição da carreira que pretende seguir

Descrição	Quantidade	%
Não	112	62,22
Sim	54	30,00
Não Respondeu	03	1,67
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 73 - Pensamento/posição em relação ao seu futuro

Descrição	Quantidade	%
Pessimismo	10	5,50
Otimismo	133	73,89
indiferente	22	12,22
Não Respondeu	04	2,22
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 74 - Posição diante de conflito entre colegas na escola

Descrição	Quantidade	%
Não se envolve	50	27,78
Deixa que decidam por si	23	12,78
Auxilia na solução do problema	68	37,78
Tenta impor uma solução	25	13,88
Incentiva o conflito existente	01	0,56
Não Respondeu	02	1,11
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 75 - Frequência do uso de bebida alcoólica

Descrição	Quantidade	%
Freqüentemente	09	5,00
Ocasionalmente	55	30,56
Raramente	77	42,78
Nunca	26	14,44
Não Respondeu	02	11,11
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 76 - Frequência que faz uso droga

Descrição	Quantidade	%
Freqüentemente	00	0,00
Ocasionalmente	00	0,00
Raramente	04	2,22
Nunca	161	89,45
Não Respondeu	04	2,22
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 77 - Frequência que faz uso de cigarro

Descrição	Quantidade	%
Freqüentemente	16	8,89
Ocasionalmente	09	5,00
Raramente	10	5,56
Nunca	132	73,33
Não Respondeu	02	1,11
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 78 - Posição em relação ao atual regime político

Descrição	Quantidade	%
Muito satisfeito	01	0,56
Só um pouco satisfeito	05	2,78
Só um pouco descontente	13	7,22
Muito descontente	103	57,22
Indiferente	26	14,44
Não sabe responder	19	10,56
Não Respondeu	02	1,11
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 79 - Participação dos estudantes na vida política do país

Descrição	Quantidade	%
Mais que atualmente	132	73,32
Menos que atualmente	03	1,67
Já participaram suficientemente	03	1,67
Não sabe responder	28	15,56
Não Respondeu	03	1,67
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 80 - Participação política dos estudantes

Descrição	Quantidade	%
Somente procurando informar-se através de conversas, leituras, etc.	103	57,22
Participando em confrontos políticos	09	5,00
Filiado a movimentos políticos	05	2,78
Não participa	51	28,33
Não Respondeu	01	0,56
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 81 - Grau de satisfação com o curso

Descrição	Quantidade	%
Muito satisfeito	44	24,44
Satisfeito em parte	88	48,89
Um pouco descontente	26	14,44
Muito descontente	10	5,56
Não Respondeu	01	0,56
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 82 - Motivos que levam a satisfação com o curso

Descrição	Quantidade	%
Corresponde à minha expectativa	25	13,88
A qualidade de ensino é boa	21	11,67
Proporciona bons conhecimentos	65	36,11
Outros motivos	21	11,67
Não Respondeu	37	20,56
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 83 - Motivos que levam a insatisfação com o curso

Descrição	Quantidade	%
Má qualidade do ensino	14	7,78
Pouca prática	30	16,67
Não satisfaz às necessidades básicas	36	20,00
Não satisfaz aos seus desejos	21	11,67
Outros motivos	12	6,67
Não Respondeu	56	31,10
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 84 - Como reage ao descontentamento com a escola

Descrição	Quantidade	%
Não faz nada	43	23,88
Faz bagunça	09	5,00
Critica abertamente os professores e a escola	32	17,78
Não vai à aula	10	5,56
Conversa com professores	48	26,67
Conversa com a direção	08	4,44
Não Respondeu	19	10,56
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 85 - Frequência que se reúne com a família para conversar

Descrição	Quantidade	%
Freqüentemente	90	50,00
Ocasionalmente	42	23,33
Raramente	31	17,22
Nunca	05	2,78
Não Respondeu	01	0,56
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 86 - Com quem troca idéias sobre seus problemas

Descrição	Quantidade	%
Namorado(a)	24	13,33
Pai	09	5,00
Mãe	36	20,00
Outras pessoas	12	6,67
Ninguém	15	8,33
Amigo(a)	71	39,45
Não Respondeu	02	1,11
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 87 - Motivo que o levam a trocar idéias sobre seus problemas

Descrição	Quantidade	%
Confiança	78	43,32
Afinidade	07	3,90
Compreensão	42	23,33
Mais experiência	27	15,00
Outros	08	4,44
Não Respondeu	07	3,90
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 88 - Necessidade de alguém para conversar

Descrição	Quantidade	%
Freqüentemente	90	50,00
Ocasionalmente	34	18,88
Raramente	37	20,55
Nunca sente	07	3,90
Não Respondeu	01	0,56
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 89 - Tem muitos amigos

Descrição	Quantidade	%
Sim	143	79,44
Não	23	12,78
Não Respondeu	03	1,67
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 90 - Gosta de ouvir música

Descrição	Quantidade	%
Sim	166	92,22
Não	02	1,11
Não Respondeu	01	0,56
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 91 - Tipo de música preferida

Descrição	Quantidade	%
Clássica	07	3,90
Popular	05	2,78
Romântica	89	49,44
Rock	22	12,22
Sertaneja	25	13,80
Outra	16	8,89
Não Respondeu	05	2,78
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 92 - Hábito de leitura

Descrição	Quantidade	%
Freqüentemente	52	28,89
Ocasionalmente	54	30,00
Raramente	58	32,22
Nunca	04	2,22
Não Respondeu	01	0,56
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 93 - Hábito de estudo

Descrição	Quantidade	%
Sozinho(a)	153	85,00
Em pequenos grupos	11	6,11
Outros	04	2,22
Não Respondeu	01	0,56
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 94 - É eleitor

Descrição	Quantidade	%
Sim	76	42,22
Não	90	50,00
Não Respondeu	03	1,67
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 95 - Residência

Descrição	Quantidade	%
Na zona urbana	145	80,56
Na zona rural	22	12,22
Não Respondeu	02	1,11
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 96 - Reprovou alguma vez

Descrição	Quantidade	%
Sim	64	35,36
Não	103	57,22
Não Respondeu	02	1,11
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 97 - Número de vezes que reprovou

Descrição	Quantidade	%
Uma vez	25	39,06
Duas vezes	15	23,44
Três vezes	03	4,69
Não Respondeu	21	32,81
TOTAL	64	100,00

Tabela 98 - Período em que estuda

Descrição	Quantidade	%
Matutino	64	35,56
Vespertino	18	10,00
Noturno	69	38,33
Não Respondeu	18	10,00
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 99 - Exerce atividade remunerada

Descrição	Quantidade	%
Sim	62	34,44
Não	106	58,89
Não Respondeu	01	0,56
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 100 - Pretende dar continuidade aos estudos, frequentando um curso superior

Descrição	Quantidade	%
Sim	153	85,00
Não	14	7,78
Não Respondeu	02	1,11
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 101 - Quanto ao aluno de 2º grau, podemos afirmar:

Descrição	Quantidade	%
É um ser passivo que deve assimilar os conteúdos transmitidos pelo professor.	56	31,11
É um ser ativo, centro do processo ensino-aprendizagem	68	37,78
É um elemento para que o material é preparado	14	7,78
É um ser concreto, concebido em função da classe social que pertence. (econômico, social e cultural)	26	14,44
Não Respondeu	05	2,78
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 102 - Quanto aos professores que atuam no ensino de 2º grau podemos afirmar:

Descrição	Quantidade	%
Transmissores de conteúdos	36	20,00
Facilitadores de aprendizagem	31	17,22
Relacionadores e aplicadores de meios que garantam a eficiência e a eficácia do ensino	35	19,45
Direcionadores e condutores do processo, comprometendo-se com o aluno em sua realidade social e interagindo com ele na construção do conhecimento	63	35,00
Não Respondeu	04	2,22
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 103 - Os conteúdos ministrados no curso de 2º grau

Descrição	Quantidade	%
São trabalhados e selecionados a partir da cultura universal acumulada	28	15,56
São selecionados a partir dos interesses dos alunos	20	11,11
São estruturados segundo objetivos estabelecidos pelo professor	39	21,68
São aqueles acumulados historicamente e produzidos socialmente e que servem como instrumento para o aluno conhecer criticar e refletir sobre a realidade	80	44,44
Não Respondeu	02	1,11
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 104 - Realidade dos cursos de 2º grau

Descrição	Quantidade	%
Privilégios das camadas mais favorecidas	22	12,22
Democráticos, isto é, aberto para todos	23	12,78
Importantes devendo ser de boa qualidade para todas as camadas da população	123	68,33
Não Respondeu	01	0,56
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 105 - Metodologia desenvolvida nas aulas

Descrição	Quantidade	%
Centradas no professor (expositivas)	41	22,78
Centradas no aluno (trabalhos em grupo, jogos, criatividade)	24	13,33
Utilizando-se recursos audiovisuais, instrução programada, tecnologia de ensino	14	7,78
Distinção entre o papel do professor e aluno, havendo articulação entre eles, possibilitam uma compreensão crítica dos conteúdos	85	47,22
Não Respondeu	05	2,78
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

Tabela 106 - Avaliação realizada nos cursos de 2^o grau

Descrição	Quantidade	%
São valorizados os aspectos cognitivos com ênfase na memorização	38	21,11
Valorização das atitudes com ênfase na auto-avaliação	50	27,78
O aluno é avaliado com ênfase nos objetivos propostos e produtividade	77	42,78
Não Respondeu	04	2,22
Não Entregou	11	6,11
TOTAL	180	100,00

1.3 - INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

1.3.1 - INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS - PROFESSORES

Apesar de um índice razoável de questionário não entregues por parte dos professores, isto em hipótese alguma inviabiliza a obtenção de dados significativos sobre o perfil do professor que atua no ensino de 2º Grau em Canoinhas, principalmente se considerarmos que os 35 (trinta e cinco) questionários respondidos representam mais de um terço do total de professores atuantes.

Analisados os questionários, constatou-se um equilíbrio entre professores do sexo masculino e feminino.

A faixa etária predominante está entre 25 a 35 (vinte e cinco a trinta e cinco) anos e se considerarmos no todo, podemos concluir que nossos professores são jovens, tem em sua maioria, curso superior completo, com um número razoável de especialistas.

O tempo de atuação no magistério também é pequeno, ficando entre 01 a 10 (um a dez) anos, a maioria.

Aqueles que atuam no magistério o fazem porque gostam. A renda familiar média é bastante variada, sendo que a maioria possui renda familiar acima de 2 (dois) salários mínimos.

Para chegar ao trabalho o meio de transporte mais utilizado é o automóvel, assim como muitos professores não utilizam meio algum.

Residem com sua família, entenda-se aqui, esposa (o) e filhos e alguns residem com pais ou parentes, sendo estes em menor número.

A religião predominante é a católica, quando indagados com relação a sua participação religiosa houve equilíbrio entre aqueles que participam ativamente, parcialmente ou não participam.

Vêm o futuro com otimismo.

Quando surge um conflito entre colegas de trabalho, procuram auxiliar na solução do problema.

Ocasionalmente fazem uso de bebidas alcoólicas e a grande parte dos professores nunca se utiliza de drogas, nem de cigarros.

Há um descontentamento geral em relação ao atual regime político, acham que os professores devem ser mais atuantes, contudo, somente procuram informar-se sobre os acontecimentos, sem participar efetivamente em confrontos políticos.

Ao serem questionados sobre o grau de satisfação em relação ao curso no qual atuam, há um predomínio de opiniões que convergem para uma satisfação em parte com este, sendo também expressivo o número de professores satisfeitos.

Procuram conversar com outros professores e alunos quando descontentes com a escola na qual atuam.

Freqüentemente tem necessidade de ter alguém para conversar e também costumam se reunir com sua família para troca de idéias, principalmente com esposos (as), namorados (as), e amigos, pois estes expressam confiança, afinidade e compreensão.

Há unanimidade quanto a apreciar música, sendo os gostos bastante diversificados entre a clássica, popular, romântica e sertaneja.

Freqüentemente lêem.

Residem, em sua maioria, na área urbana e a maioria não exerce outra atividade, além de lecionar.

Ao serem indagados sobre o aluno de 2º grau, o consideram um ser ativo, centro de processo de ensino-aprendizagem e em relação aos professores prevalece a idéia de são meros transmissores de conteúdos.

Quanto aos conteúdos há um equilíbrio: alguns afirmam que estes são selecionados a partir de uma cultura universal acumulada, outros, que são estruturados segundo objetivos estabelecidos pelo professor.

Há uma quase unanimidade na relação de que os cursos de 2º grau são importantes e devem ser de boa qualidade para todas as camadas de população.

Quanto a metodologia desenvolvida nas aulas expositivas, centradas no professor, de outro, aulas que apresentam uma distinção clara entre o papel do professor e do aluno, havendo articulação entre eles e utilização de todos os meios que possibilitem uma compreensão crítica dos conteúdos.

Ao serem inquiridos sobre a avaliação predomina a idéia de que o aluno é avaliado com ênfase nos objetivos propostos e predeterminado.

O seu relacionamento com os especialistas que atuam nas escolas é de bom a ótimo.

1.3.2 - INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS - ALUNOS

De um total de 180 (cento e oitenta) questionários distribuídos, foram devolvidos 169 (cento e sessenta e nove), sendo que onze não retornaram. Destes 169 (cento e sessenta e nove), 87 (oitenta e sete) são do sexo feminino e 78 (setenta e oito) do sexo masculino.

Suas famílias são compostas de 04 a 06 (quatro a seis) pessoas, na sua maioria os pais são casados.

Quanto ao grau de instrução do pai, observa-se que mais da metade freqüentaram a escola apenas no primário, tal realidade é a mesma ao se analisar o grau de instrução das mães.

Com relação ao trabalho, em 21% (vinte e um por cento) dos casos somente o pai trabalha, em 18% (dezoito por cento), o pai, a mãe e o estudante e em 19,5% (dezenove por cento), o pai e a mãe trabalham.

A renda familiar oscila bastante, sendo que 25% (vinte e cinco por cento) recebem de 02 a 04 (dois a quatro) salários.

A grande maioria não se utiliza de nenhum meio de transporte para chegar a escola, porém, entre o mais utilizado está o ônibus.

Os alunos residem com os pais, professam a religião católica e participam as vezes, de atividades religiosas.

É considerável o número de alunos que já tem definido a carreira que pretendem seguir. Estão otimistas em relação ao futuro e diante de conflitos entre colegas há um certo equilí-

brio entre "não se envolver" e auxiliar na solução dos problemas.

Ao serem inquiridos sobre a utilização de bebidas alcoólicas há um equilíbrio entre aqueles que ocasionalmente fazem uso desta e aqueles que raramente a consomem.

Com relação às drogas, a maioria absoluta afirma nunca ter utilizado.

Quanto ao atual regime político, se mostram muito descontentes e acham que os estudantes deveriam participar mais da vida política do país. A participação política, no momento restringe-se a informação dos fatos através de conversas, leituras, etc; sendo que muitos, sequer esta atitude tomam.

Há um certo equilíbrio em relação ao grau de satisfação do curso que freqüentam; entretanto o que prevalece é a satisfação em parte. Dentre os motivos que levam a estar satisfeitos com o curso destaca-se o seguinte: proporcionam bons conhecimentos. Dentre os motivos que levam a insatisfação estão o não preenchimento das necessidades básicas e pouca prática. As reações mais comuns ao descontentamento com a escola são: conversar com os professores, não fazer nada, criticar abertamente os professores e a escola.

Freqüentemente reúnem-se com a família para conversar e costumam trocar idéias sobre seus problemas com amigos, mãe e namorado (a), sendo os motivos principais a confiança, compreensão e maior experiência. Também, freqüentemente sentem necessidade de alguém para conversar.

Tem muitos amigos e gostam de ouvir música, sendo que entre os gêneros mais ouvidos estão a música romântica, a sertaneja e o rock.

Com relação ao hábitos de leitura o equilíbrio fica

entre raramente, ocasionalmente e freqüentemente lêem. Normalmente estes alunos preferem estudar sozinhos.

A situação eleitoral é equilibrada, isto é, 45% (quarenta e cinco por cento) não são eleitores e 36% (trinta e seis por cento) o são.

Residem na zona urbana e os turnos preferidos para estudar são o matutino e o noturno, pois mais da metade não exerce qualquer atividade remunerada.

É expressivo o número de estudantes que pretendem ingressar no curso superior. Dentre os cursos mais cotados estão: Medicina, Direito, Odontologia, Medicina Veterinária, Processamento de Dados, Engenharia, Agronomia, Publicidade, Psicologia.

Quanto aos alunos do 2º Grau, prevalece com pequena margem a alternativa que o caracteriza como ser ativo, centro do processo ensino-aprendizagem, vindo logo em seguida a alternativa que o caracteriza como um ser passivo que deve assimilar os conteúdos transmitidos pelo professor.

Ao se referirem aos professores, caracterizam-nos como direcionadores e condutores do processo ensino-aprendizagem, comprometendo-se com o aluno em sua realidade social e interagindo com eles na construção do conhecimento. As demais alternativas estão em equilíbrio entre si.

Os conteúdos ministrados, segundo os estudantes, são aqueles acumulados historicamente e produzidos socialmente e que servem como instrumento para o aluno conhecer, criticar e refletir sobre a realidade.

Consideram o curso de 2º Grau importante e devem ser de boa qualidade para todas as camadas da população. A metodologia desenvolvida nas aulas apresenta uma clara distinção entre o papel do professor e do aluno, havendo articulação entre

eles, utilizando-se de todos os meios que possibilitem uma compreensão crítica dos conteúdos. É considerável o número de estudantes que acusam a existência de aulas centradas no professor, onde o aluno é avaliado com ênfase nos objetivos propostos e na produtividade.

1.0 - CONCLUSÕES

Ao elaborarmos a conclusão temos obrigatoriamente que nos reportar ao problema norteador de toda a Pesquisa, ou seja: Qual o perfil do ensino de 2º grau em Canoinhas?

Em termos de Brasil, observamos que a desatenção para com este grau de ensino é total, e infelizmente sem perspectivas de mudança.

Quanto ao estado de Santa Catarina, a taxa de escolarização a nível de 2º grau é idêntica a média nacional. Contudo, nos últimos tempos observa-se uma tendência em todo o estado de ampliação do número de cursos de 2º grau.

Finalmente, o município de Canoinhas, alvo da nossa pesquisa também não foge à regra.

Os cursos profissionalizantes implantados com a Lei 5692/71 tiveram duração bastante restringida. Os cursos profissionalizantes que persistiram com maior tempo e ainda persistem são aqueles criados ainda na fase anterior à Lei 4.024/61. Exemplos são o Curso do Magistério de 1º Grau mantido desde a década de 30 pelo Colégio Sagrado Coração de Jesus, que formou professores por mais de 50 anos e o Colégio Comercial de Canoinhas que forma Técnicos em Contabilidade há mais de 30 anos. O

mesmo não se pode afirmar com relação aos cursos Auxiliar de Laboratorista de Análises Clínicas, Técnico em Secretariado e Auxiliar de Enfermagem, que tiveram uma curta duração.

O problema econômico que toma conta da sociedade brasileira atua de maneira direta a clientela dos cursos de 2º Grau mantidos por Estabelecimentos de ensino particulares. Exemplo dessa situação foi o fechamento do Curso de magistério mantido pela Fundação das Escolas do Planalto Norte Catarinense - FUNPLOC, que o recebeu do extinto Colégio Sagrado Coração de Jesus, também neste ano de 1992 o baixo número de alunos do Curso Técnico em Contabilidade pode ser um exemplo.

A desilusão para com o ensino profissionalizante foi total no município.

Hoje observa-se nitidamente o retorno aos cursos de 2º Grau cujo objetivo primordial é o preparo de candidatos para o ingresso em cursos superiores.

Em Canoinhas o fluxo para os cursos superiores é relativamente pequeno, haja vista que até 1986 o município possuía apenas um curso superior que oferecia cerca de 50 (cinquenta) vagas. O número de concluintes de curso de 2º Grau que se deslocam para outros centros em busca de outras opções de cursos superiores é privilégio daqueles que possuem melhor situação financeira.

A criação de novos cursos de 2º Grau é vista como uma maneira de driblar a municipalização do ensino, pois escolas básicas passam à denominação de colégios, cujo vínculo permanece com o Estado.

Os professores vêem seus alunos, na sua grande maioria, como seres passivos, que devem assimilar os conteúdos por eles transmitidos, já o corpo discente apresentou certo equilíbrio quanto à esta questão, muitos concordam com a afir-

mativa dos professores, contudo, por pequena margem de diferença, observa-se que o aluno de 2º Grau se acha um ser ativo e centro do processo ensino-aprendizagem.

Quanto aos professores que atuam nos cursos de 2º Grau em Canoinhas, do ponto de vista dos mesmos, enquadram-se dentro de uma escola tradicional, os alunos os vêem indefinidos.

Já os conteúdos ministrados para os professores seguem uma linha mais tradicional, enquanto para os alunos os conteúdos seguem uma linha mais próxima da realidade.

Para ambos os cursos de 2º Grau são importantes, devendo ser de boa qualidade para todas as camadas da população.

Quanto à metodologia desenvolvida também há uma convergência de opiniões: ambos afirmam que há uma distinção entre o papel do professor e do aluno, sendo que deve haver articulação entre eles, possibilitando uma compreensão crítica dos conteúdos. Há um considerável número de professores e alunos que afirmam que as aulas são ministradas apenas de forma expositiva.

O aluno de 2º Grau, em Canoinhas é avaliado com ênfase nos objetivos propostos e produtividade.

O que se pode concluir em termos de perfil de ensino de 2º Grau em Canoinhas é que ainda existem resquícios de uma escola tradicional, contudo as amarras que prendiam tanto professores, quanto alunos e este tipo de escola já estão se rompendo. Assim, tem-se um ensino preocupado com o aluno, com suas necessidades sociais e políticas, visando a um novo tempo na sociedade e na educação, tanto em Canoinhas, como em Santa Catarina e no Brasil.

2.0 - RECOMENDAÇÕES

Seria impossível de nossa parte tentar responder a todos os questionamentos que envolvem o ensino de 2º Grau. Assim, o presente trabalho deu o primeiro passo na tentativa de melhor conhecer a realidade do ensino de 2º Grau em Canoinhas, com algumas dificuldades, é bem verdade.

Recomenda-se que novas pesquisas sejam feitas afim de confirmar ou não alguns resultados da presente e, principalmente, acompanhar a evolução deste grau de ensino no município, fornecendo subsídios para uma nova política educacional de 2º Grau.

Novas facetas devem ser merecedoras de pesquisa, como por exemplo, a tendência de retorno ao antigo curso científico, a baixa procura por cursos profissionalizantes, a questão sempre atual do ensino noturno, entre outros.

Há necessidade de maior aprofundamento teórico quanto ao ensino de 2º Grau no Brasil e Santa Catarina principalmente devido à precariedade de dados existentes.

O tema despertou o meu interesse e assim sendo, pretendo dar continuidade às pesquisas, com o objetivo de aprofundar ainda mais meus conhecimentos quanto a este grau de ensino, bem como poder contribuir para a solução de alguns de seus problemas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 01 - BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Administração Geral. A educação no Brasil na década de 80. Brasília: 1990.
- 02 - BRASIL, Ministério da Educação. Habilitações profissionais no ensino de 2º grau. Brasília: Expressão e Cultura, 1972.
- 03 - BRASIL, Ministério da Educação. Departamento de ensino médio. Leis e Pareceres. Brasília, 1976.
- 04 - CABRAL, Osvaldo R. História de Santa Catarina. 2. ed. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.
- 05 - CALMON, Pedro. História do Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1971, 7 v., v. 4.
- 06 - FUSARI, José Cerchi & CORTESE, Marlene Pedro. Formação de professores a nível de 2º grau, Cadernos de pesquisa (68):70 - 80, Fev. 1989.
- 07 - GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da educação. São Paulo: Cortez, 1990.
- 08 - FRANCO, Maria Laura P.B.. Avaliação e redefinição da política de ensino de 2º grau. Cadernos CEPES. (20): 26-35, 1988.
- 09 - NAGLE, Jorge, Educação e sociedade na primeira República. São Paulo: EPU, 1976.

- 10 - PILETTI, Nelson. História da Educação no Brasil. São Paulo: Ática, 1986.
- 11 - TOBIAS, José Antônio. História da educação brasileira. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989
- 11 - ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- 12 - SAGA: a grande história do Brasil. São Paulo: Abril Cultural, 1981, 5V. V3. p. 152.
- 13 - SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. Série Retrospectiva da educação pré-escolar, Ensino de 1º e 2º Graus. Florianópolis, 1990.
- 14 - SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. Democratização da educação: a opção dos catarinenses. 2. ed. Florianópolis, IOESC, 1984
- 15 - SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. O ensino de 2º grau em Santa Catarina. Florianópolis, 1986.
- 16 - SANTA CATARINA, Secretaria de Estado e coordenação geral e Planejamento. Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. Série Estatísticas de Santa Catarina. Florianópolis, 1990.
- 17 - SANTOS, Silvio Coelho dos. Educação e desenvolvimento em Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1968.

OUTRAS REFERÊNCIAS

- 01 - AVALA, Luci, Em busca da identidade perdida. Sala de aula, 1(1): 13 - 7. Abr. 1988
- 02 - BITENCOURT, Fléride T. B., SELEME, Juci T.R. (coordenadoras). Canoinhas: Antecedentes históricos. Canoinhas, 1979. Mimeografado.
- 03 - BREJON, Moisés. Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus. 11. ed. São Paulo: Pioneira, 1978.
- 04 - CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 76/75 de 23 de janeiro de 1975. O ensino de 2º grau da lei nº 5.692/71. Relatora: Conselheira Maria Terezinha T. Saraiva.
- 05 - CADERNOS DE PESQUISA. São Paulo: Cortez, 1971.
- 06 - DAVET, M. Escola Básica "Sagrado Coração de Jesus" 70 anos. O Melhor, Canoinhas, 30 de junho de 1987. 1. cad. nº 208 p. 01.
- 07 - EM ABERTO. Brasília, INEP, 1981.
- 08 - ENCICLOPÉDIA BARSA. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações, 1990 v.5 p. 331
- 09 - GARCIA, Walter E. (organizador). Educação Brasileira e contemporânea: organização e funcionamento. São Paulo: MacGraw-Hill.
- 10 - GONSALVES, Luiz Carlos, PIMENTA, Selma Garrido. Reverendo o ensino de 2º grau: propondo a formação dos professores. São Paulo: Cortez e Associados, 1986.

- 11 - FERNANDES, Ricamar Peres de Brito. Sistema educacional-brasileiro: legislatura e estrutura. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- 12 - GRESSLER, Lori Alice. Pesquisa educacional. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1989.
- 13 - MACHADO, Orty Magalhães. Topônimo de Canoinhas. Canoinhas, 1986, Mimeografado.
- 14 - MAIOR, Armando Sauto. História do Brasil. São Paulo: Nacional, 1967.
- 15 - MATOS, Luiz Alves de. Primórdios da educação no Brasil. Aurora.
- 16 - MELLO, Guiomar N et alii. Educação e transição democrática. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.
- 17 - TOKARSKI, Fernando Luiz. Nossa história. Canoinhas. Mimeografado.
- 18 - SAGA: a grande história do Brasil. São Paulo: Abril Cultural, 1981, 5V. V5. p. 187, 198-9.
- 19 - SAGA: a grande história do Brasil. São Paulo: Abril Cultural, 1981, 5V. V5. p. 256-7.
- 20 - SANTA CATARINA, Fundação Catarinense da Cultura. Ementário da Legislação do Estado de Santa Catarina. 1835 - 1979. Florianópolis, 1980.
- 21 - SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. O ensino de 2º grau em Santa Catarina. Florianópolis, 1981.
- 22 - SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. Proposta para o ensino de 2º grau. Florianópolis, 1989.

- 23 - SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. Custo e qualidade do ensino de 2º grau. Florianópolis, 1980.
- 24 - SANTA CATARINA, Secretaria de Coordenação Geral e Planejamento. Centro de apoio à pequena e média empresa. Diagnóstico municipal de Canoinhas. Florianópolis, 1990.
- 25 - SELEME, Zaidem Emiliano. Colégio "Comercial de Canoinhas". O Melhor, Canoinhas, 05 de jun de 1987, 1. cad., nº 06, p. 01.
- 27.- TEDESCO, Juan Carlos...O problema do ensino de 2º grau na América Latina. Revolta brasileira de estudos pedagógicos. (64) : 191 - 207, Set. 1983.
- 28 - WARKEN, Ida, Histórico do Colégio "Sagrado Coração de Jesus". Canoinhas, 1988, Mimeografado.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO NORTE CATARINENSE - FUNORTE

FUNDAÇÃO DAS ESCOLAS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE - FUNPLOC

CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO/ESPECIALIZAÇÃO EM METODOLOGIA DE ENSINO

PREZADO PROFESSOR---

Contamos com a sua valiosa colaboração para obtermos informações fidedignas e posicionamentos autênticos de sua parte em todos os quesitos deste instrumento. Expressamos-lhe agradecimentos antecipados e esclarecemos que o presente é respondido anonimamente. A presente pesquisa tem por finalidade contribuir para a obtenção do Perfil do Ensino de 2º Grau no Município de Canoinhas.

Atenciosamente

Argos gumbowsky

01) Estabelecimento: _____

02) Sexo: a) () Masculino b) () Feminino

03) Qual a renda média de sua família?

- a) () 01 salário
- b) () 02 a 04 salários
- c) () 05 A 07 salários
- d) () 07 A 10 salários
- e) () + de 10 salários

04) Assinale o meio de transporte que você utiliza para chegar à escola?

- a) () Nenhum
- b) () Bicicleta
- c) () Motocicleta
- d) () Ônibus
- e) () Automóvel
- f) () Outro: Qual? _____

05) Atualmente com quem você reside:

- a) () Sozinho(a)
- b) () Com amigo(a)
- c) () Com parentes
- d) () Com os pais
- e) () Na escola, em regime de internato
- f) () Outro: Qual? _____

06) Qual a sua religião?

- a) () Espírita
- b) () Protestante

171

entre raramente, ocasionalmente e freqüentemente lêem. Normalmente estes alunos preferem estudar sozinhos.

A situação eleitoral é equilibrada, isto é, 45% (quarenta e cinco por cento) não são eleitores e 36% (trinta e seis por cento) o são.

Residem na zona urbana e os turnos preferidos para estudar são o matutino e o noturno, pois mais da metade não exerce qualquer atividade remunerada.

É expressivo o número de estudantes que pretendem ingressar no curso superior. Dentre os cursos mais cotados estão: Medicina, Direito, Odontologia, Medicina Veterinária, Processamento de Dados, Engenharia, Agronomia, Publicidade, Psicologia.

- 08) Qual seu pensamento/posição em relação ao seu futuro:
- a) Pessimismo b) Otimismo c) indiferente
- 09) Quando você está convivendo com outras pessoas na escola e surge um conflito, qual a sua posição:
- a) Não se envolve
b) Deixa que decidam por si
c) Auxilia na solução do problema
d) Tenta impor uma solução
e) Incentiva o conflito existente
- 10) Assinale a freqüência com que você faz uso de algum tipo de bebida alcoólica:
- a) Freqüentemente b) Ocasionalmente
c) Raramente d) Nunca
- 11) Assinale a freqüência com que você faz uso de algum tipo de droga:
- a) Freqüentemente b) Ocasionalmente
c) Raramente d) Nunca
- 12) Utiliza-se de cigarro:
- a) Freqüentemente b) Ocasionalmente
c) Raramente d) Nunca
- 13) Você está em relação ao atual regime político:
- a) Muito satisfeito
b) Só um pouco satisfeito
c) Só um pouco descontente
d) Muito descontente
e) Indiferente
f) Não sabe responder
- 14) Os professores deveriam participar mais ou menos da vida política do país?
- a) Mais que atualmente
b) Menos que atualmente
c) Já participaram suficientemente
d) Não sabe responder

15) Como é sua participação política:

- a) () Somente procurando informar-se do que está acontecendo através de conversas, leituras, etc.
- b) () Participando efetivamente em confrontos políticos
- c) () Filiado a movimentos políticos
- d) () Não participa

16) Você está satisfeito com o curso no qual você leciona?

- a) () Muito satisfeito
- b) () Satisfeito em parte
- c) () Um pouco descontente
- d) () Muito descontente

17) Como você reage ao seu descontentamento na escola?

- a) () Não faz nada
- b) () Critica abertamente seus colegas
- c) () Procura conversar com professores e alunos
- d) () Procura conversar com a direção

18) Com que frequência você costuma se reunir com a família para conversar?

- a) () Frequentemente
- b) () Ocasionalmente
- c) () Raramente
- d) () Nunca

19) Com quem procura trocar idéias sobre seus problemas?

- a) () Namorado(a)
- b) () Pai
- c) () Mãe
- d) () Outras pessoas
- e) () Ninguém
- f) () Amigo(a)
- g) () Esposa(o)

20) Que motivo o leva a trocar idéias sobre seus problemas?

- a) () Confiança
- b) () afinidade
- c) () Compreensão
- d) () Mais experiência
- e) () Outros _____

21) Você tem necessidade de alguém para conversar?

- a) () Frequentemente
- b) () Ocasionalmente
- c) () Raramente
- d) () Nunca sente

22) Você tem muitos amigos?

- a) () Sim
- b) () Não

23) Você gosta de ouvir música?

a) () Sim

b) () Não

24) Em caso positivo, de que tipo?

a) () Clássica

b) () Popular

c) () Romântica

d) () Rock

e) () Sertaneja

f) () Outra: Qual? _____

25) Você lê:

a) () Frequentemente

b) () Ocasionalmente

c) () Raramente

d) () Nunca

26) Você reside:

a) () Na zona urbana

b) () Na zona rural

27) Exerce alguma atividade remunerada além de lecionar?

a) () Sim

b) () Não

28) Se você pudesse sugerir a implantação de um curso superior de seu interesse, qual escolheria?

R: _____

29) Quanto ao aluno de 2º grau, podemos afirmar:

a) () É um ser passivo que deve assimilar os conteúdos transmitidos pelo professor.

b) () É um ser ativo, centro do processo ensino aprendizagem

c) () É um elemento para que o material é preparado

d) () É um ser concreto, concebido em função da classe social que pertence. (econômico, social e cultural)

30) Quanto aos professores que atuam no ensino de 2º grau podemos afirmar:

a) () São meros transmissores de conteúdos

b) () São facilitadores de aprendizagem

c) () São elementos que relacionam e aplicam um conjunto de meios que garantam a eficiência e a eficácia do ensino

d) () Direcionam e conduzem o processo ensino aprendizagem comprometendo-se com o aluno em sua realidade social e interagindo com ela na construção do conhecimento

31) Quanto aos conteúdos ministrados no curso de 2º grau:

- a) () São trabalhados e selecionados a partir da cultura universal acumulada
- b) () São selecionados a partir dos interesses dos alunos
- c) () São estruturados segundo objetivos estabelecidos pelo professor
- d) () São aqueles acumulados historicamente e produzidos socialmente e que servem como instrumento para o aluno conhecer criticar e refletir sobre a realidade

32) Quanto ao curso de 2º grau podemos afirmar:

- a) () São privilégios das camadas mais favorecidas
- b) () São democráticos, isto é, aberto para todos
- c) () São importantes e devem ser de boa qualidade para todas as camadas da população

33) Quanto a metodologia desenvolvida nas aulas:

- a) () As aulas são centradas no professor (expositivas)
- b) () As aulas são centradas no aluno (trabalhos em grupo, jogos, criatividade, etc)
- c) () Nas aulas utiliza-se muita ênfase recursos audiovisuais, instrução programada, tecnologia de ensino
- d) () Nas aulas, há uma distinção clara entre o papel do professor e do aluno, havendo articulação entre eles e utiliza-se de todos os meios que possibilitem uma compreensão crítica dos conteúdos

34) No que diz respeito à avaliação que é realizada nos cursos de 2º grau, podemos afirmar:

- a) () No momento da avaliação são valorizados os aspectos cognitivos com ênfase na memorização
- b) () Ao avaliar o aluno há uma valorização maior das suas atitudes com ênfase na auto-avaliação
- c) () O aluno é avaliado com ênfase nos objetivos propostos e produtividade

35) Quantas aulas leciona semanalmente?

- a) () Até 10 aulas
- b) () de 11 a 20 aulas
- c) () de 21 a 30 aulas
- d) () de 31 a 40 aulas
- e) () de 41 a 50 aulas
- f) () + de 51 aulas

36) Qual seu grau de instrução?

- a) () 1º grau
- b) () 2º grau
- c) () Superior incompleto
- d) () Superior completo
- e) () Pós-graduação/especialização

- f) () Pós-graduação/mestrado
- g) () Doutorado

37) Gosta da profissão que exerce?

- a) () Sim
- b) () Não

38) Qual o tempo de atuação no magistério?

- a) () até 5 anos
- b) () de 6 a 10 anos
- c) () de 11 a 15 anos
- d) () + de 15 anos

39) Faixa etária

- a) () 18 a 24 anos
- b) () 25 a 35 anos
- c) () 36 a 45 anos
- d) () + de 46 anos

40) Como é seu relacionamento com os especialistas que atuam na sua escola?

- a) () Ótimo
- b) () Bom
- c) () Regular
- d) () Péssimo
- e) () Não há especialistas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL NORTE CATARINENSE - FUNORTE

FUNDAÇÃO DAS ESCOLAS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE - FUNPLOC

CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO/ESPECIALIZAÇÃO EM METODOLOGIA DE ENSINO

PREZADO ALUNO

Contamos com a sua valiosa colaboração para obtermos informações fidedignas e posicionamentos autênticos de sua parte em todos os quesitos deste instrumento. Expressamos-lhe agradecimentos antecipados e esclarecemos que o presente é respondido anonimamente. A presente pesquisa tem por finalidade contribuir para a obtenção do Perfil do Ensino de 2º Grau no Município de Canoinhas.

Atenciosamente

Argos gumbawsky

01) Estabelecimento: _____

02) Série: () 1ª série () 2ª série () 3ª série

03) Sexo: a) () Masculino b) () Feminino

04) De quantos membros se compõem sua família:

- a) () até 03 pessoas
- b) () de 04 a 06 pessoas
- c) () de 07 a 09 pessoas
- d) () + de 10 pessoas

05) Qual a forma de união de seus pais

- a) () Casados
- b) () Divorciados
- c) () Separados
- d) () Viúvo

06) Qual o grau de instrução de seu pai?

- a) () Primário incompleto
- b) () Primário completo
- c) () Primeiro grau
- d) () 2º grau incompleto
- e) () 2º grau completo
- f) () Superior incompleto
- g) () Superior completo

07) Qual o grau de instrução de sua mãe?

- a) () Primário incompleto
- b) () Primário completo
- c) () Primeiro grau
- d) () 2º grau incompleto
- e) () 2º grau completo
- f) () Superior incompleto
- g) () Superior completo

08) Quem trabalha em sua casa?

- a) () Somente o pai
- b) () Somente a mãe
- c) () Somente você
- d) () Seu pai, sua mãe e você
- e) () Seu pai e sua mãe
- f) () Sua mãe e você
- g) () Se casado, você e sua esposa(o)
- h) () Somente sua esposa(o)
- i) () Desempregado(a)
- i) () Outros _____

09) Qual a renda média de sua família?

- a) () 01 salário
- b) () 02 a 04 salários
- c) () 05 a 07 salários
- d) () 08 a 10 salários
- e) () + de 10 salários

10) Assinale o meio de transporte que você utiliza para chegar à escola?

- a) () Nenhum
- b) () Bicicleta
- c) () Motocicleta
- d) () Ônibus
- e) () Automóvel
- f) () Outro: Qual? _____

11) Atualmente com quem você reside:

- a) () Sozinho(a)
- b) () Com amigo(a)
- c) () Com parentes
- d) () Com os pais
- e) () Na escola, em regime de internato
- f) () Outro: Qual? _____

12) Qual a sua religião?

- a) () Espírita
- b) () Protestante
- c) () Católica Romana
- d) () Testemunha de Jeová
- e) () Assembléia de Deus
- f) () Nenhuma
- g) () Outra: Qual? _____

13) Com relação a sua participação religiosa:

- a) () Participa freqüentemente das atividades religiosas
- b) () Participa, às vezes, de atividades religiosas
- c) () Não participa de atividades religiosas

14) Você já tem definida a carreira que pretende seguir:

- a) () Não
- b) () Sim, qual _____

15) Qual seu pensamento/posição em relação ao seu futuro:

- a) () Pessimismo
- b) () Otimismo
- c) () indiferente

- 16) Quando você está convivendo com outras pessoas na escola e surge um conflito, qual a sua posição:
- a) () Não se envolve
 - b) () Deixa que decidam por si
 - c) () Auxilia na solução do problema
 - d) () Tenta impor uma solução
 - e) () Incentiva o conflito existente
- 17) Assinale a frequência com que você faz uso de algum tipo de bebida alcoólica:
- a) () Freqüentemente
 - b) () Ocasionalmente
 - c) () Raramente
 - d) () Nunca
- 18) Assinale a frequência com que você faz uso de algum tipo de droga:
- a) () Freqüentemente
 - b) () Ocasionalmente
 - c) () Raramente
 - d) () Nunca
- 19) Utiliza-se de cigarro:
- a) () Freqüentemente
 - b) () Ocasionalmente
 - c) () Raramente
 - d) () Nunca
- 20) Você está em relação ao atual regime político:
- a) () Muito satisfeito
 - b) () Só um pouco satisfeito
 - c) () Só um pouco descontente
 - d) () Muito descontente
 - e) () Indiferente
 - f) () Não sabe responder
- 21) Os estudantes deveriam participar mais ou menos da vida política do país?
- a) () Mais que atualmente
 - b) () Menos que atualmente
 - c) () Já participaram suficientemente
 - d) () Não sabe responder
- 22) Como é sua participação política:
- a) () Somente procurando informar-se do que está acontecendo através de conversas, leituras, etc.
 - b) () Participando efetivamente em confrontos políticos
 - c) () Filiado a movimentos políticos
 - d) () Não participa

23) Você está satisfeito com o seu curso?

- a) () Muito satisfeito b) () Satisfeito em parte
c) () Um pouco descontente d) () Muito descontente

24) Por que você está satisfeito com o seu curso:

- a) () O curso corresponde à minha expectativa
b) () A qualidade de ensino é boa
c) () O curso proporciona bons conhecimentos
d) () Outros motivos: _____

25) Por que você está descontente?

- a) () Má qualidade do ensino
b) () Pouca prática
c) () Não satisfaz às necessidades básicas
d) () Não satisfaz aos seus desejos
e) () Outros motivos: _____

26) Como você reage ao seu descontentamento na escola?

- a) () Não faz nada
b) () Faz bagunça
c) () Critica abertamente os professores e a escola
d) () Não vai à aula
e) () Procura conversar com professores
f) () Procura conversar com a direção

27) Com que freqüência você costuma se reunir com a família para conversar?

- a) () Freqüentemente b) () Ocasionalmente
c) () Raramente d) () Nunca

28) Com quem procura trocar idéias sobre seus problemas?

- a) () Namorado(a) b) () Pai
c) () Mãe d) () Outras pessoas
e) () Ninguém f) () Amigo(a)

29) Que motivo o leva a trocar idéias sobre seus problemas?

- a) () Confiança b) () afinidade
c) () Compreensão d) () Mais experiência
e) () Outros _____

30) Você tem necessidade de alguém para conversar?

- a) () Freqüentemente b) () Ocasionalmente
c) () Raramente d) () Nunca sente

31) Você tem muitos amigos?

a) () Sim

b) () Não

32) Você gosta de ouvir música?

a) () Sim

b) () Não

33) Em caso positivo, de que tipo?

a) () Clássica

b) () Popular

c) () Romântica

d) () Rock

e) () Sertaneja

f) () Outra: Qual? _____

34) Você lê:

a) () Frequentemente

b) () Ocasionalmente

c) () Raramente

d) () Nunca

35) Você costuma estudar:

a) () Sozinho(a)

b) () Em pequenos grupos

c) () outros

36) É eleitor:

a) () Sim

b) () Não

37) Você reside:--

a) () Na zona urbana

b) () Na zona rural

38) Reprovou alguma vez:

a) () Sim

b) () Não

39) Em caso positivo, quantas vezes? R _____

40) Período em que estuda:

a) () Matutino

b) () Vespertino

c) () Noturno

41) Exerce alguma atividade remunerada?

a) () Sim

b) () Não

42) Ao concluir o 2º grau, você pretende dar continuidade aos estudos, frequentando um curso superior?

a) () Sim

b) () Não

43) Se você pudesse sugerir a implantação de um curso superior de seu interesse, qual escolheria?

R: _____

44) Quanto ao aluno de 2º grau, podemos afirmar:

- a) () É um ser passivo que deve assimilar os conteúdos transmitidos pelo professor.
- b) () É um ser ativo, centro do processo ensino aprendizagem
- c) () É um elemento para que o material é preparado
- d) () É um ser concreto, concebido em função da classe social que pertence. (econômico, social e cultural)

45) Quanto aos professores que atuam no ensino de 2º grau podemos afirmar:

- a) () São meros transmissores de conteúdos
- b) () São facilitadores de aprendizagem
- c) () São elementos que relacionam e aplicam um conjunto de meios que garantam a eficiência e a eficácia do ensino
- d) () Direcionam e conduzem o processo ensino aprendizagem comprometendo-se com o aluno em sua realidade social e interagindo com ela na construção do conhecimento

46) Quanto aos conteúdos ministrados no curso de 2º grau:

- a) () São trabalhados e selecionados a partir da cultura universal acumulada
- b) () São selecionados a partir dos interesses dos alunos
- c) () São estruturados segundo objetivos estabelecidos pelo professor
- d) () São aqueles acumulados historicamente e produzidos socialmente e que servem como instrumento para o aluno conhecer criticar e refletir sobre a realidade

47) Quanto ao curso de 2º grau podemos afirmar:

- a) () São privilégios das camadas mais favorecidas
- b) () São democráticos, isto é, aberto para todos
- c) () São importantes e devem ser de boa qualidade para todas as camadas da população

48) Quanto a metodologia desenvolvida nas aulas:

- a) () As aulas são centradas no professor (expositivas)
- b) () As aulas são centradas no aluno (trabalhos em grupo, jogos, criatividade, etc)
- c) () Nas aulas utiliza-se muita ênfase recursos audiovisuais, instrução programada, tecnologia de ensino
- d) () Nas aulas, há uma distinção clara entre o papel do professor e do aluno, havendo articulação entre eles e utiliza-se de todos os meios que possibilitem uma compreensão crítica dos conteúdos

49) No que diz respeito à avaliação que é realizada nos cursos de 2º grau, podemos afirmar:

- a) () No momento da avaliação são valorizados os aspectos cognitivos com ênfase na memorização
- b) () Ao avaliar o aluno há uma valorização maior das suas atitudes com ênfase na auto-avaliação
- c) () O aluno é avaliado com ênfase nos objetivos propostos e produtividade